REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

Orçamento Geral do Estado

2012

Panorama Orçamental

Livro 1

"Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento"

Livro 1 Panorama Orçamental

Prefácio

A Lei Orgânica do Ministério das Finanças especifica a responsabilidade da Direcção Nacional do Orçamento em recolher e gerir informações financeiras relativas ao sector público e em publicar os resultados estatísticos.

De acordo com esta provisão e com vista a aumentar a transparência das finanças públicas, o Ministério das Finanças publica a versão final dos documentos relativos ao Orçamento Geral do Estado para 2012, promulgada por Sua Excelência o Presidente da República no seguimento de debate na sessão plenária do Parlamento Nacional.

A documentação referente ao Orçamento Geral do Estado para 2012 consiste na Lei do Orçamento Geral do Estado, publicada no *Diário da República*, bem como em seis livros orçamentais de apoio:

Livro 1 Panorama Orçamental
Livro 2 Planos Anuais de Acção
Livro 3 Distritos
Livros 4a e 4b Rúbricas Orçamentais
Livro 5 Parceiros de Desenvolvimento
Livro 6 Fundos Especiais

O Livro 1 *Panorama Orçamental* descreve a estratégia orçamental geral do Governo, dando informações sobre o panorama económico internacional e doméstico, as receitas esperadas a nível doméstico e com base no petróleo, incluindo rendimento sustentável esperado, bem como a despesa geral a médio prazo e as principais novas iniciativas no próximo ano.

A documentação orçamental está disponível no portal electrónico do Ministério das Finanças em www.mof.gov.tl. Quaisquer questões relativas à publicação deverão ser dirigidas ao Director Nacional do Orçamento, Sr. Agostinho Castro, através do correio electrónico acastro@mof.gov.tl ou do telefone +670333 9520.

Numa altura em que Timor-Leste diz adeus ao conflito e bem-vindo ao desenvolvimento, acredito que este documento servirá para aumentar a sensibilização e a compreensão no que se refere às finanças do Governo, dando ao povo de Timor-Leste, à sociedade civil e aos nossos parceiros de desenvolvimento informações relevantes a respeito do Orçamento do Estado para 2012.

Emília Pires
Ministra das Finanças

Índice

PARTE 1: DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO 1

PARTE 2: SUMÁRIO EXECUTIVO 17

INTRODUÇÃO 17
ECONOMIA 18
DESPESAS 18
RECEITAS 18
FINANCIAMENTO 19

PARTE 3: PANORAMA ECONÓMICO 20

ECONOMIA INTERNACIONAL 20
ECONOMIAS AVANÇADAS 21
ÁSIA 21
PAÍSES EMERGENTES E EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO 22
PREÇOS MUNDIAIS 22
ECONOMIA DOMÉSTICA: PIB NÃO PETROLÍFERO 23
DESPESAS DO GOVERNO 24
RECEITAS DOMÉSTICAS 25
RECEITAS PETROLÍFERAS 25
INFLAÇÃO DOMÉSTICA 26
POBREZA E ODMS 29
PERSPECTIVAS A CURTO A MÉDIO PRAZO (DE 2012 A 2016) 30

PARTE 4: DESPESAS 31

INTRODUÇÃO 31
ANÁLISE DAS DESPESAS 33
ANÁLISE DAS PRINCIPAIS INICIATIVAS DE REFORMA EM 2011 E 2012 33
ACORDOS INSTITUCIONAIS PARA A FORMULAÇÃO, APROVISIONAMENTO E MONITORIZAÇÃO DE PROJECTOS 34
DESPESAS DO FCTL 35
Salários e Vencimentos 35
Bens e Serviços 36
Transferências Públicas 36
Capital Menor 37
Capital de Desenvolvimento do FCTL 37
FUNDO DE INFRA-ESTRUTURAS 37
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO 38
PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO 38

PARTE 5: RECEITAS 39

INTRODUÇÃO 39
RECEITAS DOMÉSTICAS 39
IMPOSTOS 40
TAXAS E PAGAMENTOS DE UTILIZAÇÃO 40
VENDAS DE ARROZ E JUROS 41
INSTITUIÇÕES AUTÓNOMAS 41
RECEITAS PETROLÍFERAS 42
Preços do Petróleo 42

Produção de Petróleo 43
Custos 44
RETORNO DE INVESTIMENTOS 44
FUNDO PETROLÍFERO 45
ALTERAÇÕES NO RSE ENTRE 2011 E 2012 47
Preços do petróleo 47
Diferenciais de preços de líquidos 47
Diferenciais de preços de GNL 47
Produção de líquidos 48
Produção de GNL 48
Custo 48
Kitan 49
Taxas de exploração 49
Taxa de desconto 49
ANÁLISE DE SENSIBILIDADE 50
ANÁLISE DA METODOLOGIA 50
ALTERAÇÕES À LEI DO FUNDO PETROLÍFERO 51
Boa Governação 51
Diversificação 51
PARTE 6: FINANCIAMENTO 53
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPPS) 53
EMPRÉSTIMOS 53
ANEXO 1 – LEI DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2012 55
ANEXO 2 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO PETROLÍFERO 86
ANEXO 3 – RELÁTORIO DO DELOITTE 95

Parte 1: Discurso do Primeiro-Ministro

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA
PROPOSTA DE LEI DO
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2012

PARLAMENTO NACIONAL

9 de Novembro de 2011

Sua Excelência,
Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Distintos Deputados
Distintos Membros do Governo
Representantes da Sociedade Civil
Senhoras e Senhores,

Hoje, vimos apresentar o Orçamento Geral do Estado para o ano de 2012, o último orçamento da legislatura do IV Governo Constitucional e, portanto, aquele que encerra o cumprimento dos compromissos assumidos por este Governo.

Quando este Governo tomou posse, assumiu uma agenda ambiciosa consubstanciada no Programa que foi aprovado por este Parlamento Nacional e, partindo do princípio que existiam muitas prioridades, soube passar a uma definição anual clara dos programas que permitissem, ano a ano, fazer os avanços necessários e desejados.

Tínhamos sobretudo vontade política para mudar o estado da Nação e encarámos as dificuldades económicas, sociais e de segurança vigentes, como um desafio a para o qual deveríamos estar preparados para ultrapassar. A equipa governamental que me acompanha desde há quatros anos, com trabalho e responsabilidade, correspondeu ao apelo de reforma, que foi lançando pelo nosso povo e imprimiu um marco de mudança para o país.

A reforma é, assim, o marco deste Governo que deixamos para o futuro!

Com reformas arrojadas, conseguimos consolidar a estabilidade e a segurança e iniciar um sistema produtivo rumo ao desenvolvimento sustentável que, a prazo, irá proporcionar aos timorenses mais emprego e mais opções.

Excelências
Senhoras e senhores,

Por estarmos no último ano do mandato do Governo da AMP, coligação pioneira de 5 partidos, não posso deixar de lembrar que na formulação constitucional de Timor-Leste, o governo é escolhido pelo partido mais votado ou por uma aliança de partidos com maioria parlamentar.

Quando, em Agosto de 2007, recebemos as rédeas do país, a Nação vivia numa situação delicada de fragilidade, pautada por episódios de instabilidade e violência, como que afirmando que nos iríamos tornar num Estado falhado.

De facto, a AMP ofereceu a tão necessária estabilidade governativa, a condição *sine qua non* para servir os melhores interesses do Povo e do País.

Sabemos que não fizemos tudo e disso temos consciência. Mas em tudo o que pôde ser feito, reconhecemos também que o Governo não fez tudo sozinho. Sempre contámos com a participação activa de Sua Excelência o Presidente da República e com a colaboração dinâmica e fulcral do Parlamento Nacional – tanto dos deputados da AMP como dos deputados da oposição e, diga-se de passagem, uma oposição forte e esclarecida – para encontrar as soluções para resolver outros problemas críticos, que o Estado enfrenta neste processo da sua própria construção.

Tentámos governar em diálogo com todas as Instituições do Estado, tentámos ouvir a nossa Sociedade Civil e procurámos envolver todos os cidadãos timorenses.

Assim, deve-se dizer que, se vivemos hoje uma situação mais estável e um clima de maior confiança no futuro, isso deve-se sobretudo e principalmente ao nosso Povo. Se, felizmente, conseguimos passar a mensagem política correcta para o país, o nosso povo soube interpretá-la e usá-la para mudar a imagem deste país.

De uma forma muito resumida, a mudança que incutimos no país, é consequência das seguintes medidas implementadas:

1. Reformas profundas na gestão da administração do Estado;
2. Reformas cruciais no sector da defesa e da segurança – capacitando e profissionalizando as Forças da Defesa e da Polícia;
3. Estabelecimento de sistemas e estruturas com vista a garantir a boa governação e a transparência, incluindo a capacitação das instituições e agentes do sector da Justiça;
4. Desenvolvimento de políticas fundamentais na área da educação, saúde e agricultura;
5. Reconhecimento dos veteranos e idosos e outras vítimas que, directamente ou indirectamente, sofreram danos físicos, morais e psicológicos, consequentes da luta pela Independência, através de políticas sociais mais justas e apoio financeiro para aliviar a sua pobreza;
6. Arranque de um plano de infra-estruturas básicas integradas, para permitir o desenvolvimento dos sectores produtivos do país;
7. Promoção, no sector económico, de uma política coerente, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento do embrionário sector privado nacional.

Foi a iniciar este clima de mudança que encerrámos o ano de 2009, com o mote 'Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento'. Foi já num clima de confiança e optimismo, consequência de um 'Crescimento Económico sem precedentes', que encerrámos o ano de 2010 e, agora, ao chegarmos ao final do ano de 2011, posso dizer que acabamos o ano com uma prospectiva clara daquilo que podemos ser daqui a 20 anos, uma Nação forte e próspera, em conformidade com o 'Plano Estratégico de Desenvolvimento' que pertence e foi assumido pelo nosso Povo, porque reflecte as suas aspirações.

Sua Excelência
Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Distintos Deputados

Senhoras e senhores,

O ano de 2012 é um ano de grande importância para a nossa jovem democracia e para o seu processo de consolidação, enquanto Nação soberana, tolerante e em franco desenvolvimento.

No próximo ano celebramos datas históricas fundamentais, que nos ligam ao passado mais recente de luta pela independência e às raízes mais antigas que nos tornam únicos no contexto da região e do mundo. Para além da celebração do **10º aniversário da Restauração da Independência**, 2012 assinala ainda os 100 anos da Revolta de Manufahi e os 500 anos da chegada dos primeiros portugueses a Timor-Leste.

Por outro lado, **em 2012, terão lugar as eleições presidenciais e legislativas** que serão as terceiras eleições democráticas no nosso País.

Em Janeiro deste ano, na apresentação do OGE 2011, apelei para que todos 'disseminássemos os valores da moral política e que aprofundássemos a confiança do Povo no futuro, consolidando assim a harmonia social pela estabilização da tolerância democrática'. Hoje, não posso deixar de expressar aqui, neste Parlamento Nacional, os meus mais profundos votos a todo o povo e à juventude em especial, assim como a todos quantos são responsáveis no destino deste País, para que mostremos ao mundo que sabemos exercer os nossos direitos com responsabilidade e que, juntos, garantiremos que os processos eleitorais decorram num clima efectivo de tranquilidade e de harmonia social e política.

Também em 2012, e depois das eleições, com a expressão de profundo agradecimento pela prestigiosa ajuda, assistiremos à retirada das Forças Internacionais de Estabilização (ISF) e da Missão Integrada das Nações Unidas (UNMIT), para a qual já endossámos o Plano Conjunto de Transição, o que significa que retomaremos enfim a responsabilidade total nos nossos destinos.

Posso ainda dizer que temos suficientes razões para ter orgulho na nossa Nação. Orgulho em sermos timorenses. Agora que vivemos num clima de paz e tranquilidade, é absolutamente espantoso observar o quanto o nosso povo é, por natureza, tolerante e pacífico.

Vivemos em perfeita harmonia com a diversidade cultural e social que existe no país. Todos os dias nas nossas instituições, nos nossos restaurantes, nas nossas ruas e até mesmo nas nossas casas, convivemos com diferentes línguas, culturas e hábitos sociais, com pessoas vindas de todas as partes do mundo, que se vêm juntar à própria diversidade que já existe no país. E aceitamos, acolhemos, e aprendemos a viver nesta diversidade, embora lamentavelmente, um ou outro país, ainda faça sair o chamado "travel warning" para que os cidadãos deles não venham a Timor-Leste, como se fôssemos o Paquistão, Iraque ou Afeganistão.

Falando de países estrangeiros, permitam-me abordar a nossa **política internacional**.

Durante estes últimos anos, temos consolidado, de uma ou doutra forma, as nossas privilegiadas relações com os Países da CPLP.

Também este ano, temos andado ocupados com o processo de adesão formal à ASEAN e esperamos que, em breve, possamos aceder a este importante Fórum Regional.

Temos sido Observador activo, no Fórum das Ilhas do Pacífico, tendo já explorado algumas oportunidades de cooperação e acreditamos que haverá, no futuro, mais campos de entendimento. Somos membro fundador do Diálogo Pacífico Sudoeste e membro do Grupo de Estados Africanos, Caraíbas e Pacífico e União Europeia.

Como todos sabem, fui recentemente a Juba, capital do Sudão do Sul. No dia em que chegámos, estavam os sudaneses do sul a celebrar 100 dias de Estado independente, satisfeitos por tão cedo poderem ser anfitriães de um evento internacional, o Retiro Interministerial do g7+.

Logo no início, aprovou-se a entrada de mais dois países, a Guiné Equatorial e Togo, perfazendo agora 19 países, considerados frágeis. A Guiné-Bissau pediu para ser o país anfitrião num dos próximos eventos do grupo, para ajudá-los a debater melhor os seus problemas.

Para além da própria estruturação e dinâmica de acção, o Retiro debateu o projecto de um "New Deal" (um novo arranjo) para se obter uma melhor eficácia da Ajuda Internacional. Em Julho de 2010, houve, em Díli, um Diálogo Internacional sobre "Construção da Paz e Construção do Estado" e uma reunião preliminar do g7+, que hoje tomou mais dinamismo e o grupo está determinado a fazer ouvir a sua voz. E, no fim deste mês, vai haver em Busan, Coreia do Sul, o IV Fórum Internacional sobre a Eficácia da Ajuda Internacional e o grupo g7+, liderado por Timor-Leste, vai também estar presente.

Senhoras e senhores,

De 2007 a 2011, Timor-Leste deu passos largos no sentido da boa governação e transparência do sector público:

- Estabeleceu a **Comissão da Função Pública**.
- Estabeleceu a **Comissão Anti-Corrupção**.
- Reforçou as competências do **Gabinete do Inspector-Geral** e reforçou a capacidade da Procuradoria-Geral da República.
- Estabeleceu a **Câmara de Contas** do futuro Tribunal Superior, Administrativo, Fiscal e de Contas.
- Estabeleceu um sistema financeiro integrado para melhor monitorização da execução orçamental e processos de aprovisionamento e tornou-o de acesso público através do **Portal da Transparência e do Portal do Aprovisionamento**.
- Subiu 19 posições na classificação mundial da transparência internacional que é medido pelo **Índice de Percepções de Corrupção**, entre 2009 e 2010.
- Recebeu o estatuto de conformidade total com a **Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas**, o terceiro país em todo o mundo a conseguir este estatuto. Este reconhecimento a nível internacional permitiu sermos eleitos para um segundo Mandato como Membros do Conselho Internacional da ITIE.
- Foi reconhecido no primeiro índice de sempre da Revenue Watch como um Governo com **Transparência Abrangente ao nível das Receitas**.
- Aumentou as **receitas petrolíferas** em 38% entre 2009 e 2010.
- Alcançou **taxas de execução orçamental bastante satisfatórias**, que têm vindo a aumentar extraordinariamente desde 2007, sendo que a execução orçamental só na categoria de capital de desenvolvimento, entre 2006/7 e 2011,

teve um aumento de 3.413%. **A taxa de execução orçamental em 2009 foi de 89% e em 2010 de 91%**. Estima-se uma taxa de execução orçamental de, pelo menos, 95% em 2011.

Estas reformas, acompanhadas de um aumento de investimento público, fizeram com que Timor-Leste tivesse em 2008 e 2009, as taxas de **crescimento económicas mais elevadas não só da região mas do mundo**, de 12,7% e 12.9% respectivamente, apesar da grave crise financeira global.

Claro que o crescimento económico só é um progresso válido se for acompanhado por melhorias substantivas do modo de vida das pessoas. Alguns indicadores medem estas melhorias, como:

- O alcance dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio no que diz respeito às taxas de mortalidade infantil e de crianças abaixo dos cinco anos. Os **indicadores de saúde** estão a melhorar rapidamente, sendo que 78% das crianças são actualmente tratadas relativamente a doenças básicas e 86% das mães recebem cuidados pré-natais, um aumento de 41%.

- O Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2010 mostra que Timor-Leste subiu 11 posições desde 2005, com Timor-Leste a situar-se actualmente na categoria de **desenvolvimento humano médio**.

- Já o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011, do PNUD, mostra que Timor-Leste aumentou novamente o seu Índice de Desenvolvimento Humano, melhorando em 22%, entre 2001-2011. O relatório salienta o positivo e sustentável crescimento e desenvolvimento de Timor-Leste, destacando alguns indicadores como é o caso do **aumento da esperança média de vida dos timorenses**.

- O Relatório sobre Direitos Humanos em Timor-Leste, das Nações Unidas, demonstrou avanços no sector da justiça com potencial para Timor-Leste tornar-se um **líder regional e global ao nível dos direitos humanos**.

Não posso ainda deixar de mencionar outras concretizações, no passado recente, que contribuem para transformar Timor-Leste numa sociedade mais desenvolvida. A saber:

- Quanto ao **Programa MDG-Sucos**, com um investimento de $65 milhões em 2011, eu sei que há muitas dúvidas sobre a capacidade da sua implementação. No mês de Maio foi promovida uma reunião geral com os chefes de suco de todo o território, para se explicar com clareza a razão de ser do programa.

E aproveito esta oportunidade também para explicar ao público em geral que as habitações do Programa MDG-Sucos não podem ser construídas como foram as casas sociais para famílias pobres.

As habitações dos MDG-sucos correspondem aos Objectivos do Milénio (que consideram casa decente, água, saneamento, luz, acesso à saúde, à educação e ao mercado). É precisamente por causa disso que, na discussão com as comunidades, se colocaram os seguintes critérios: fonte de água, suficiente e permanente, como critério nº 1; terreno,

suficientemente largo, que toda a comunidade aceite; e possibilidades de bom acesso de estrada.

Assim, verificou-se que o terreno tem sido o maior obstáculo e foi nesse sentido que já se decidiu iniciar projectos-pilotos, para que as comunidades de outras áreas possam sentir-se motivadas na solução colectiva dos seus problemas. Nós acreditamos que, até ao final de 2012, depois de apresentados os resultados dos projectos-pilotos, se poderá ver alguma mudança positiva, por parte das comunidades em todo o país.

- O **Programa de Desenvolvimento Descentralizado I e II**, com um investimento de $44,3 milhões em 2011, financiaram o desenvolvimento de infra-estruturas de pequena escala e encorajaram o crescimento de empresas de construção civil nos distritos, sub-distritos, sucos e aldeias do país.

Relativamente a este programa também, temos vindo a ouvir sobre a falta de qualidade das obras. A ADN está envolvida neste processo pedagógico de cidadania, junto dos pequenos empresários, exigindo-lhes maior responsabilidade e, devo dizer, esses empresários locais têm aceitado fazer as correcções, o que deve ser reconhecido.

Até ao fim do ano, o Governo tem estado a premiar, com certificados, as melhorias companhias, no intuito de criar uma competição sã, no sector privado ainda em embrião.

Também a este propósito gostaria de mencionar que, neste momento, está em curso o programa "Sensus Fo Fila Fali", para a disseminação dos resultados dos Censos de 2010 a nível local e comunitário. Estes dados vão contribuir para, no futuro, os próprios sucos terem mais conhecimento das suas próprias necessidades e medirem, cada ano, o desenvolvimento integrado do suco, estando as comunidades também em melhores condições de fazer as suas próprias opções e prioridades colectivas.

- No que respeita ao **acesso à educação**, conseguimos que 90% das crianças em idade escolar estejam matriculadas num estabelecimento de ensino básico, antecipando a meta prevista para 2015. Por outro lado, só em 2011, a nível das infra-estruturas escolares, construímos e reabilitámos cerca de 35 escolas e mais de 250 salas de aula do ensino básico e secundário.

- Em 2011, a campanha nacional de **alfabetização** atingiu progressos consideráveis, erradicando-se, até ao final do ano, o analfabetismo nos distritos de Manatuto, Manufahi, Lautém, Aileu e Covalima.

- A **produção e a produtividade agrícola aumentaram substancialmente** no que diz respeito ao arroz e ao milho. Assim, cultivámos cerca de 28 mil hectares com a produção de 64 mil toneladas de arroz e uma produtividade de 2.97/ha e, ainda, cerca de 27 mil hectares que produziu cerca de 30.6 mil toneladas de milho, com a produtividade de 1.41/ha.

- Ainda relacionado com a **segurança alimentar**, desenvolvemos a base de dados do sistema de informação integrada e a recolha regular de informações sobre segurança alimentar nas comunidades, nos 13 distritos.

- **Treinámos mais de 1200 grupos de agricultores** para a prática de agricultura adequada e distribuímos mais de 12.000 exemplares de manuais de informação para os extensionistas agrícolas.

- Continuámos o pagamento das **Bolsas de Mãe** a mais de 15.000 beneficiários, reforçamos o atendimento e a assistência às **mulheres vítimas de maus tratos e crianças em risco** e os pagamentos de pensões aos **Combatentes da Libertação Nacional**, atribuindo ainda cerca de 98 bolsas de estudo aos filhos dos mártires.

- Iniciámos a construção dos 20 Monumentos dos Heróis Nacionais e dos 12 Ossuários e realizámos, no passado dia 20 de Agosto, a **Cerimónia de Desmobilização de 236 Combatentes da Libertação Nacional**.

- Integrámos os **668 estudantes de medicina** que regressaram de Cuba no Sistema Nacional de Saúde e realizámos a cerimónia de declaração da **Eliminação da Lepra** em Timor-Leste.

- A Vice-Ministra da Saúde, é neste momento e durante dois anos, Vice-Presidente do Conselho Executivo da importante **Organização Mundial de Saúde**.

- A transformação da Autoridade Bancária de Pagamentos em **Banco Central**, com responsabilidades específicas no desenvolvimento do sector financeiro, vem comprovar mais um passo importante na consolidação das Instituições do Estado.

- Este Governo investiu ainda no maior programa de sempre de infra-estruturas para o país, ou seja, a **criação de um sistema fiável de produção, transmissão e distribuição de energia eléctrica** que está em fase avançada de construção.

Este projecto inclui o Complexo de Produção de Hera, com uma capacidade de 119,5 MW e o Complexo de Produção de Betano, que terá uma capacidade de cerca de 137 MW. Subjacentes a estes projectos estão as linhas de transmissão que irão formar um anel em torno de Timor-Leste para possibilitar que todos os timorenses, mesmo os que residem nas áreas mais remotas, passem a ter acesso à tão necessária electricidade.

Toda esta Rede Eléctrica Nacional vai ser totalmente terminada nos finais do próximo ano. Entretanto, ainda este mês, Hera pode já abastecer Díli, Aileu, Manatuto, Liquiçá e Gleno e espera-se que, antes do Natal, terminada a sub-estação de Baucau, também Baucau, Lospalos e Viqueque, possam receber energia, a partir de Hera. O complexo de Produção de Betano, que está a começar, assim como as sub-estações de Bobonaro, Suai e Cassa, pode estar a operar antes dos finais de 2012.

É indiscutível a importância deste projecto, pois para além de criar emprego directo e indirecto, abrirá uma série de oportunidades de negócio e atrairá o investimento estrangeiro. O fornecimento regular de electricidade através da Rede Eléctrica Nacional é uma das principais concretizações deste Governo e os seus impactos começarão a ser sentidos entre o final deste ano e meados do próximo ano de 2012.

Excelências
Senhoras e senhores,

Em Janeiro deste ano, vim aqui defender o OGE de 2011. E quero, aqui e hoje, repetir, palavra por palavra, o que disse em Janeiro de 2011.

'Importa aqui ressalvar o seguinte:

1. Esta taxa de execução orçamental vai ser ainda superior, porque de acordo com os padrões internacionais praticados, o fecho das contas é apenas totalmente contabilizado passados dois meses do final do ano financeiro em causa;
2. O governo já não inclui os compromissos, ou 'commitments', nos relatórios de execução financeira. A título de esclarecimento, deve informar que há diferença entre obrigações ('obligations') e compromissos ('commitments');
3. Todos os fundos que não foram utilizados voltam para os cofres do Estado no final do ano, de forma transparente;
4. A despesa é monitorizada diariamente através do sistema de FreeBalance, face à despesa aprovada em Parlamento Nacional, garantindo assim maior transparência e ajuste em tempo real às contingências registadas no país, com maior eficiência dos gastos públicos.'

Existe uma metodologia, talvez arcaica mas muito útil, para acompanhar qualquer processo de desenvolvimento. E o actual estádio de desenvolvimento do país exige que todos os actores, no Estado ou fora dele, compreendam o todo para os ajudar a entender as partes e a partir de cada parte, desse todo, com objectividade. E só quando se compreendem as partes, com clareza, se pode ter uma visão realista do todo do processo.

E esses estádios de desenvolvimento são as conjunturas, que podem ser de âmbito internacional, regional e nacional.

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Distintos Deputados

Senhoras e senhores,

O Orçamento Geral do Estado para 2012 foi programado de forma a estabelecer uma rampa de lançamento para transformar Timor-Leste num país de rendimentos médios-altos, nos próximos 20 anos.

Seguindo à regra, mais uma vez, o quadro legal instituído e usando os adequados instrumentos de planeamento, temos uma **programação orçamental ponderada, transparente e com visão**.

Como os distintos Deputados recordaram, na passada sexta-feira, dia 4, mencionando os encontros dos dias 1 e 2 de Agosto, no Centro de Convenções, o Governo continua apostado na mudança das práticas erradas de gestão e na correcção de mentalidades na Administração Pública e continua também empenhado em incutir uma melhor metodologia de orçamento. Disse aqui, em Janeiro, que o Governo procurou reformular o Orçamento em duas grandes divisões: as despesas recorrentes e as de desenvolvimento. Estamos no bom caminho, quando encaramos as despesas recorrentes que tentamos estabilizar, dando assim maior enfoque no capital de desenvolvimento.

Na fase de construção e consolidação das instituições do nosso Estado, uma metodologia de aritmética de números mais ou menos fixos só revelam a nossa incapacidade de nos ajustarmos, mental e criticamente, às realidades do país.

Os padrões internacionais de orçamentação não devem ser os melhores. Quando todos os dias e em todas as televisões do mundo, vejo as movimentações nervosas da Chanceler alemã Merkel e do Presidente francês Sarkozy, com o Primeiro-Ministro Britânico, David Cameron, tentando dar conselhos, e o rosto assustadiço do Primeiro-Ministro italiano Berlusconi que, há dias, já estava a acenar a bandeira ao FMI e com os gregos numa crise política sem precedentes, pensei que os Estados-membros da Comunidade Europeia não prestaram muita atenção aos padrões internacionais, o que fez com que o Presidente Obama acusasse os europeus de não saberem solucionar os seus problemas desde 2008. Nem o G20, em Cannes, na semana passada, trouxe um sinal de alívio tão intensamente desejado. Hoje, todos os comentários dizem que a Itália pode vir a ser a próxima Grécia.

Nesta conjuntura mundial de crise económica e financeira, perder a consciência de que pertencemos à grande região que é a Ásia, com robustas economias emergentes, é não sabermos colocar-nos no espaço e no tempo.

Excelências,

O Orçamento Geral do Estado para 2012 será o primeiro a reflectir os objectivos de desenvolvimento consubstanciados no **Plano Estratégico de Desenvolvimento**, lançado no passado mês de Julho. O Plano Estratégico de Desenvolvimento que abrange três áreas cruciais para o desenvolvimento da Nação: **o capital social, as infra-estruturas e o desenvolvimento económico**, foi ainda informado pelos dados preciosos dos Censos de 2010, que capturaram o retrato real e objectivo da população e que agora se transformam em políticas sustentáveis de desenvolvimento.

Investir no desenvolvimento em 2012 significa **investir $1.763,4 mil milhões de dólares em políticas sustentáveis para o país**, que irão capitalizar os sucessos já conseguidos até à data, colocando Timor-Leste no caminho pretendido.

Este investimento destina-se sobretudo à construção e manutenção de infra-estruturas essenciais e produtivas, à projecção do sector petrolífero na Costa Sul, ao desenvolvimento descentralizado a nível distrital e local e, claro, ao desenvolvimento do nosso capital humano.

Sabendo que três quartos da nossa população residem em zonas rurais, continuaremos a investir em projectos estruturantes na área da agricultura para aumentar a produtividade do sector agrícola, que juntamente com os PDDs I e II e o PDL, irão promover a criação de empregos para os jovens e adultos que residem nas áreas rurais.

Senhoras e senhores, passo então a descrever as principais linhas orçamentais para 2012:

1. Pretendemos investir **$1.054,4 milhões de dólares em Capital de Desenvolvimento**, aumentando o investimento nesta categoria em 209%, quando comparado com o ano de 2011. Este montante inclui:

    - $746,2 milhões para o Fundo das Infra-estruturas;
    - $52 milhões para os Programas de Desenvolvimento Descentralizado I e II; e
    - $200 milhões para a Capitalização da Companhia de Investimento de Timor-Leste.

O **Fundo de Desenvolvimento das Infra-estruturas**, que foi criado em 2011, com um total inicial de $599 milhões de dólares, para projectos plurianuais e estruturantes para apoiar um país moderno e produtivo, capaz de gerar oportunidades de emprego, irá ter continuidade em 2012.

Se o Fundo das Infra-estruturas e os PDDs já não oferecem novidade, pois continuam a aposta deste Governo na construção e reabilitação de mais e melhores estradas, pontes e portos, sistemas de irrigação, escolas, clínicas e hospitais, redes de energia eléctrica, monumentos e habitações, e infra-estruturas policiais e militares, assim como o importante desenvolvimento de Tasi Mane e outras obras de infra-estruturas básicas a nível nacional e distrital, já a capitalização da Agência/**Companhia de Investimento de Timor-Leste** é uma medida inovadora para o novo ano fiscal.

Esta Companhia irá promover oportunidades de investimento e de crescimento da riqueza nacional, apostando em projectos estratégicos de incidência comercial. Este será o instrumento privilegiado do Governo para transformar a nossa riqueza petrolífera numa economia não-petrolífera, ou seja, aposta na diversificação da economia, promovendo a criação de indústrias e serviços em detrimento da dependência do petróleo e gás natural.

Com uma capitalização inicial de $200 milhões de dólares esta companhia irá iniciar a sua actividade, com uma gestão autónoma, à semelhança da empresa Temasek de Singapura. A criação desta companhia é uma decisão estratégica do Governo, de carácter político e económico, prevista constitucionalmente, onde o Estado, o único accionista, actua ele próprio como um agente económico, intervindo directamente no mercado e catalisando investimento em determinadas áreas económicas.

Potencialmente a CITL irá dedicar-se aos seguintes projectos:

- O Projecto de Cabo Subaquático de ligação à internet ao resto do mundo, usando a melhor tecnologia existente em 2012, melhorando substancialmente o acesso à internet em Timor-Leste.
- Projectos de referência na área do turismo, sobretudo equipamentos hoteleiros e complexos comerciais com produtos de qualidade a preços competitivos, através da exploração de parcerias com vantagens para o desenvolvimento do sector turístico;
- Torres de escritórios e serviços de alta qualidade;
- Outros investimentos estratégicos tais como acesso de passageiros e fretes a preços justos.

2. Pretendemos investir **$344,7 milhões de dólares em Bens e Serviços**, incluindo:

- $30 milhões para o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano;
- $87 milhões para o combustível necessário ao fornecimento de energia eléctrica em todo o país;
- $2,4 milhões para a formação profissional de professores que visam aumentar a competência e o profissionalismo dos professores, o que por sua vez conduz a melhores níveis de ensino para os alunos;
- $6,5 milhões em serviços operacionais do Ministério da Educação, que reflectem sobretudo o programa das merendas escolares;

- $14,5 milhões para os custos operacionais das eleições presidenciais e legislativas;
- $9 milhões para o Fundo de Segurança Alimentar, assegurando a reserva nacional de milho e arroz;
- $1,6 milhões para a Agência de Desenvolvimento Nacional;
- $2,1 milhões para a Comissão Nacional de Aprovisionamento.

A Agência de Desenvolvimento Nacional e a Comissão Nacional de Aprovisionamento, também criadas em 2011 por Decreto-Lei, juntamente com a Companhia de Investimento de Timor-Leste, irão contribuir para uma melhor implementação dos grandes projectos estratégicos de infra-estruturas, assegurando a boa gestão, monitorização e melhor relação custo/beneficio das obras, garantindo que a implementação do Plano Estratégico, no que respeita às obras de capital, seja um sucesso.

Por outro lado, gostaria de destacar nesta categoria de despesa o investimento considerável para a educação e formação técnica e profissional, incluindo o **Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano** que só para Bolsas de Estudo em áreas decisivas ao desenvolvimento, como é o sector petrolífero, a gestão e finanças públicas e a educação, prevê cerca de $11,8 milhões.

O Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, criado em 2011, com um total de $25 milhões de dólares mas cuja quantia irá ser aumentada até $175 milhões durante os primeiros 5 anos, está a desenvolver as competências necessárias - de educação, formação profissional e capacidade técnica – para termos a mão-de-obra necessária ao progresso social e económico da nação, especialmente em áreas estratégicas como a área dos recursos naturais, agricultura, turismo, bem como infra-estruturas, educação e saúde.

Finalmente, também nesta categoria de despesa, chamamos a atenção para as despesas necessárias para garantir que as eleições de 2012 decorram num ambiente justo, democrático, participativo e em segurança. Para tal reservámos uma verba de $8 milhões para o STAE, $1,5 milhões para a CNE e, também, $4 milhões para a PNTL e $0,5 milhões para as F-FDTL e, ainda, $0,5 milhões para a RTTL.

3. Vamos investir **$194,2 milhões** de dólares na categoria de **Transferências**, compreendendo:

- $69,9 milhões para pagamentos ao Combatentes da Libertação Nacional;
- $32 milhões para pagamentos a Idosos com idade superior a 60 anos, abrangendo cerca de 89 mil beneficiários;
- $6,3 milhões para continuar a implementar o Programa de Desenvolvimento Local, favorecendo as comunidades rurais; e também
- $20 milhões para projectos comunitários de incidência rural com o objectivo duplo de melhorar as estradas locais e criar emprego nas zonas rurais.

Investir nas pessoas é investir no futuro deste país, tem sido um dos motes da nossa governação. Por esta razão iremos continuar o nosso programa de transferências públicas, incluindo o pagamento de subsídios aos Combatentes da Libertação Nacional, aos idosos e a outros grupos vulneráveis.

A nossa experiência de governação demonstrou que este tipo de programas de justiça e estabilidade social têm um retorno imensurável para o país. Além disso, aliviar a pobreza da nossa população, de forma directa ou indirecta, constitui-se como uma obrigação moral para qualquer governante timorense, já que devemos ao nosso Povo a eterna dívida da conquista do nosso Estado Independente.

4. O Orçamento de 2012 compreende ainda $**30 milhões para Capital Menor**, onde destacamos a compra de veículos multifuncionais para os centros de saúde, assim como a compra de equipamento médico e hospitalar.

5. Finalmente, alocámos **$140,1 milhões em Salários e Vencimentos**, onde para além das despesas recorrentes nesta categoria, decidimos pelo:

- Aumento dos salários na área da educação, para implementar o regime de carreira dos professores, com um investimento de $2,6 milhões;
- Fortalecimento do ensino superior, através da UNTL, com um investimento de $3,5 milhões;
- Implementação das carreiras especiais dos profissionais de saúde, com um investimento de $3,4 milhões; e
- Transformação dos funcionários temporários em funcionários permanentes, com um investimento de $23,2 milhões em 2012.

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Distintos Deputados

Senhoras e senhores,

O impacto do investimento, que temos vindo a efectuar estes últimos anos, na vida dos timorenses e no funcionamento da máquina estatal, são o melhor indicador da execução orçamental e levam-nos a querer ser ainda mais arrojados para desenvolver o país.

Pela primeira vez, Timor-Leste vai constituir divida pública, com base no **Regime da Dívida Pública** aprovado pelo Parlamento Nacional. Assim, este Orçamento apresenta como **limite máximo de $33,1 milhões**, para contratação de empréstimos para a construção de infra-estruturas estratégicas para o país.

O Governo compromete-se, no entanto, a gerir a divida pública de forma prudente e sustentável, identificando à partida quais os projectos que serão financiados desta forma e que vêm previstos no PED:

- A construção e supervisão da ligação rodoviária: Díli-Manatuto-Baucau; Manatuto-Natarbora; Díli-Liquiça-Tibar-Ermera; e, Maubisse-Ainaro/Same.
- A construção e supervisão da auto-estrada da costa sul, para apoiar o desenvolvimento desta região.
- Construção e supervisão do desenvolvimento do sistema de drenagem de Díli, que resultará numa cidade mais limpa e na redução de inundações.

Iniciamos assim o cumprimento da meta prevista no Plano Estratégico de desenvolver uma extensa rede de estradas para ligar as comunidades, promover o

desenvolvimento rural, a indústria e o turismo e providenciar acesso aos mercados, assim como melhorar o saneamento básico e os sistemas de drenagem, até 2015.

É possível que o Governo, em 2012, recorra ainda a **Parcerias Público-Privadas** (PPPs), cujo quadro político e legal tem vindo a ser desenvolvido, para apoiar os projectos incluídos no PED, como é o caso da construção de projectos de grande dimensão como os Portos e Aeroportos. Sabemos, no entanto, que estes são processos muito complexos e por isso, a serem usadas, serão de forma muito pontual e só para casos em que exista a necessidade de partilha de riscos e conhecimentos especializados internacionais.

Senhoras e senhores,

A estes programas de grandes infra-estruturas, deverá estar associado o desenvolvimento dos nossos serviços bancários e financeiros, de forma a manter um ambiente atractivo ao investimento nacional e estrangeiro e, por essa mesma razão, em 2012 continuaremos a investir em sistemas de crédito e financiamento a longo-prazo, com taxas acessíveis para incentivar o desenvolvimento do nosso sector privado.

Assim, continuaremos também a investir no **Banco Comercial de Timor-Leste**, antigo IMFTL, apostando na componente de apoio aos micro e pequenos empréstimos, prevendo-se para 2012 o aumento do número de clientes em carteira, assim como do número de depósitos e empréstimos, sobretudo a nível distrital.

Senhor Presidente
Distintos Deputados,

As receitas domésticas têm vindo a aumentar gradualmente e espera-se que à medida que a economia cresça e a administração pública melhore, estas receitas aumentem ainda mais. Para 2012, estimamos um valor de **$136,1 milhões** em receitas domésticas, um aumento de 23,6% quando comparado com o ano de 2011.

Continuamos, portanto, a depender das receitas petrolíferas para financiar o nosso orçamento, mas é exactamente para contrariar esta tendência que o orçamento de 2012 foi programado com as prioridades que apresentámos.

O total da riqueza petrolífera, que engloba o saldo do Fundo mais o valor actual líquido das receitas petrolíferas futuras estima-se, à data de 1 de Janeiro de 2012, em **$22,2 mil milhões de dólares.** Segundo o Relatório mais recente do Banco Central, o saldo do Fundo Petrolífero à data de 30 de Setembro de 2011 era de $8.9 mil milhões, estima-se que até final de 2011 seja de $9.4 mil milhões e, no final do ano de 2012, seja de cerca de $11 mil milhões.

O défice fiscal é de **$1.627,3 mil milhões**, o qual é financiado em **$1.594,2 mil milhões de dólares** a partir do Fundo Petrolífero e em **$33,1 milhões** através do recurso à dívida pública. O levantamento que excede os 3% do Rendimento Sustentável Estimado é justificado na medida em que as políticas integradas em 2012 servem o propósito de desenvolvimento sustentável a longo-prazo da Nação.

Gostaria de lembrar que uma das condições necessárias para que o RSE seja realmente sustentável é que a taxa real de rendimento do Fundo seja de 3%. Por esta mesma

razão e com o objectivo de proteger as gerações futuras, a proposta de Lei apresentada, e aprovada pelo Parlamento Nacional, de alteração do Fundo Petrolífero, vem alterar a política de investimento do Fundo, no sentido de diversificação da carteira.

Esta reforma proposta pelo Governo vai proporcionar o **aumento do retorno dos investimentos do nosso Fundo Petrolífero a médio e a longo prazo**, no sentido de conseguimos 3% ou mais, sendo que neste momento o retorno do investimento situa-se nos 2%. Assim, as alterações à Lei do Fundo Petrolífero estabelecem que o objectivo da política de investimento é maximizar o retorno ajustado ao risco, recorrendo ao princípio de diversificação da carteira de investimento do Fundo.

A alteração à lei permite ainda que se invista não menos de 50% dos activos do Fundo em Títulos do Tesouro, e não mais de 50% em acções. Os modelos económicos prevêem que isto dará uma probabilidade razoável de se atingir um retorno real de 3% ao longo do tempo, com um nível de risco aceitável para o Governo, alinhando assim a política de investimento do Fundo Petrolífero com a orientação de despesa orçamental do RSE.

Por fim, permite-se dar 10% do valor do Fundo como garantia em contratos de empréstimo, os quais só podem ser realizados para a **construção de infra-estruturas estratégicas para o desenvolvimento do País**. Esta possibilidade permite a negociação de empréstimos com condições mais favoráveis e permite ainda maior segurança na negociação dos mesmos.

O Governo continua a defender que a única forma de não ficarmos eternamente dependentes do Fundo é através da diversificação da economia, fundamental para a sustentabilidade do crescimento económico. Considera ainda que a responsabilidade de criar empregos é tão essencial como a gestão prudente e responsável do fundo.

Não podemos, portanto, desperdiçar o nosso capital humano, factor principal para o crescimento da economia e, para tal, temos vindo a criar condições para a criação de emprego cujo motor principal deverá estar no Sector Privado e não apenas no Estado.

Ora, é precisamente esta mudança que se quer incutir no País. É aqui que o Governo assume a sua responsabilidade de **criar as condições necessárias para facilitar a iniciativa privada** e transformar a economia numa economia mais forte e competitiva.

O Governo tem que passar a assumir um papel cada vez mais regulador e fiscalizador, criando um ambiente propício ao investimento e induzir os empreendedores do nosso País a participarem mais no processo de desenvolvimento.

Neste sentido, o primeiro dos obstáculos ao desenvolvimento do sector empresarial e industrial, já foi removido. Ao garantir a segurança e a estabilidade no País, o Governo deu mais confiança ao sector privado para investir.

Agora, e através do Plano Estratégico de Desenvolvimento, dos Fundos de Desenvolvimento do Capital Humano e Infra-Estruturas, dos Planos de Desenvolvimento Descentralizado, na aposta de desenvolvimento de Bancos que forneçam crédito ao Sector Privado, entre muitas outras iniciativas, estamos a criar as condições necessárias para multiplicar as oportunidades de desenvolvimento económico do país.

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Distintos Deputados

Senhoras e senhores,

Espera-nos, portanto, um ano importante para Timor-Leste. Um ano de reafirmação da democracia conquistada, um ano de consolidação do desenvolvimento alcançado, e um ano de celebrações de datas históricas que mantêm acesa a identidade timorense, que é única no mundo.

Temos, para o próximo ano, **grandes sonhos, grandes desafios e o início de uma fase de grandes investimentos nacionais**. A implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento acarreta a necessidade de um grande investimento, pelo menos durante os primeiros cinco anos de execução, mas todos sabemos que transformar os sonhos e aspirações do nosso povo em realidade, é um investimento com um retorno incalculável.

Gostaria de terminar relembrando que, no decurso do ano de 2012, iremos receber convidados de todo o mundo, para participar nas nossas comemorações.

Sei que estes altos dignitários trazem grandes expectativas relativamente a Timor-Leste, pois passaram apenas 10 anos desde que saímos dos escombros da destruição e começámos a construir a nossa Nação. Muitas outras jovens democracias que, como Timor-Leste, foram forjadas em situação de pós-conflito não podem ainda regozijar-se dos mesmos progressos que já alcançamos. Somos, neste momento, um caso de sucesso a nível mundial!

Vamos portanto acolher o próximo ano com esperança, com optimismo e com vontade de construir um Timor-Leste melhor para os nossos filhos.

É exactamente neste espírito que peço, aos Distintos Deputados, a vossa colaboração e empenho para fazer deste Orçamento de Estado, um Orçamento para o futuro, um Orçamento para todos os timorenses.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão
9 de Novembro de 2011

Parte 2: Sumário Executivo

Introdução

O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) destaca políticas no sentido de transformar Timor-Leste, até 2030, num país de rendimentos médios-altos com uma população saudável, instruída e a viver em segurança. O Orçamento de Estado para 2012 faz dotações de despesas para implementar estas políticas e concretizar as metas do PED. O Orçamento de Fontes Combinadas para Timor-Leste em 2012 é de 1,86 mil milhões de dólares. Isto engloba despesas do Governo de 1,67 mil milhões e compromissos de parceiros de desenvolvimento no valor de 188,9 milhões.

Tabela 2.1 Orçamento de Fontes Combinadas para o período de 2010 a 2016 (milhões de dólares)

	2010Act	2011Orc	2012Orc	2013Orc	2014Orc	2015Orc	2016Orc
Orçamento de Fontes Combinadas	**1.022,6**	**1.578,8**	**1.863,0**	**2025,7**	**2024,1**	**1670,4**	**1669,2**
Despesas do Governo por Fundos	*758,7*	*1.306,0*	***1.674,1***	*1896,9*	*1952,1*	*1606,7*	*1669,2*
FCTL	758,7	681,7	843,9	877,7	912,8	949,3	987,2
FDCH	0,0	25,0	30,0	35,0	40,0	45,0	45,0
Fundo das Infra-Estruturas	0,0	599,3	757,1	904,0	918,2	509,6	530,0
Despesas de Infra-Estruturas por empréstimos	0,0	0,0	43,1	80,2	81,1	102,8	107,0
Compromissos dos Parceiros	*263,9*	*272,8*	*188,9*	*128,8*	*72,0*	*63,7*	*0,0*

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2011

A Tabela 2.2 mostra as despesas, receitas, financiamento do Orçamento do Estado e principais indicadores económicos.

Tabela 2.2 Tabela Fiscal

($milhões)	2008 Act	2009 Act	2010 Act	2011 Orc	2012 Orc	2013 Orc	2014 Orc	2015 Orc	2016 Orc
Total de Despesas por Apropriação de Categorias	**483,9**	**603,6**	**758,7**	**1.306,0**	**1.674,1**	**1.896,9**	**1.952,1**	**1.606,7**	**1.669,2**
Recorrentes	*356,0*	*394,3*	*505,0*	*588,4*	*716,0*	*748,5*	*782,0*	*816,6*	*847,5*
Salários e Vencimentos	50,3	87,3	91,5	116,8	140,1	145,7	151,5	157,6	163,9
Bens e Serviços (Inc FDCH)	221,4	212,8	245,1	294,1	376,3	395,2	414,6	434,5	450,1
Transferências Públicas	84,3	94,2	168,4	177,5	199,6	207,6	215,9	224,5	233,5
Capital	*127,9*	*209,3*	*253,7*	*717,6*	*958,2*	*1148,4*	*1170,1*	*790,1*	*821,7*
Capital Menor	41,4	38,5	38,1	29,3	42,9	44,6	46,4	48,3	50,2
Cap&Dev (Inc FI)	86,5	170,8	215,6	688,3	915,3	1103,8	1123,7	741,8	771.5
Financiamento	**483,9**	**603,6**	**758,7**	**1.306,0**	**1.674,1**	**1.896,9**	**1.952,1**	**1.606,7**	**1.669,2**
Receitas Domésticas	*69,4*	*90,8*	*96,4*	*110,7*	*136,1*	*158,7*	*185,5*	*217,8*	*256,3*
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	*396,0*	*408,4*	*502,0*	*734,0*	*665,3*	*644,2*	*617,4*	*588,7*	*571,2*
Levantamentos Adicionais do PF	*0,0*	*103,6*	*309,0*	*321,0*	*829,6*	*1.013,8*	*1.068,1*	*697,4*	*734,7*
Saldo em Dinheiro	*18,5*	*0,8*	*-148,7*	*140,3*	*0,0*	*0,0*	*0,0*	*0,0*	*0,0*
Empréstimos	*0,0*	*0,0*	*0,0*	*0,0*	*43,1*	*80,2*	*81,1*	*102,8*	*107,0*
Indicadores Económicos Seleccionados									
Saldo Fiscal não Petrolífero	-414,5	-512,8	-662,3	-1.195,3	*-1.538,0*	*-1.738,2*	*-1.766,6*	*-1.388,9*	*-1.412,9*
PIB Nominal não Petrolífero Excl UN ($m)	459,7	578,5	653,8	788,3	*929,7*	*1.097,1*	*1.282,3*	*1.500,4*	*1.767,8*
Défice Fiscal não Petrolífero / PIB não Petrolífero	90%	89%	101%	152%	*165%*	*158%*	*138%*	*93%*	*80%*

Fonte: Ministério das Finanças, 2011.

Economia

A estimativa preliminar do crescimento económico de Timor-Leste em 2010 aponta para uns impressionantes 8,5%. Em 2010, os contratos governamentais para a construção de infra-estruturas impulsionaram um forte crescimento no sector da construção civil. A produção de arroz e de café ficou abaixo das expectativas em 2010, devido sobretudo a chuvas fora de época. É esperado que o crescimento económico forte se mantenha a médio prazo, suportado por elevadas despesas públicas.

A inflação doméstica aumentou para 12,4% até Junho de 2011, comparativamente com os preços apresentados no período de Junho de 2010. A inflação elevada em 2011 deveu-se a um aumento dos preços dos produtos alimentícios a nível internacional, à desvalorização do dólar americano e ao incremento das despesas recorrentes. Os preços internacionais dos produtos alimentares e o valor do dólar encontram-se fora da área de controlo do Governo, pelo que lhe compete apenas implementar a sua política fiscal no sentido de controlar os efeitos da inflação. O Governo está empenhado em ter um crescimento prudente das despesas recorrentes a médio prazo, o que é consistente com o PED e com uma inflação estável. Contudo, em 2012, será necessário um aumento considerável nas despesas recorrentes para custear as despesas essenciais descritas na secção seguinte.

Despesas

Em 2012, o orçamento para despesas recorrentes é de 716 milhões de dólares, representando um aumento de 22% comparativamente a 2011. Justifica-se este aumento pela necessidade de custear o acréscimo nas despesas com combustível para geradores, despesas relacionadas com o estatuto da carreira de docente e dos paramédicos, e o alargamento do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano.

Em 2012, o orçamento para despesas de capital, incluindo o capital menor, é de 958 milhões de dólares, reflectindo um Fundo de Infra-Estruturas mais elevado comparativamente ao de 2011. Mais de 70% desta despesa irá efectuar-se através de projectos plurianuais de grande dimensão no Fundo de Infra-estruturas, sendo que estes projectos contribuirão para a construção de infra-estruturas estratégicas necessárias ao desenvolvimento e fomento de uma economia moderna e produtiva.

O Orçamento do Estado para 2012 inclui, igualmente, mais de 64 milhões de dólares de despesas para os programas PDD1 e PDD2. Estes programas visam construir infra-estruturas em pequena escala de acordo com as necessidades locais e fomentar o desenvolvimento de empresas locais de construção civil.

Receitas

A cobrança prevista para 2012 relativamente às receitas domésticas é de 136,1 milhões de dólares, o que significa um aumento de 22,9% comparativamente aos 110,7 milhões previstos para 2011. Este aumento é motivado pelo imposto sobre vendas, imposto sobre o consumo e direitos de importações. O imposto de retenção está igualmente a aumentar, devido sobretudo ao incremento previsto no valor dos contratos de construção relativos à despesa pública.

Em 2012, prevê-se que a cobrança de receitas domésticas não petrolíferas financie 8,1% do total das despesas do governo. Todavia, taxas de crescimento económico elevadas e uma maior eficiência ao nível da cobrança de impostos significam que, até 2016, as receitas

domésticas não petrolíferas deverão atingir um montante de 256,3 milhões, financiando 16,4% do total das despesas.

O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) está calculado nos 665, 3 milhões de dólares para 2012, o que constitui uma redução de 69 milhões em relação à estimativa do RSE para 2012 calculado no orçamento do ano transacto. As principais razões para esta redução prendem-se com uma revisão em baixa considerável na previsão de produção e uma revisão em alta considerável nos custos do Bayu Undan. Não há modificações materiais na metodologia do cálculo do RSE.

É esperado que as receitas petrolíferas atinjam o seu pico em 2011, com um valor de 2,5 mil milhões de dólares, descendo gradualmente a partir de 2012. Não obstante duma redução nos fluxos de entrada e dum aumento dos levantamentos comparativamente com os cálculos orçamentais do ano transacto, prevê-se que o saldo do Fundo Petrolífero aumente de 6,9 mil milhões de dólares em finais de 2010 para 8,7 mil milhões em finais de 2011, 9,3 mil milhões em finais de 2012 e 10,9 mil milhões em finais de 2016.

As alterações propostas à Lei do Fundo Petrolífero foram aprovadas pelo Parlamento Nacional a 23 de Agosto de 2011. Estas alterações na Lei do Fundo Petrolífero vêm fortalecer a estrutura governamental incutida na lei original de 2005, a qual é internacionalmente reconhecida e elogiada. Uma importante alteração na lei diz respeito à política de investimento. Neste sentido e aplicando o princípio fundamental do mercado financeiro da diversificação, a Lei do Fundo Petrolífero permite agora recorrer a mais instrumentos financeiros que não títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América e aumentar a quota de acções da carteira de investimentos. Sendo um investidor a longo prazo, Timor-Leste pode suportar as oscilações elevadas de retornos a curto prazo que se seguirão à nova política de investimentos. O aumento do retorno esperado auxiliará um alinhamento mais eficaz da política de investimento com a política fiscal e com o programa de construção nacional de Timor-Leste.

Financiamento

O défice não petrolífero é igual às receitas domésticas menos o total de despesas. Em 2012, o défice não petrolífero será 1,5 milhões de dólares. Este défice será financiado pelo Rendimento Sustentável Estimado (RSE), por Levantamentos Adicionais a partir do Fundo Petrolífero e por montantes relativamente reduzidos de empréstimos.

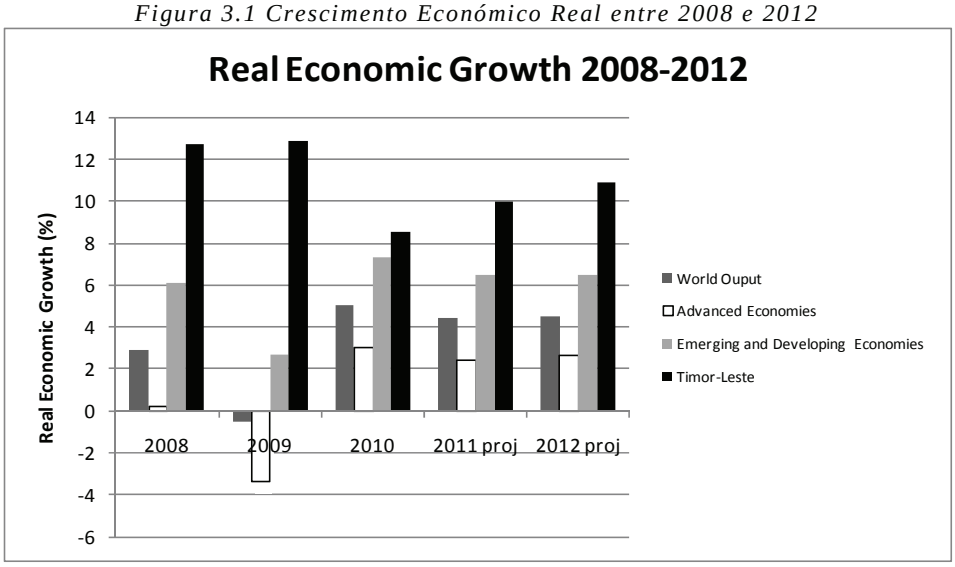
Ao longo dos próximos cinco anos serão necessários levantamentos adicionais significativos a partir do Fundo Petrolífero, de modo a financiar a construção de infra-estruturas estratégicas, conduzindo a um decréscimo do RSE para 571,2 milhões de dólares até 2016. Estes levantamentos adicionais estão de acordo com a política do Governo delineada no PED, que abrange levantamentos a partir do Fundo Petrolífero com este objectivo. O Governo acredita que, a longo prazo, um forte crescimento económico impulsionará significativamente o incremento nas receitas domésticas, permitindo assim reduzir para zero os levantamentos adicionais a partir do Fundo Petrolífero.

Parte 3: Panorama Económico

Economia Internacional

A economia internacional encontra-se ainda a recuperar da crise financeira que precipitou algumas das economias mais avançadas para a recessão e que teve um impacto adverso em muitos países emergentes e em vias de desenvolvimento. A crise no crédito nos EUA, que provocou o caos económico a nível mundial, teve lugar em meados de 2007, sendo que somente em meados de 2009, a economia apresentou indícios de estabilização. Em 2010, a economia global cresceu cerca de 5%, ao passo que no primeiro trimestre de 2011 cresceu 4,3%, apesar do impacto de eventos negativos, tais como, o terramoto no Japão e uma maior debilidade da actividade dos EUA que o esperado. As projecções para 2011 e 2012 são de 4,3% e 4,5% respectivamente. A Figura 3.1 mostra os valores e previsões para a produção mundial entre 2008 e 2012, ilustra o impacto da recessão global e a subsequente retoma. Timor-Leste tem estado relativamente abrigado da crise, demonstrando um crescimento económico forte e contínuo ao longo do decurso da mesma.

Figura 3.1 Crescimento Económico Real entre 2008 e 2012



Fontes: Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças e Actualização do Panorama Económico Mundial do FMI, Junho de 2011. A estimativa para 2010 é preliminar e os valores para 2011 e 2012 são os alvos.

A inflação global aumentou de 3,5% no último trimestre de 2010, para 4% no primeiro trimestre de 2011, o que supera em 0,25% a projecção do Panorama Económico Mundial do FMI em Abril de 2011. É esperado que a inflação continue constante ou que diminua nos próximos dois anos. Calcula-se que a inflação tenha acelerado principalmente devido aos preços dos bens de consumo superiores ao previsto. O desemprego continua acima dos níveis anteriores à crise, o que coloca desafios económicos e sociais adicionais. É esperado que o desemprego mundial seja de 6% este ano, com o desemprego entre a camada jovem a aumentar significativamente. Os mercados financeiros começaram a regressar ao seu estado anterior à crise em 2010, tendo-se registado uma melhoria das condições financeiras na primeira parte de 2011. Todavia, as condições financeiras globais apresentaram uma maior volatilidade desde finais de Maio de 2011, reflectindo sobretudo questões relacionadas com as economias avançadas na Zona Euro e nos Estados Unidos da América. A extensão da recuperação económica ainda oscila consoante as regiões; a Ásia e a América Latina apresentam um índice de recuperação mais acelerado comparativamente às economias mais avançadas.

Economias Avançadas

O crescimento nas economias avançadas deverá ser aproximadamente de 2,2% e 2,6% em 2011 e 2012 respectivamente, o que fica aquém do crescimento de 3% registado em 2010. Adicionalmente, é esperado que o crescimento seja mais fraco do que o anteriormente projectado nos EUA e no Japão. O desemprego continua a ser preocupação primordial no mundo avançado, permanecendo na ordem dos 10% na Zona Euro e nos EUA. As economias avançadas foram as mais lesadas com o surto de desemprego em 2010. A volatilidade financeira aumentou desde finais de Maio, reflectindo as preocupações dos mercados sobre os riscos de dívida soberana na Zona Euro e nos EUA, bem como o declínio constante no mercado imobiliário dos EUA. De acrescentar ainda que, em Agosto, a crise da dívida e a redução do *rating* de crédito dos EUA para AA+, conduziu a flutuações nos mercados a nível mundial, com os investidores a recearem a instabilidade do mercado global e uma potencial recessão dupla. Os decisores políticos dos EUA e da Zona Euro necessitam de exercer um esforço adicional no sentido de reduzir os níveis de dívida e reparar os sectores financeiros. Tal deve ser considerado como uma prioridade para garantir o crescimento e a criação de postos de emprego a médio prazo.

Ásia

O crescimento na Ásia continuou superior ao registado nas outras regiões, prevendo-se que aumente mais de 6% em 2011 e 2012. A região tem registado um forte desempenho ao nível das exportações e da procura doméstica privada, bem como um aumento no crescimento do crédito e nos fluxos de capital. Na maior parte dos países asiáticos, a transição do crescimento impulsionado pelo sector público para o crescimento impulsionado pelo sector privado está a progredir positivamente. A era pós-crise representa um momento oportuno para Timor-Leste aproveitar uma forte procura regional, desenvolvendo e implementando políticas para aumentar as suas exportações. É esperado que o crescimento das economias da ASEAN-5 (Indonésia, Malásia, Singapura, Tailândia e Filipinas) seja de 5,4% em 2011 e 5,7% em 2012, suportado por um forte consumo e por um maior investimento dentro da Indonésia. Após um crescimento rápido de 8,4% em 2010, as projecções de crescimento nas novas economias industrializadas de Singapura, Hong Kong, Coreia do Sul e Taiwan deverão descer para um nível mais sustentável na ordem dos 5% em 2011 e 2012. A Tabela 3.1 mostra as taxas de crescimento do PIB e as projecções para economias asiáticas seleccionadas.

Tabela 3.1 Taxas de crescimento real do PIB (%)

País	Concreto			Projecção	
	2008	2009	2010	2011	2012
China	9,6	9,2	10,3	9,6	9,5
Austrália	2,6	1,3	2,7	3,0	3,5
Singapura	1,5	-0,8	14,5	5,2	4,4
ASEAN-5	4,6	1,7	6,9	5,4	5,7
Indonésia	6,0	4,6	6,1	6,2	6,5
Vietname	6,3	5,3	6,8	6,3	6,8
Filipinas	3,7	1,1	7,3	5,0	5,0
Tailândia	2,5	-2,3	7,8	4,0	4,5
Malásia	4,7	-1,7	7,2	5,5	5,2
Timor-Leste	12,7	12,9	8,5	10,0	10,9

Fontes: FMI, Panorama Económico Mundial em Abril de 2011, Actualização do Panorama Económico Mundial em Junho de 2011 e Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças (para Timor-Leste, a estimativa para 2010 é preliminar e os valores para 2011 e 2012 são os alvos).

A inflação está igualmente a subir na Ásia e o sobreaquecimento torna-se uma preocupação, o que é usual verificar-se quando a procura excede as capacidades de produção. Consequentemente, a contracção das políticas macroeconómicas tornou-se um tópico de relevo na Ásia. A inflação continua a ser um problema em Timor-Leste, dado que os principais parceiros comerciais/fornecedores do país localizam-se maioritariamente na Região da Ásia, onde as pressões inflacionárias são fortes.

Países Emergentes e em Vias de Desenvolvimento

Prevê-se que o crescimento das economias emergentes e em vias de desenvolvimento seja de 6,5% em 2011-12, sendo que em muitas economias emergentes fora da Europa Central e de Leste, o desemprego está abaixo dos níveis anteriores à crise. O sobreaquecimento tem sido uma preocupação, dado que as pressões inflacionárias são elevadas. A inflação total está acima dos 6%, o que é quase 1% superior ao valor registado em Janeiro de 2010. Com os preços dos produtos alimentares e da energia a subirem, os riscos de uma espiral inflacionária são mais elevados do que no mundo emergente, uma vez que despendem uma maior percentagem dos seus rendimentos em produtos alimentares e energia. Durante o mesmo período, a inflação base subiu dos 2% para quase 4%. O crescimento do crédito está também a expandir-se rapidamente em mercados emergentes. O Brasil, a Colômbia, a Índia, a Indonésia e a Turquia registaram crescimentos de crédito entre 10 e 20%. O FMI anunciou que é fundamental uma protecção contra potenciais surtos de crédito e pressões inflacionárias.

Preços Mundiais

O principal impacto da actividade económica mundial em Timor-Leste verifica-se ao nível da alteração dos preços do petróleo, o que consequentemente afecta as receitas petrolíferas. Contudo, recorrendo-se à poupança da maior parte das receitas petrolíferas e do gasto através do mecanismo de Rendimento Sustentável Estimado (RSE), a economia doméstica está amplamente protegida contra as flutuações a curto prazo nos preços do petróleo. Assim sendo e devido ao mecanismo do Orçamento do Estado, a mudança dos preços do petróleo não surte qualquer impacto a curto prazo na economia doméstica, porém, os preços têm impacto na proporção da riqueza petrolífera da nação. Em meados de 2008, o preço mundial do petróleo caiu de mais de 140 dólares por barril para apenas 40 dólares em finais de 2008, sendo que até 2010, os preços do petróleo subiram e estabilizaram na ordem dos 70 a 80 dólares por barril. Na primeira metade de 2011, os preços do petróleo subiram e permanecem elevados comparativamente com 2010. Em Abril, o petróleo disparou para quase 120 dólares por barril, todavia, actualmente, parece ter estabilizado nos 90 a 100 dólares por barril. Os factores que provavelmente influenciam a subida dos preços são a inquietação no Médio Oriente e no Norte de África desde Janeiro de 2011, e a procura acima do previsto de petróleo na segunda metade de 2010. A secção seguinte sobre o Sector do Petróleo contém uma descrição mais detalhada do impacto dos preços do petróleo na riqueza petrolífera de Timor-Leste e dos fluxos de receitas petrolíferas previstos.

Além do petróleo, outras matérias-primas têm registado um aumento de preço. O Índice de Alimentos e Bebidas do FMI registou aumentos assinaláveis a partir de Junho de 2010, tendo os preços atingido o seu pico em Abril de 2011. Actualmente, estes estão a descer, porém permanecem a um valor mais elevado comparativamente ao ano anterior. Será importante que os preços continuem a descer à medida que o mercado de produtos alimentares recupera dos danos causados pelas condições climatéricas adversas registadas em 2010. Sendo Timor-Leste um país importador, o impacto do aumento dos preços globais dos produtos alimentares

causa preocupação e os efeitos podem ser sentidos em todo o território, sobretudo em Díli (ver secção em baixo sobre inflação). Isto não é surpresa, uma vez que os Alimentos e Bebidas são os bens que mais pesam no cálculo do IPC de Timor-Leste[1].

Economia Doméstica: PIB não petrolífero

As Tabelas 3.2 a 3.4 mostram que, desde 2006, quando os distúrbios destruíram parte da economia, o crescimento da produção recuperou, conseguindo valores com dois dígitos entre 2007 e 2010. O crescimento tem sido impulsionado sobretudo por gastos do sector público, os quais estimulam a procura e a oferta na economia, contribuindo para taxas de crescimento impressionantes no sector privado. A indústria e os serviços do sector privado representam actualmente 201 milhões de dólares do PIB nominal total, contudo a sua percentagem a nível do PIB real permanece essencialmente constante nos 33%. O sector público tem a maior percentagem de PIB real não petrolífero, sendo que esta percentagem vem a aumentar de forma contínua desde 2002.

Tabela 3.2 Percentagens Sectoriais no PIB real não petrolífero

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB real não petr., excl. ONU	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Incluindo ONU	123%	115%	110%	106%	109%	118%	117%	113%	111%
Agricultura	35%	34%	35%	35%	37%	32%	32%	32%	28%
Indústria e Serviços	35%	35%	34%	33%	30%	32%	32%	31%	33%
Sector Público, excl. ONU	30%	31%	31%	32%	33%	36%	36%	37%	39%
Nações Unidas	23%	15%	10%	6%	9%	18%	17%	13%	11%

Fonte: Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças. Os dados para 2010 são preliminares

O crescimento do PIB real em 2010 está estimado numa taxa preliminar de 8,5%. Embora esta seja uma taxa de crescimento económico alta a nível internacional, fica aquém da taxa de crescimento em 2009, devido sobretudo à contracção no sector agrícola, especialmente do subsector dos alimentos, provocada por chuvas fora de época que danificaram as colheitas. A produção do arroz foi particularmente lesada devido às condições climatéricas, tendo provavelmente a escassez do mesmo contribuído para o aumento dos preços do arroz com produção local. Em 2010, as expectativas elevadas para a produção de café foram despedaçadas pelas chuvas e, embora se tenha registado um crescimento neste sector em 2009, não correspondeu ao previsto.

A expansão da indústria e serviços do sector privado em 2010 continuou a níveis semelhantes aos registados nos 3 anos anteriores (12,3%), com a construção, comunicações e serviços privados a apresentarem as taxas de crescimento mais elevadas. Aparentemente verificou-se um crescimento impressionante na actividade de construção privada, com o número de empresas activas em 2010 a ser quase 5 vezes superior ao número existente em 2009. Pensa-se que grande parte desta actividade seja impulsionada por contratos de construção provenientes do sector público. Embora os dados a nível de produção não sejam especialmente fiáveis, parte-se do pressuposto que o crescimento acentuado na construção terá conduzido ao aumento da procura (e por conseguinte da produção) de materiais de construção neste mesmo sector, particularmente no que diz respeito a materiais não comercializáveis e não passíveis a substituição por importações.

[1] *Todas as informações na secção do Panorama Económico Mundial foram retiradas do Panorama Económico Mundial do FMI em Abril de 2011, Actualização do Panorama Económico Mundial do FMI Junho de 2011, e artigo da BBC, "Os decisores políticos precisam agir para evitar a recessão."*

Tabela 3.3 PIB nominal não petrolífero, excluindo ONU, Milhões de dólares

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB não petr., excl. ONU	267,6	276,6	290,9	312,4	307,5	362,6	459,7	578,5	653,8
Agricultura	95,9	97,7	104,0	111,8	116,7	105,9	126,9	153,1	151,1
Indústria e Serviços	92,1	96,6	98,2	101,6	90,5	113,7	146,0	174,0	200,7
Sector Público, excl. ONU	79,6	82,4	88,7	99,0	100,2	143,0	186,9	251,3	302,1

Fonte: Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças. Os dados para 2010 são preliminares.

Tabela 3.4 Taxas de Crescimento Real do PIB (%)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB real não petr., excl. ONU	2,1	-0,1	4,4	6,5	-5,9	8,8	12,7	12,9	8,5
Agricultura	3,1	-2,5	6,2	6,4	-0,1	-5,4	13,4	12,6	-4,7
Indústria e Serviços	1,6	0,0	2,1	2,6	-14,6	15,5	13,0	11,0	12,3
Sector Público, excl. ONU	1,7	2,3	5,0	10,8	-3,1	18,5	11,7	15,0	16,8

Fonte: Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças. Os dados para 2010 são preliminares. As taxas de crescimento da Indústria e Serviços e taxas de crescimento globais de 2007 a 2009 diferem das estimativas anteriores, devido à disponibilização de novos históricos de dados relativos ao Sector dos Transportes.

Analisando a estimativa para 2011, é esperado que o sector dos produtos alimentares tenha uma forte recuperação em 2011. Todavia, as árvores de café que têm um bom ano a cada dois anos, não deverão produzir grandes quantidades de grãos de café em 2011. O crescimento da actividade da indústria e serviços do sector privado deverá continuar a ser forte, havendo a expectativa que os investidores aumentem os seus investimentos devido às melhorias substanciais antecipadas a nível das infra-estruturas e que, actualmente, se encontram em curso.

A cobrança de receitas em 2011 até ao presente momento, indicam níveis elevados de actividade na área da construção em 2011 e um igual aumento das importações, em parte relacionadas com os recursos para assegurar a viabilidade de uma economia em rápido crescimento.

Despesas do Governo

Em 2010, as despesas do Governo atingiram um recorde de 758,7 milhões de dólares, com uma taxa de execução de 91%, excedendo os anos anteriores. As despesas recorrentes representaram 66,6% das despesas de 2010, com as despesas de capital a ocuparem uma percentagem de 33,4%.

Esta estrutura de despesa é semelhante à utilizada em 2009. Em 2011, devido à introdução do Fundo de Infra-Estruturas, as despesas com o capital e desenvolvimento representaram uma maior percentagem das despesas do Governo, com as despesas de capital projectadas a representarem 55% do orçamento para 2011. Até ao final de Julho de 2011, com base em dados ainda não auditados, as taxas de execução preliminares foram de 41,5%.

Tabela 3.5 Despesas de Todo o Governo (milhões de dólares), incluindo Instituições Autónomas

	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007	2008	2009	2010	Execução 2011 a 31 Julho	Orçam. 2011
Despesas Totais	70,4	70,3	93,7	170,5	97,2	483,9	603,6	758,7	542,2	1.306,0
Despesas Recorrentes	59,1	60,0	71,2	139,5	63,1	356,0	394,3	505,0	230,6	588,4
Salários e Vencimentos	23,1	24,8	26,1	33,8	17,4	50,3	87,3	91,5	54,4	116,8
Bens e Serviços	36,0	35,2	45,1	93,9	37,1	221,4	212,8	245,1	108,9	294,1
Transferências	0,0	0,0	0,0	11,8	8,6	84,3	94,2	168,4	67,2	177,5
Despesas de Capital	11,3	10,3	22,5	31,0	34,1	127,9	209,3	253,7	311,6	717,6
Capital menor	Distribuição Desconhecida			9,3	0,7	41,4	38,5	38,1	2,7	29,3
Capital de Desenv, e Maior				11,7	0,7	86,5	170,8	215,6	308,9	688,3
Transferências de Capital	0,4	0,0	10,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transp. Cap. Não Afectados	7,3	8,4	8,3	10,0	32,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Direcção do Tesouro, Ministério das Finanças. Os dados de execução para 2011 são preliminares, ainda não foram auditados e estão assim sujeitos a alterações. Devem ser vistos apenas como orientações.

Receitas Domésticas

Num panorama geral, é esperado que as receitas domésticas atinjam os 110,7 milhões de dólares em 2011, aumentando, assim, relativamente aos 96,4 milhões em 2010. Estes números indicam uma taxa de crescimento de 14,8% significativamente superior aos 6,2% registados no ano transacto. De salientar que ambas as taxas de crescimento foram limitadas por quedas nas receitas resultantes do programa de subsídio do arroz. Este, como medida temporária, foi reduzido.

Em termos das categorias de receitas individuais, os impostos directos deverão evidenciar um forte crescimento em 2011, devido sobretudo ao aumento das receitas de imposto de retenção na fonte, derivando de maiores despesas de capital por parte do governo. Os impostos indirectos devem também apresentar um forte crescimento, sobretudo em consequência das melhorias na administração das alfândegas e do aumento nas importações e do nível preços. A EDTL detém a liderança em termos de receitas entre as Instituições Autónomas, em resultado dos constantes progressos a nível de procedimentos e término do primeiro ano completo com tarifas revistas.

Tabela 3.6 Receitas Domésticas ($´m)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 Est.
Receitas Domésticas	**24.6**	**29.6**	**39.9**	**43.0**	**44.3**	**27.0**	**69.4**	**90.8**	**96.4**	**110.7**
Impostos Directos	5.3	6.0	8.7	9.8	10.1	6.6	19.1	13.3	18.2	22.3
Impostos Indirectos	12.2	14.9	18.6	17.5	17.7	14.1	19.3	30.3	31.9	42.6
Taxas de Utilizadores e Encargos	2.2	3.2	4.4	4.2	4.3	2.6	5.0	16.4	19.7	16.5
Instituições Autónomas	4.7	5.3	6.8	7.6	7.0	3.9	7.7	10.2	13.7	19.2
Juros	0.2	0.2	1.4	3.9	5.2	3.1	1.6	0.3	0.1	0.1
Vendas de Arroz	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	16.8	20.4	12.6	10.0

Fonte: Direccção de Macroeconomia, Ministério das Finanças, 2011. Os totais apurados de um ano civil são calculados reorrendo-se à média de dois anos fiscais quando requerido.

Receitas Petrolíferas

Os principais factores que influenciam o fluxo de receitas petrolíferas são os preços, a produção e os custos. Em 2011, o *preço do petróleo* está estimado em 88 dólares por barril, apresentando uma subida de 20 dólares relativamente ao previsto no orçamento do ano transacto. A estimativa revista para 2011 tem em consideração os desenvolvimentos

concretos nos 7 meses até Julho e as previsões da EIA para o restante ano. As previsões revistas para 2012 e 2013 são também ligeiramente superiores às estimativas anteriores, porém revertem de seguida para valores essencialmente idênticos à média utilizada para o Orçamento para 2011. As alterações de preços aumentam o RSE de 2012 para 21 milhões de dólares, em especial consequência do aumento dos preços em 2011, 2012 e 2013.

A previsão de *produção* de líquidos do Bayu Undan (condensado e GPL) é significativamente revista em baixa comparativamente com os cálculos do RSE do ano transacto, considerando-se a experiência operacional recentemente adquirida e os resultados assimilados da Segunda Fase de Perfuração de 2010, o que reduz o RSE para 69 milhões de dólares em 2012. A previsão do GNL é igualmente revista em baixa, o que causa uma diminuição de 20 milhões de dólares no RSE em 2012.

Verifica-se um aumento significativo na estimativa dos *custos* no Bayu Undan, tanto a montante como a jusante. O total de custos é cerca de 40% superior à previsão do ano transacto. A alteração na previsão de custos reduz o RSE de 2012 em 36 milhões de dólares.

Com base nestes pressupostos é esperado que as receitas petrolíferas atinjam o seu pico em 2011, com um valor de 2,5 mil milhões de dólares, descendo gradualmente a partir de 2012. Não obstante da redução nos fluxos de entrada e do aumento dos levantamentos em comparação com os cálculos orçamentais do ano transacto, em finais de 2010, prevê-se que o saldo do Fundo Petrolífero aumente de 6,9 mil milhões de dólares para 8,7 mil milhões em finais de 2011, 9,3 mil milhões em finais de 2012 e 10,9 mil milhões em finais de 2016.

As alterações à Lei do Fundo Petrolífero foram aprovadas pelo Parlamento a 23 de Agosto de 2011. As alterações assentam sobretudo em dois princípios centrais: boa governação e diversificação. No que diz respeito à *governação*, o Fundo Petrolífero de Timor-Leste é reconhecido internacionalmente pelos seus padrões elevados de transparência e de responsabilização. Esta Lei Fundo Petrolífero vem reforçar este quadro de governação já de si forte, consolidando a separação dos poderes e os requisitos de qualificações técnicas na gestão do Fundo.

As alterações à Lei do Fundo Petrolífero declaram que o objectivo da política de investimento é maximizar o retorno ajustado aos riscos. Uma condição necessária para atingir este objectivo é o emprego do princípio da *diversificação*. A diversificação diz respeito à atenuação dos riscos e da volatilidade, investindo em diferentes classes de aplicações ao invés de optar pela concentração numa só classe. Até ao momento, o retorno real dos investimentos do Fundo (sobretudo títulos) tem sido de apenas 2%. Concomitantemente, a política fiscal assenta num Rendimento Sustentável Estimado (RSE) a longo prazo da riqueza petrolífera de 3%. Permitindo-se que até 50% dos activos do Fundo sejam investidos em acções, deverá facultar uma probabilidade razoável de conseguir um retorno real de 3% ao longo do tempo, alinhando mais acuradamente a política de investimento do Fundo Petrolífero com a directiva de despesas orçamentais do RSE.

Inflação Doméstica

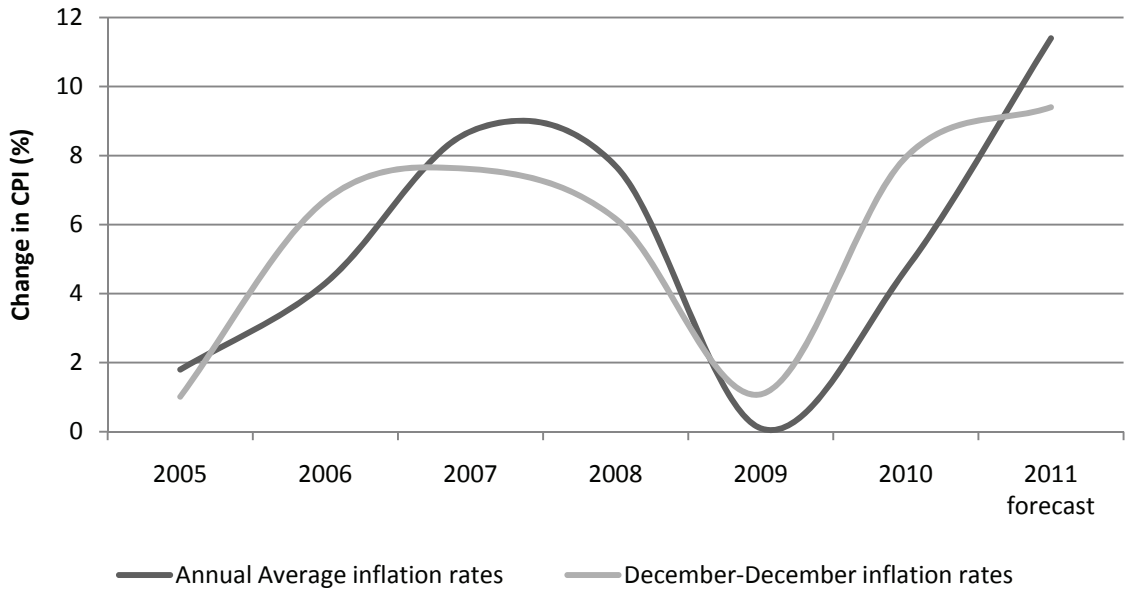
A inflação geral em Timor-Leste foi de 8% (Dezembro a Dezembro) em 2010, comparativamente com 9,2% em Díli. No último período de 2010 e em 2011, a inflação doméstica atingiu os dois dígitos, com preços em Junho de 2011 superiores em 12,4% aos registados em Junho de 2010, conforme o medido pela alteração no Índice de Preços ao

Consumidor[2] (IPC). Os principais itens que impulsionam os aumentos de preços em Timor-Leste são alimentos e bebidas, vestuário e calçado, e transportes, com os custos de construção de habitações a registarem aumentos igualmente significativos ao longo deste período. Os aumentos dos preços a nível internacional, em especial de alimentos e combustível, explicam grande parte da inflação. Este impacto é ainda agravado pela depreciação do dólar americano relativamente às moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste, em especial o dólar australiano, tornando assim as importações mais dispendiosas.

Os dados mostram que o preço do arroz produzido a nível local aumentou nos últimos meses, o que terá um impacto considerável no IPC, uma vez que este tem um peso relativamente forte no IPC. A subida súbita do seu preço deve-se, em parte, às chuvas fora de época que danificaram a produção de arroz em 2010, juntamente com a redução do arroz importado subsidiado pelo Governo. Tal é benéfico para os produtores de arroz e agricultores, os quais podem usufruir dos preços mais elevados do arroz para fomentar a produção, os seus lucros e diminuir a dependência das importações. Deste modo, o aumento no preço do arroz deverá unicamente ser temporário, uma vez que a produção doméstica de arroz irá aumentar.

É provável que a política fiscal expansionista tenha aumentado a procura doméstica e desempenhado um papel no incremento dos preços de alguns itens. Historicamente, a análise evidência que a correlação é mais forte entre o IPC de Timor-Leste e as despesas recorrentes (sobretudo salários e vencimentos) do que entre o IPC e as despesas totais. Tal análise é coerente, dado que uma maior proporção das despesas recorrentes (comparativamente com despesas de capital) deverá surtir efeito directamente na economia doméstica. Contudo, o recente impulso na actividade de construção civil pública e privada exerce, provavelmente, uma pressão nos preços dos materiais de construção. O índice de preços relativo aos materiais de construção de habitações em Díli, em Junho de 2011, foi 11,2% superior ao registado em Junho de 2010. Uma análise minuciosa destes preços mostra que, entre 2006 e 2010, a média dos preços dos materiais adquiridos a nível doméstico subiu 60%, comparativamente com uma subida média (não ponderada) de 36% de materiais importados.

Figura 3.2 Alterações percentuais no Índice de Preços ao Consumidor 2005-2011



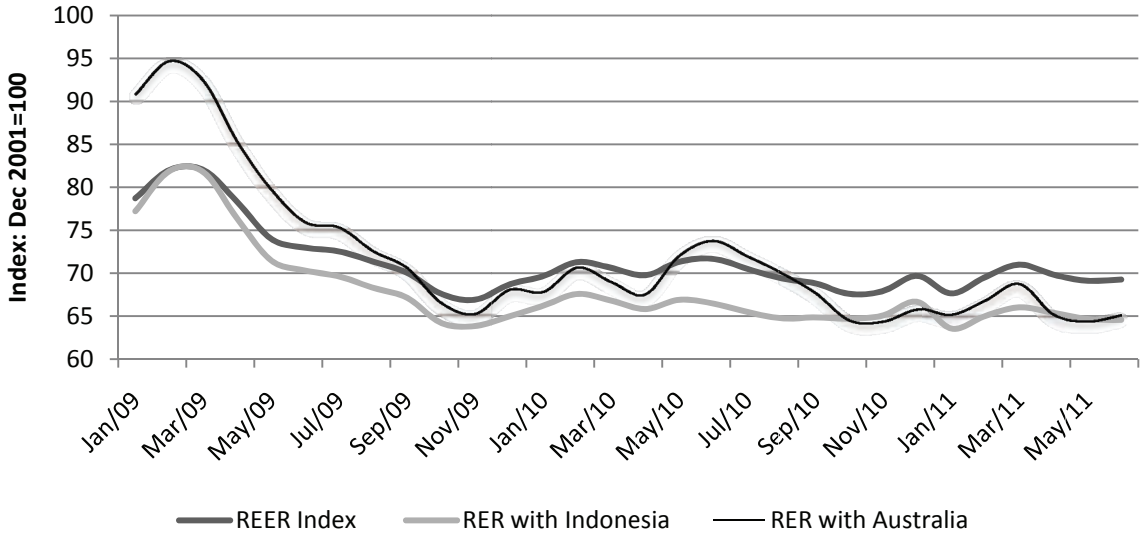
Fontes: Direcção de Estatística e Direcção de Macroeconomia, 2011.

[2] *O IPC é medido pela Direcção Nacional de Estatística.*

Desde Abril de 2011, as subidas mensais do preço do arroz têm abrandado ou apresentado um saldo negativas, sugerindo que a inflação acelerada pode ter terminado. As taxas de inflação anual continuarão elevadas até Outubro de 2011 (uma vez que irão incluir os aumentos de preços registados nos últimos meses), sendo que a partir desse período deverão cair para um só algarismo. O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) visa taxas de inflação com um só dígito, com uma inflação a longo prazo na ordem dos 4 a 6%. O Governo encontra-se a analisar detalhadamente as recentes taxas de inflação elevadas e, embora os aumentos internacionais no preço das matérias-primas e a política monetária internacional não estejam sob o controlo do Governo, o PED compromete-se a concentrar as despesas (recorrentes e de capital) com foco na dinamização da capacidade da oferta da economia, de modo a reduzir as pressões inflacionárias. Os custos com infra-estruturas estratégicas e com o desenvolvimento de recursos humanos, permitirão reduzir os congestionamentos na indústria e no comércio e facilitarão um aumento na prestação de bens e serviços, garantindo os preços a baixo nível. A curto prazo, a intervenção do Governo na área agrícola, através do PED, envolverá a implementação de iniciativas para dinamizar a produção local de arroz e, consequentemente, aumentar a oferta e baixar os preços do arroz.

A Figura 3.3 apresenta a evolução da taxa de câmbio efectiva real (TCER) entre o dólar americano e as moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste. É igualmente indicada a taxa de câmbio real entre o dólar americano e as moedas da Austrália e da Indonésia. Ao longo de 2009, observou-se uma depreciação real, o que significa que as exportações de Timor-Leste tem um carácter mais competitivos nos mercados externos, mas que as importações são mais dispendiosas. De 2010 a meados de 2011, a TCER permaneceu relativamente estável, devido ao facto do dólar americano registar uma queda acentuada, mas, simultaneamente, Timor-Leste registou uma inflação elevada em comparação a outros países. Estes dois factores são empregues no cálculo da TCER e funcionam em direcções opostas, com a depreciação a tornar as exportações relativamente acessíveis nos mercados internacionais, mas com a inflação doméstica a conduzir a um aumento dos preços das exportações (que actualmente são sobretudo café).

Figura 3.3 Taxa de Câmbio Efectiva Real, Timor-Leste



Fonte: Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste, 2011.

Emprego

A publicação do Estudo da Força Laboral por parte da Direcção Nacional de Estatística e da SEFOPE, transmitiu aos decisores políticos uma perspectiva geral das estruturas de emprego em Timor-Leste. Os resultados indicam que Díli é o principal distrito em termos de actividade económica, com rendimentos mais elevados e com uma organização formal de empregabilidade mais disseminada. Não obstante da sua importância, o número de pessoas classificadas como tendo empregos vulneráveis é mais profícuo que a taxa de desemprego, uma vez que possivelmente abrange os indivíduos sem um vínculo de trabalho formal ou segurança em a nível salarial ou de emprego. Estima-se que 70% da força laboral tenha empregos vulneráveis, com 42% da população urbana a enquadrar-se nesta categoria em comparação com 80% da população rural.

Com o intuito de, a curto prazo, colmatar esta lacuna de postos de trabalho no sector formal, o Governo de Timor-Leste tem procurado facultar empregos para trabalhadores não qualificados através de projectos de infra-estruturas, procedendo-se ao estabelecimento de cerca de 66.485 postos de trabalho 'equivalentes a tempo inteiro'[3] em 2010. Estes projectos são maioritariamente projectos de infra-estruturas de pequena dimensão em áreas rurais, os quais terão estimulado o crescimento económico e a criação de postos de trabalho nos distritos. Abordando a questão do emprego a médio e longo prazo, o Governo lançou o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano com o intuito de conceder formações e bolsas de estudo a timorenses com capacidade reconhecida para tal. Tal possibilita a qualificação dos funcionários timorenses para o desempenho de funções de assalariados internacionais e assumirem novos postos de trabalho criados com a expansão da economia.

A nível rural, a esmagadora maioria de agricultores estão classificados como tendo empregos vulneráveis. As actividades agrícolas e piscatórias são as principais fontes de rendimentos para a população de Timor-Leste. A fim de melhorar as condições de emprego para os trabalhadores agrícolas, a política do Governo, em consonância com o PED, está a incidir no desenvolvimento do sector da comercialização agrícola com o propósito de aumentar os rendimentos e as condições de trabalho de uma população rural relativamente numerosa. A política visa igualmente promover a expansão de sectores estratégicos da indústria e serviços em áreas rurais e encorajar o crescimento de pequenos e micro negócios. Será prestado apoio na actualização de centros de formação licenciados em Timor-Leste, com programas de estudo adaptados às necessidades da indústria.

Pobreza e ODMs

Define-se que uma família é pobre, se o consumo per capita se situar abaixo da linha de pobreza das 'necessidades básicas'. Os indivíduos que vivem abaixo da linha de pobreza são assim incapazes de comprar 2.100 calorias por dia e satisfazer necessidades básicas não alimentares. Um estudo de 2007[4] estimou que 49,9% da população vivia abaixo da linha da pobreza. Todavia, em 2010, o relatório do Banco Mundial reportou que, em 2009, 41% da população vivia abaixo da linha da pobreza[5]. Esta diminuição de quase 9 pontos percentuais deve-se, em parte, à maior taxa de crescimento económico real desde 2007 e a programas de transferência social, tais como, pensões para idosos e veteranos e programas de trabalho por

[3] *Os empregos equivalentes a tempo inteiro (ETI) definem que 240 dias de calendário constituem um emprego a tempo inteiro. Na realidade, a maior parte dos trabalhadores não qualificados não trabalha um ano inteiro, o que significa que um número consideravelmente superior de pessoas terá encontrado um emprego de menor duração (menos de um ano) através de projectos de criação de emprego em infra-estruturas em comparação com o número estimado de empregos ETI.*

[4] *Timor-Leste, Pobreza numa Nação Jovem, 2008, Direcção Nacional de Estatística.*

[5] *Os métodos do Banco Mundial garantem compatibilidade entre as estimativas de 2007 e de 2009. Detalhes do Banco Mundial sobre Pobreza, 2010*

dinheiro que contribuíram para o aumento do consumo privado. De momento, não há uma estimativa comparável para 2010, porém, é provável que taxas elevadas de crescimento económico continuado tenham retirado mais pessoas da pobreza. Todavia, as taxas de inflação elevadas reduzem o poder de compra da população pobre no concerne à aquisição de alimentos para satisfazer as necessidades básicas e outras necessidades básicas não alimentares.

Perspectivas a Curto a Médio Prazo (de 2012 a 2016)

À medida que o Governo inicia a implementação do PED, Timor-Leste prepara-se para ver melhorias rápidas ao nível das infra-estruturas físicas, com uma nova central eléctrica, esforços em grande escala para melhorar estradas, aeroportos e portos marítimos. Embora os benefícios em termos de maior investimento privado e produção económica, possam levar alguns anos a ser sentidos, os alicerces começarão a ser estabelecidos dentro de curto prazo. O investimento em capital físico e capital humano e as reformas estratégicas do Governo incidirão nos sectores da agricultura, turismo e petróleo, os quais são considerados como as áreas fundamentais que irão impulsionar o crescimento sustentável no futuro.

É esperado que a actividade agrícola comece a registar alterações estruturais e, consequentemente, a afastar-se do cultivo de subsistência e dando mais ênfase ao desenvolvimento da comercialização agrícola e de pequenos proprietários. Existem igualmente planos para apoiar programas de investigação, desenvolvimento e disseminação da produção agrícola de Timor-Leste, bem como para a melhoria e expansão dos sistemas de irrigação. No seguimento destas acções e reformas políticas, até 2015 Timor-Leste deve registar aumentos acentuados na produção de arroz e milho, com um Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Timor-Leste a planear um investimento adicional em programas de investigação e disseminação. Terá sido criado um esquema de irrigação e haverá mais investimento de capital em colheitas comerciais.

O petróleo é a espinha dorsal da economia, pelo que o desenvolvimento deste sector estratégico é considerado fundamental para um maior desenvolvimento do país. Uma prioridade imediata é o estabelecimento de uma Companhia Nacional de Petróleo, a qual deverá ajudar na transparência das receitas e encorajar a inclusão da população local na exploração deste sector. Adicionalmente, na costa sul de Suai a Beaco serão desenvolvidos três agrupamentos industriais por via da implementação do Projecto Tasi Mane. Até 2015, o PED pretende ter concluída a construção do Porto de Suai, ter reabilitado o aeroporto de Suai e ter em curso a refinaria e outras partes do projecto Tasi Mane.

O turismo poderá vir a ter uma expansão rápida a médio prazo, no seguimento de reformas estruturais e da prioridade atribuída pelo PED. O sector do Turismo e dos Serviços registou um maior aumento em termos de crédito privado no ano até Março de 2011. O PED destaca 3 zonas principais em Timor-Leste (no Leste, Centro e Oeste) para receberem atenção especial no desenvolvimento da indústria do turismo. Até 2015, o PED explica que as infra-estruturas essenciais do turismo terão sido construídas ou melhoradas (incluindo o aeroporto de Díli, aeroportos regionais e estradas principais), que terá sido estabelecido um centro de formação em turismo, que terão sido criados pacotes turísticos para cada zona e que terão sido estabelecidos centros de informação a turistas em Díli, Lospalos, e Baucau.

Parte 4: Despesas

Introdução

A tabela 4.1 mostra o orçamento de fontes combinadas para 2010 e 2016. Está previsto que os gastos com o Fundo de Infra-estruturas aumentem para 757,1 milhões em 2012. Estes gastos estão em linha com o compromisso do Governo, conforme indicado no PED, de construir infra-estruturas essenciais, e deverão contribuir para um desenvolvimento económico sustentado. Os gastos previstos para o Fundo das Infra-Estruturas e os gastos com infra-estruturas atráves de empréstimos são mostrados até 2015, com uma prudente assunção de 4% de aumento em 2016. Prevê-se que a despesa com o FDCH aumente para 30 milhões de dólares em 2012. Esta despesa pagará a formação e capacitação na gestão do sector público, educação e em outros sectores estratégicos essenciais para a promoção do crescimento económico e da competitividade internacional. Os gastos do FCTL irão aumentar em 2012. Os custos com o novo estatuto da carreira docente e o maior orçamento destinado a combustível para geradores contribuem para aumentar os gastos do FCTL. Os compromissos dos parceiros de desenvolvimento estão actualmente estimados em 188,9 milhões de dólares em 2012.

Tabela 4.1 O Orçamento de Fontes Combinadas em milhões de dólares

	2010Act	2011Orc	2012Orc	2013Orc	2014Orc	2015Orc	2016Orc
Orçamento de Fontes Combinadas	**1.022,6**	**1.578,8**	**1.863,0**	**2.025,7**	**2.024,1**	**1.670,4**	**1.669,2**
Despesas do Governo por Fundos	*758,7*	*1.306,0*	***1.674,1***	*1.896,9*	*1.952,1*	*1.606,7*	*1.669,2*
FCTL	758,7	681,7	843,9	877,7	912,8	949,3	987,2
FDCH	0,0	25,0	30,0	35,0	40,0	45,0	45,0
Fundo das Infra-Estruturas	0,0	599,3	757,1	904,0	918,2	509,6	530,0
Despesas de Infra-Estruturas por empréstimos	0,0	0,0	43,1	80,2	81,1	102,8	107,0
Compromissos dos Parceiros	*263,9*	*272,8*	*188,9*	*128,8*	*72,0*	*63,7*	*0,0*

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento e Direcção Nacional de Eficácia da Ajuda, 2011.

A Tabela 4.2 mostra a tabela fiscal consolidada para o Governo em todos os fundos. As despesas recorrentes aumentam 22% para 716 milhões de dólares em 2012 (incluindo o FDCH). Isto deve-se sobretudo a um aumento no orçamento de Bens e Serviços provocado pela orçamentação de despesas superiores no FDCH e relativamente a Bens e Serviços no FCTL. O orçamento de despesas de capital aumentou de 717,6 milhões de dólares em 2011 para 958,2 milhões em 2012. A partir de 2012 está orçamentado no FCTL um aumento prudente de 4% nas despesas correntes e de capital.

Tabela 4.2 Tabela Fiscal Consolidada em milhões de dólares

	2010ACT	2011OGE	2012OGE	2013OGE	2014OGE	2015OGE	2016OGE
Total de despesas	**758,7**	**1.306,0**	**1.674,1**	**1.896,9**	**1.952,1**	**1.606,7**	**1.669,2**
Depesas correntes	*505,0*	*588,4*	716,0	748,5	782,0	816,6	847,5
Despesas de capital	*253,7*	*717,6*	958,2	1.148,4	1.170,1	790,1	821,7
Financiamento	**758,7**	**1.306,0**	**1.674,1**	**1.896,9**	**1.952,1**	**1.606,7**	**1.669,2**
Receitas domésticas	96,4	110,7	136,1	158,7	185,5	217,8	256,3
Rend Sustentável Estimado (RSE)	502,0	734,0	665,3	644,2	617,4	588,7	571,2
Transf acima do RSE	309,0	321,0	829,6	1.013,8	1.068,1	697,4	734,7
Uso do saldo em dinheiro	-148,7	140,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimo	0,0	0,0	43,1	80,2	81,1	102,8	107,0
Saldo fiscal não petrolífero	-662,3	-1.195,3	-1.538,0	-1.738,2	-1.766,6	-1.388,9	-1.412,9

Fonte: Ministério das Finanças, 2011. Nota: O défice fiscal não petrolífero é igual às receitas domésticas menos o total de despesas.

Em 2012 as receitas domésticas serão de 136,1 milhões de dólares e pagarão aproximadamente 8,1% do total das despesas. Prevê-se um crescimento forte das receitas domésticas ao longo dos próximos cinco anos, em resultado de um forte crescimento económico e de melhorias na eficácia da cobrança fiscal. Em 2016, aproximadamente 16,4% do total das despesas serão financiados por 256,3 milhões de dólares de receitas domésticas.

O défice fiscal não petrolífero é igual às receitas domésticas menos o total de despesas. Este défice não petrolífero pode ser interpretado como mostrando o aumento na oferta de dinheiro e na procura agregada causado pelos gastos financiados por levantamentos a partir do Fundo Petrolífero. Défices fiscais não petrolíferos elevados têm potencial para causar inflação e reduzir assim a competitividade internacional de empresas timorenses e o nível de vida dos cidadãos. O Governo, porém, considera que tal situação é pouco provável no caso de Timor-Leste, uma vez que grande parte do aumento nos gastos e no défice fiscal não petrolífero se deve a projectos de infra-estruturas em grande escala tais como a Central Eléctrica e estradas. Estes projectos não aumentam a procura agregada de forma significativa, sendo que por outro lado têm boas possibilidades de aumentar o potencial produtivo da economia. Assim sendo, aumentarão provavelmente o crescimento económico e não a inflação. Os aumentos na despesa corrente financiados por levantamentos a partir do Fundo Petrolífero podem ter um impacto maior na inflação, porém o Governo já está empenhado em ter um crescimento prudente nas despesas recorrentes a médio prazo. Os aumentos são justificados pela implementação do PED nos primeiros cinco anos. Estes aumentos são temporários e voltarão a níveis sustentáveis após a implementação do PED.

A Tabela 4.2 mostra que o défice não petrolífero em 2012 (despesas não cobertas pelas receitas domésticas não petrolíferas) é financiado através de levantamentos do Fundo Petrolífero acima do RSE, do Rendimento Sustentável Estimado e de empréstimos. São necessários levantamentos acima do RSE são necessários todos os anos até 2016 para pagar os investimentos a nível de infra-estruturas e de desenvolvimento de capital humano. Estes investimentos contribuirão para um crescimento económico forte e para melhores cobranças de receitas domésticas. A longo prazo o Governo acredita que os aumentos nas receitas domésticas permitirão reduzir a zero os levantamentos do Fundo Petrolífero acima do RSE.

A tabela 4.3 mostra as principais previsões económicas (e alvos de crescimento económico) até 2016. O Governo acredita que a sua política de investir em infra-estruturas e desenvolvimento de capital humano contribuirá a médio prazo para um crescimento económico com dois dígitos e para uma inflação moderada.

Tabela 4.3 Alvos e Previsões Económicos para o período de 2011 a 2016

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Metas de crescimento económico real (%)	10,0	10,9	10,4	9,9	10,8	11,5
Receitas domésticas ($ mil)	110,7	136,1	158,7	185,5	217,8	256,3
Receitas Petrolíferas ($ mil)	2.546,9	1.765,8	1.564,6	1.410,4	1.556,6	1.596,6
Saldo do Fundo Petrolífero ($ mil)	8.678,9	9.276,0	9.524,1	9.596,2	10.226,8	10.901,3
Inflação (*rolling year*, %)	9,4	8,0	8,0	8,0	7,0	7,0

Fontes: Direcção de Macroeconomia e Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2011.

Análise das Despesas

Em 2011 o Ministério das Finanças redigiu análises detalhadas de despesas para o ano financeiro de 2010 e para os primeiros cinco meses de 2011. As conclusões destas análises foram discutidas numa Sessão de Trabalho de Análise da Execução Orçamental em Agosto de 2011, presidida pelo Primeiro-Ministro e difundida em directo na televisão nacional. O foco desta sessão de trabalho consistiu em identificar áreas onde pudessem ser feitas poupanças e em melhorar a eficácia, eficiência e distribuição das despesas do Governo.

A sessão de trabalho e as análises de despesas notaram que as despesas de capital aumentaram de forma acentuada entre 2008 e 2011, impulsionadas por maiores gastos com infra-estruturas, em especial no projecto da Central Eléctrica. Os gastos em infra-estruturas, sobretudo electricidade, são necessários para estimular o crescimento e o desenvolvimento económicos e estão em linha com o PED. Tal como está reflectido no orçamento para 2012, o Governo tenciona continuar a fazer despesas elevadas com infra-estruturas a médio prazo, com as grandes verbas para o projecto de energia a diminuírem até ao final em 2013.

As despesas correntes também aumentaram entre 2008 e 2011. O Governo está empenhado em ter aumentos prudentes nas despesas recorrentes a médio prazo, de forma consistente com uma inflação moderada e com sustentabilidade financeira. Terão porém de haver alguns aumentos nas despesas correntes a médio prazo para manter infra-estruturas construídas recentemente e para pagar o combustível necessário para geradores, à medida que a oferta e a procura de electricidade aumentam.

Análise das Principais Iniciativas de Reforma em 2011 e 2012

O Governo está empenhado em melhorar a gestão das finanças públicas. Através de uma melhor gestão das finanças públicas o Governo irá aumentar a eficiência e a distribuição das despesas e reduzir os riscos fiduciários. O Governo adaptou o seu programa de reforma da gestão das finanças públicas de acordo com as conclusões dos relatórios de análise das despesas e da Sessão de Trabalho de Análise da Execução Orçamental.

Em princípios de 2011 o Governo lançou o Portal de Transparência. Este portal permite aos cidadãos verem e analisarem as despesas do Governo. Os cidadãos podem usar este portal para responsabilizar o Governo e melhorar a eficiência das despesas. No mês de Agosto o Governo lançou o Portal de Aprovisionamento Electrónico, outra iniciativa que visa garantir

competitividade e o bom uso do dinheiro. Em 2012 o Governo continuará com a implementação de um sistema abrangente de informações integradas de gestão financeira, incluindo gestão de contratos e módulos de aprovisionamento electrónico. Estes módulos deverão melhorar a gestão das finanças públicas e evitar que os ministérios assinem contratos referentes a projectos fora do orçamento. A implementação destes módulos deve igualmente permitir a melhoria da gestão de dinheiro.

Foram igualmente estabelecidas instituições durante 2011 para monitorizar, gerir e implementar o FDCH e o Fundo de Infra-estruturas. O Secretariado dos Grandes Projectos ficou responsável por conduzir uma análise detalhada das submissões feitas ao Fundo de Infra-estruturas. O Conselho de Administração do Fundo de Infra-estruturas (CAFI) foi estabelecido para decidir quais os projectos que deveriam ser incluídos no Fundo de Infra-estruturas com base na sua leitura da análise realizada pelo Secretariado dos Grandes Projectos e do PED. Foi também estabelecida a Agência de Desenvolvimento Nacional para supervisionar a implementação dos projectos, validar o progresso dos projectos e levar a cabo o controlo de qualidade. Foi entretanto estabelecida a Comissão de Aprovisionamento para ajudar no aprovisionamento de projectos de grande escala incluídos no Fundo de Infra-estruturas. O Governo está empenhado em continuar a fortalecer estas instituições e processos a longo prazo.

Acordos Institucionais para a Formulação, Aprovisionamento e Monitorização de Projectos

O Governo estabeleceu instituições em 2011 para avaliar, aprovisionar e monitorizar projectos no Fundo de Infra-estruturas. Estas instituições devem garantir que os empreiteiros privados prestam ao Governo serviços com uma boa relação qualidade-custo; que os riscos fiduciários a que os fundos estão sujeitos são minimizados e que todos os projectos contribuem para as metas e visões do PED.

Os Ministérios são responsáveis por submeter projectos do Fundo de Infra-estruturas ao Secretariado dos Grandes Projectos, o qual é responsável por realizar uma análise detalhada destas submissões. O Secretariado aconselha igualmente o Conselho de Administração do Fundo de Infra-estruturas (CAFI) a respeito da eventual aprovação ou rejeição de projectos específicos a serem financiados pelo Fundo de Infra-estruturas.

O CAFI foi igualmente estabelecido em 2011. O CAFI analisa o relatório sobre projectos elaborado pelo Secretariado dos Grandes Projectos e decide se um determinado projecto deve ou não ser financiado pelo Fundo de Infra-estruturas.

O Comité de Revisão do Orçamento é responsável por decidir o orçamento global para o Fundo de Infra-estruturas. O Parlamento é responsável por analisar e aprovar todo o Orçamento do Estado, incluindo o Fundo de Infra-estruturas.

Assim que um projecto é aprovado e incluído no Fundo de Infra-estruturas no âmbito do Orçamento do Estado, a Comissão de Aprovisionamento é responsável pelo aprovisionamento de grandes projectos. Isto inclui a emissão de um aviso de aprovisionamento, a avaliação de propostas de diferentes empresas e a recomendação da empresa com a qual deverá ser assinado contrato. A ADN será então responsável pelo controlo de qualidade e pela supervisão da implementação dos contratos.

O CAFI é responsável pela aprovação final de contratos referentes a projectos de valor igual ou inferior a 5 milhões de dólares. O Conselho de Ministros é responsável pela aprovação de contratos de valor superior a 5 milhões. Aquando da conclusão, o Ministério da tutela é responsável pelo funcionamento e manutenção dos projectos de infra-estruturas.

Para alguns projectos podem existir dois ou mais processos interligados de aprovação e aprovisionamento de projectos. Um ministério pode propor um orçamento detalhado para um estudo de concepção e viabilidade de uma estrada e um orçamento aproximado para a sua construção. Este projecto poderá ser aprovado e incluído no Fundo de Infra-estruturas no âmbito do Orçamento do Estado. Após o desenho detalhado de concepção ser realizado o projecto será reavaliado e o seu orçamento será alterado no Orçamento do Estado do próximo ano caso necessário.

Despesas do FCTL

A Tabela 4.4 mostra o orçamento para o FCTL por categoria. As despesas recorrentes no FCTL aumentam de 563,4 milhões de dólares para 686,0 milhões entre 2011 e 2012, devido sobretudo a um aumento nas despesas com Bens e Serviços. Existe um crescimento moderado nas despesas recorrentes de 4% por ano entre 2012 e 2016. Isto está em linha com o compromisso do PED no que se refere a aumentos prudentes nas despesas recorrentes. As despesas de capital do FCTL aumentam de 118,3 milhões de dólares em 2011 para 157,9 milhões em 2012.

Tabela 4.4 Despesas do CFTL por Categoria de Dotação em milhões de dólares

	2010ACT	2011OGE	2012OGE	2013OGE	2014OGE	2015OGE	2016OGE
Total de despesa	**758,7**	**681,7**	**843,9**	**877,7**	**912,8**	**949,3**	**987,2**
Correntes	*505,0*	*563,4*	*686,0*	*713,4*	*742,0*	*771,7*	*802,5*
Salários e Vencimentos	91,5	116,8	140,1	145,7	151,5	157,6	163,9
Bens e serviços	245,1	269,1	346,3	360,2	374,6	389,5	405,1
Transferências Públicas	168,4	177,5	199,6	207,6	215,9	224,5	233,5
Capital	*253,7*	*118,3*	*157,9*	*164,2*	*170,8*	*177,6*	*184,7*
Capital Menor	38,1	29,3	42,9	44,6	46,4	48,3	50,2
Capital de Desenvolvimento	215,6	89,0	115,0	119,6	124,4	129,4	134,5

Fonte: Direcção do Orçamento, Ministério das Finanças, 2011.

Salários e Vencimentos

As principais decisões políticas na categoria de dotação de Salários e Vencimentos incluem:

- Aumento do orçamento para salários e vencimentos do Ministério da Educação em 2,6 milhões de dólares em face do estatuto da carreira docente. Este estatuto aumenta os vencimentos dos professores com qualificações apropriadas, motivando-os para adquirirem melhores qualificações. Professores mais bem qualificados contribuirão para melhores resultados educacionais em Timor-Leste;

- Com vista a fortalecer o ensino superior foi dotado um orçamento separado em relação ao Ministério da Educação para a UNTL. O aumento nos Salários e Vencimentos da UNTL é de 3,5 milhões de dólares;

- O Governo atribuiu contratos permanentes a funcionários temporários da Função Pública, provocando um aumento no orçamento para Salários e Vencimentos de 17,7 milhões de

dólares em 2011 para 23,2 milhões em 2012, para carreiras especiais, subsídios e novos recrutamentos.

Bens e Serviços
O orçamento total para esta categoria é de 346,3 milhões de dólares. Isto representa um aumento significativo em comparação com os 269,1 milhões incluídos no orçamento para 2011. As medidas principais nesta área incluem:

- Em 2012, 104,1 milhões de dólares americanos encontram-se alocados para a EDTL. Isto representa um aumento significativo comparativamente com o montante de 45,5 milhões de dólares americanos alocado em 2011. Contudo, tal é justificado considerando o actual preço do petróleo internacional que conduz a um aumento dos custos do combustível para geradores (representando a maior parte dos fundos alocados para a Categoria Bens e Serviços da EDTL), e ao compromisso do Governo em aumentar o abastecimento de electricidade;

- Em 2012 são orçamentados 2,4 milhões de dólares para a formação profissional de professores. Esta formação irá aumentar a competência e o profissionalismo dos professores, elevando os padrões dos professores e conduzindo os alunos a um melhor nível de ensino no médio a longo prazo;

- Um aumento no item de serviços operacionais do Ministério da Educação de 2,8 milhões de dólares em 2011 para 5,2 milhões em 2012, devido sobretudo a aumentos no orçamento para o programa de merendas escolares. Este aumento é necessário em face dos aumentos nos preços de alimentos registados durante os primeiros 6 meses de 2011;

- Despesas relacionadas com as celebrações do centenário Dom Boaventura e outros dias importantes no valor total de 6 milhões;

- Despesas relacionadas com eleições, num valor total de 14,5 milhões dos quais 8 milhões são para o STAE, 1.5 milhões para a CNE, 4 milhões para a PNTL, 0.5 milhões para as F-FDTL, e 0, 5 milhões de dólares para a RTTL.

Transferências Públicas
Está orçamentado que as Transferências Públicas aumentem 12,4% em 2012 comparativamente com 2011. O orçamento total para as Transferências Públicas em 2012 é de 199,6 milhões de dólares. Os principais programas de transferências orçamentados para 2012 são os seguintes:

- 79,8 milhões de dólares americanos alocados para a Direcção Nacional dos Veteranos do Ministério da Solidariedade Social, principalmente para efectuar o pagamento de benefícios pessoais aos veteranos.

- 35,6 milhões de dólares americanos alocados para a Direcção Nacional de Segurança Social do Ministério da Solidariedade Social, os quais serão utilizados para o pagamento de benefícios pessoais num valor de 30 dólares americanos mensais aos idosos com mais de 60 anos e a inválidos.

- 6,3 milhões no Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território para o PDL. Este programa fornece pequenas concessões em distritos para a construção e reabilitação de infra-estruturas. Encoraja também o crescimento de pequenas empresas nos distritos e fomenta o crescimento económico.

- 20,7 milhões de dólares para a Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego (SEFOPE) relativamente a obras de capital com uso intensivo de mão-de-obra para criar emprego nas zonas rurais.

Capital Menor

O Governo aumentou o orçamento para Capital Menor de 29,3 milhões de dólares em 2011 para 42,9 milhões em 2012. As principais despesas nesta categoria em 2012:

- 1,4 milhões de dólares no Ministério da Saúde para comprar ambulâncias e 0,5 milhões para equipamento médico para hospitais.
- 5 milhões de dólares americanos para o Gabinete do Ministro da Defesa e Segurança.
- 4,2 milhões de dólares americanos alocados à PNTL para as eleições.

Capital de Desenvolvimento do FCTL

A Tabela 4.5 mostra as despesas de Capital de Desenvolvimento do FCTL.

Tabela 4.5 Despesas de Capital de Desenvolvimento do FCTL em milhões de dólares

Capital de desenvolvimento	2011OGE	2012OGE	2013OGE	2014OGE	2015OGE	2016OGE
PDD1 Sub-districto,Suco e Aldeia	15,5	34,4	35,8	37,1	38,7	40,2
PDD2 Distrito	28,8	30,1	31,3	32,6	33,9	35,2
Ministérios/Agências	44,7	50,6	52,6	54,6	56,9	59,2
Total	**89,0**	**115,0**	**119,6**	**124,2**	**129,4**	**134,5**

Fonte: Direcção do Orçamento, Ministério das Finanças, 2011

O PDD1 e o PDD2 financiam o desenvolvimento de infra-estruturas em pequena escala. Em 2012 estes programas irão construir estradas, instalações de educação, abastecimento de água e saneamento e irrigação. Estes programas pretendem também encorajar o crescimento de empresas de construção civil para construir e manter estas infra-estruturas e para contribuir para o desenvolvimento a longo prazo de Timor-Leste.

O Governo está empenhado em que os projectos do PDD1 e do PDD2 sejam distribuídos através de Timor-Leste de forma justa e com base nas necessidades. O Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território organizou uma série de reuniões com chefes de Suco, cidadãos e líderes comunitários em 2010 a fim de identificar a procura por diferentes tipos de projectos do PDD1 e do PDD2. Estas solicitações foram então desenvolvidas em propostas de projecto mais detalhadas para consideração do Comité de Revisão do Orçamento. Este comité considerou também indicadores de prestação de serviços em cada Suco, retirados do censo de 2010, aquando da decisão dos projectos do PDD1 e PDD2 a financiar. Por exemplo, os sucos nos quais uma percentagem baixa da população tem acesso a água potável tiveram mais possibilidades de receberem financiamento para um projecto de PDD1 ou PDD2 incluído no orçamento do Estado para 2012 relativo a água potável. O livro orçamental 3 discute o PDD1 e o PDD2 de forma mais detalhada.

Fundo de Infra-estruturas

Para o desenvolvimento e apoio de uma economia moderna e produtiva são necessárias infra-estruturas essenciais que Timor-Leste de momento não possui. O Governo está empenhado em corrigir esta situação por via do desenvolvimento de infra-estruturas de electricidade, transportes e infra-estruturas de educação. Está igualmente empenhado em melhorar as infra-estruturas na Costa Sul para atrair investimento no sector petrolífero a jusante.

Os projectos de infra-estruturas em grande escala requerem muitas vezes financiamento para mais do que um ano. O Governo estabeleceu o Fundo de Infra-estruturas em 2011 para financiar o desenvolvimento de projectos plurianuais e de grande dimensão (acima de 1 milhão de dólares). Reconhecendo a sua importância, os projectos que contribuem para o desenvolvimento dos ODMs são também financiados através do Fundo de Infra-estruturas.

Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano

Para Timor-Leste se tornar uma nação bem-sucedida, saudável, instruída e segura é necessário investimento nos cidadãos. A construção de recursos humanos é uma prioridade para o Governo. O FDCH é plurianual e foi estabelecido em 2011 para financiar actividades para melhorar o desenvolvimento de capital humano. A tabela 4.6 mostra o orçamento para o FDCH.

Tabela 4.6 Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano em milhões de dólares

	2010act	2011bud	2012bud	2013bud	2014bud	2015bud	2016bud
HCDF	0.0	25.0	30.0	35.0	40.0	45.0	45.0

Os objectivos do fundo são os seguintes:

- Financiar a formação e o desenvolvimento de recursos humanos;
- Providenciar uma abordagem coordenada através de todo o Governo;
- Providenciar certeza na negociação e execução de contratos que se estendam para lá de um ano; e
- Promover a transparência e a responsabilização através de melhores sistemas de reporte.

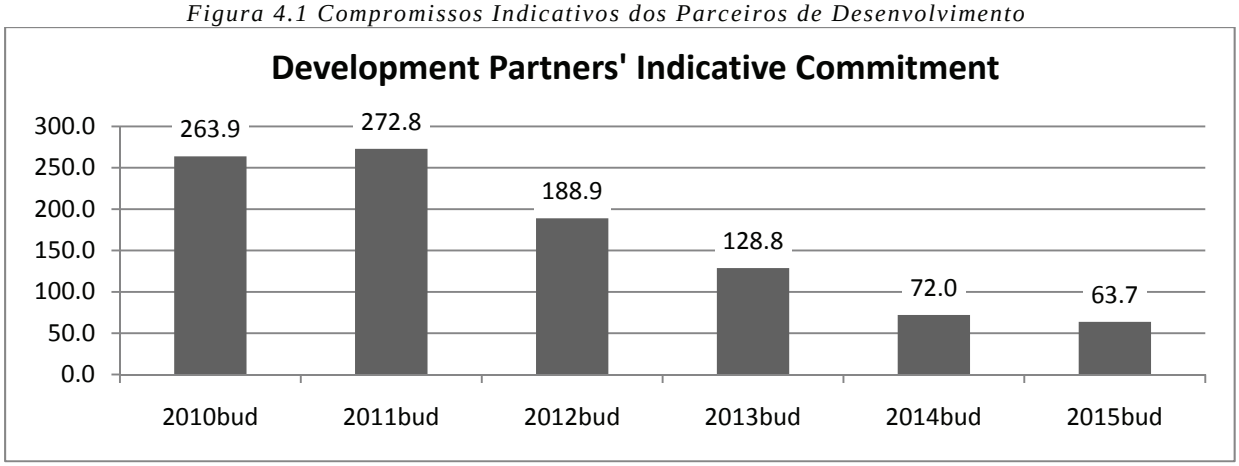
As iniciativas específicas no fundo para 2012 incluem:

- 8,3 milhões para o Ministério da Educação;
- 2,6 milhões para o Ministério da Saúde; e
- 4,9 milhões para o Ministério da Justiça.

Parceiros de Desenvolvimento

Os parceiros de desenvolvimento contribuirão com um total de 188,9 milhões de dólares a Timor-Leste em 2012, representando 10,1% do total do orçamento de fontes combinadas. O livro cinco delineia e discute os detalhes destes compromissos.

Figura 4.1 Compromissos Indicativos dos Parceiros de Desenvolvimento



Fonte: Direcção Nacional de Eficácia da Ajuda, 2011. Nota: Os valores para 2011 e 2010 relativos aos compromissos dos parceiros de desenvolvimento representam os últimos dados disponíveis.

Parte 5: Receitas

Introdução

Estima-se que o total de receitas em 2012 seja de 1.90 mil milhões de dólares, com o grosso (1.77 mil milhões) proveniente das receitas petrolíferas e os 136,1 milhões restantes a virem das receitas domésticas.

Para o futuro, e apesar deste domínio contínuo das Receitas Petrolíferas, à medida que a economia cresce e a administração melhora, as Receitas Domésticas irão registar um crescimento robusto e chegar aos 256,3 milhões de dólares em 2016. Enquanto percentagem do Total de Receitas, estas alterações farão as receitas domésticas passar de 7,2% em 2012 para uma estimativa de 13,8% em 2016, sendo que o crescimento contínuo será cada vez mais importante à medida que as receitas petrolíferas começam a descer.

Tabela 5.1 Previsão do Total das Receitas, 2010 - 2016 ($'m)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Actual	Estimativa			Previsão		
Total das Receitas	2,213.7	2,657.6	**1,901.9**	1,723.3	1,595.9	1,774.4	1,852.9
Receitas Domésticas	96.4	110.7	**136.1**	158.7	185.5	217.8	256.3
Receitas Petrolíferas	2,117.3	2,546.9	**1,765.8**	1,564.6	1,410.4	1,556.6	1,596.6

Fonte: Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças, 2011

Receitas Domésticas

As Receitas Domésticas consistem sobretudo em impostos (directos e indirectos), taxas e pagamentos de utilização, juros e receitas das Instituições Autónomas. Adicionalmente, há também receitas provenientes da venda de arroz e outros produtos subsidiados, como resultado de uma medida temporária introduzida pelo Governo para aliviar as dificuldades causadas pelo disparo dos preços mundiais dos alimentos em 2008.

A Tabela 5.2 mostra que os impostos, taxas e pagamentos e instituições autónomas continuam a aumentar de 2010 a 2016. A redução final gradual do programa de subsídios, significa que as receitas provenientes da venda de arroz caíram consideravelmente, esperando-se que continuem nestes níveis mais baixos.

Tabela 5.2 Previsão das Receitas Domésticas 2010 - 2016 ($'m)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Actual	Estimativa			Previsão		
Impostos Directos	18.2	22.3	**40.6**	43.2	46.4	50.4	53.7
Impostos Indirectos	31.9	42.6	**54.5**	64.4	74.6	85.0	95.8
Taxas e Pagamentos	19.7	16.2	**19.0**	24.0	30.9	40.8	55.3
Venda de Arroz	12.6	10.0	**0.8**	0.9	1.1	1.2	1.3
Juros	0.1	0.1	**0.1**	0.1	0.1	0.1	0.1
Agências Autónomas	13.7	19.2	**20.9**	25.9	32.2	40.0	49.9
Receitas dos Jogos Sociais	0.0	0.3	**0.2**	0.2	0.2	0.2	0.2
Total	**96.4**	**110.7**	**136.1**	**158.7**	**185.5**	**217.8**	**256.3**

Fonte: Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças, 2011

Impostos

A Tabela 5.3 mostra as projecções de receitas por categoria e tipo de imposto. Estima-se que os impostos directos aumentem em 2011, chegando aos 40,6 milhões de dólares em 2012, e com um crescimento estável daí para a frente. Estas alterações devem-se em grande parte a um maior investimento do Governo na economia, através de despesas de capital. Prevê-se que este crescimento se reflicta no imposto de retenção, dado que os contratos de construção são sujeitos a este imposto.

A projecção de impostos indirectos para 2012 é de 54,5 milhões de dólares, aumentando para 95,8 milhões em 2016. Estas projecções assentam em grande parte por um lado na necessidade continuada de importações para facilitar o crescimento e o consumo domésticos, e por outro na capacidade continuada das infra-estruturas domésticas para acomodar estes aumentos. Como tal, alterações na infra-estrutura portuária ou aumentos significativos na produção doméstica para satisfazer a procura industrial e dos consumidores podem mudar consideravelmente estes números no médio prazo.

Tabela 5.3 Previsão do Total das Receitas Fiscais 2010 - 2016 ($'m)

	2010 Actual	2011 Estimativa	2012	2013	2014 Previsão	2015	2016
Impostos Directos	**18.23**	**22.30**	**40.56**	**43.21**	**46.44**	**50.45**	**53.73**
Imposto sobre Rendimento	5.53	7.10	**7.82**	8.13	8.46	8.79	9.15
Pessoas Singulares	0.68	*1.29*	***1.95***	*2.03*	*2.11*	*2.20*	*2.28*
Pessoas Singulares Outros	4.85	*5.81*	***5.87***	*6.10*	*6.34*	*6.60*	*6.86*
Pessoas Colectivas	4.49	5.70	**5.59**	6.23	6.96	7.76	8.67
Retenção na Fonte	8.22	9.50	**27.15**	28.84	31.03	33.89	35.92
Impostos Indirectos	**31.94**	**42.60**	**54.50**	**64.40**	**74.59**	**85.05**	**95.83**
Imposto de Serviços	3.49	4.00	**5.11**	6.15	7.43	8.98	10.86
Imposto sobre Vendas	6.08	11.40	**13.34**	15.72	18.13	20.53	22.94
Impsto de Consumo	16.88	17.70	**24.65**	29.08	33.53	37.97	42.42
Direitos Aduaneiros	5.48	9.50	**11.40**	13.44	15.50	17.55	19.61

Fonte: Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças, 2011

Taxas e Pagamentos de Utilização

A Tabela 5.4 contém a projecção das receitas de taxas e pagamentos de utilização, prevendo-se que aumentem de 16,2 milhões de dólares em 2011 para os 19,0 milhões em 2012. A queda em 2011 deve-se a receitas excepcionalmente elevadas ao nível de outras receitas não fiscais em 2010. A tendência de crescimento subjacente nesta categoria irá regressar no futuro, com as receitas de taxas e pagamentos de utilização a atingirem os 55,3 milhões em 2016.

Tabela 5.4 Previsão de Taxas e Pagamentos de Utilização 2010 - 2016 ($'m)

	2010 Actual	2011 Estimativa	2012	2013	2014 Previsão	2015	2016
Taxas e Pagamentos de Utilização	**19.73**	**16.18**	**19.00**	**23.98**	**30.93**	**40.84**	**55.29**
Registo de Negócios	0.44	0.74	**1.31**	2.27	3.93	6.80	11.77
Taxas de Correio	0.07	0.06	**0.02**	0.02	0.02	0.03	0.03
Rendas de Propriedades	2.23	2.39	**4.01**	5.38	7.21	9.67	12.96
Taxas de Água	0.05	0.07	**0.06**	0.06	0.07	0.07	0.08
Propinas	0.39	0.47	**0.48**	0.54	0.60	0.67	0.74
Registo de Veículos	0.95	0.94	**1.33**	2.09	3.21	4.93	7.48
Inspecção de Veículos	0.00	0.24	**0.26**	0.38	0.57	0.86	1.29
Licenças de Condução	0.00	0.34	**0.36**	0.54	0.81	1.22	1.83
Outras Taxas de Transportes	0.00	0.00	**0.00**	0.00	0.00	0.00	0.00
Identificação e Passaportes	0.53	0.81	**0.96**	1.31	1.77	2.40	3.25
Vistos	1.03	1.48	**1.30**	1.46	1.64	1.84	2.06
Taxas Hospitalares	0.08	0.07	**0.07**	0.08	0.09	0.10	0.11
Custas Judiciais	0.00	0.00	**0.17**	0.19	0.22	0.24	0.27
Ganhos	3.72	7.26	**5.23**	5.84	6.52	7.27	8.12
Extracção de Minérios	0.09	0.10	**0.07**	0.08	0.09	0.10	0.11
Rádio e Televisão	0.00	0.00	**0.00**	0.00	0.00	0.00	0.00
Bid Doc Receipts	0.05	0.05	**0.03**	0.02	0.02	0.01	0.01
Leilão	0.17	0.05	**0.01**	0.02	0.02	0.02	0.02
Outros	9.95	1.11	**3.32**	3.70	4.13	4.61	5.15

Fonte: Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças, 2011

Vendas de arroz e juros

Os subsídios ao arroz foram introduzidos para proteger o povo timorense contra o disparo dos preços mundiais dos alimentos em 2008. Foi entretanto considerado que a necessidade de o Governo intervir neste mercado diminuiu. À medida que o Governo reduz a sua intervenção, as receitas deste sector deverão cair para 0,8 milhões de dólares em 2012 e, como não se prevê qualquer nova intervenção, o crescimento das receitas manter-se-á estável.

Os juros (dinheiro recebido pelas contas bancárias do Governo) representam apenas uma pequena parte das Receitas Domésticas. Está previsto que as receitas de juros atinjam os 0,1 milhões de dólares em 2012 e que aumentem de forma modesta a médio prazo.

Instituições Autónomas

A Tabela 5.5 mostra as receitas das Instituições Autónomas (Instituto de Gestão de Equipamentos, ANATL, APORTIL e EDTL).

A EDTL é o maior contribuinte para esta categoria, sendo esperado que as suas receitas aumentem de 14,52 milhões de dólares em 2011 para 16,08 milhões em 2012. Prevê-se que este crescimento forte se mantenha no futuro, com a continuação da expansão do crescimento económico e da procura de electricidade, bem como fruto dos esforços continuados para aumentar o número de consumidores de electricidade que pagam pelo serviço que recebem. É também possível que as taxas cobradas, as quais foram revistas em Agosto de 2011, possam ser modificadas novamente. Esta modificação passará por pedir a clientes mais abastados que aceitem subsídios menores em relação à electricidade que consomem, o que poderá aumentar ainda mais as receitas recebidas.

Prevê-se que as receitas da ANATL cresçam de forma gradual, chegando aos 1,35 milhões de dólares em 2012, por via do aumento do número de voos e passageiros. A melhoria das infra-estruturas no futuro poderá fazer com que estes valores aumentem de forma significativa.

As receitas da APORTIL estimam-se que sejam de 3,39 milhões de dólares em 2012, registaram um crescimento robusto que deverá continuar a médio prazo, chegando aos 6,46 milhões até 2016. Uma vez mais, estes aumentos estão dependentes do aumento continuado das importações, bem como de aumentos nos seus níveis de preços, sem esquecer a capacidade das instalações portuárias para dar resposta a estes aumentos.

Tabela 5.5 Previsão das Agências Autónomas 2010 - 2016 ($'m)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Actual	Estimativa			Previsão		
Inst. Gestão Equip.	0.03	0.00	**0.11**	0.12	0.13	0.15	0.16
ANATL	1.23	1.32	**1.35**	1.42	1.48	1.55	1.63
APORTIL	2.46	3.10	**3.39**	3.99	4.68	5.50	6.46
EDTL	10.00	14.52	**16.08**	20.40	25.88	32.83	41.64
SAMES	0.00	0.00	**0.00**	0.00	0.00	0.00	0.00
Total	**13.72**	**18.94**	**20.94**	**25.92**	**32.18**	**40.03**	**49.89**

Fonte: Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças, 2011

Receitas Petrolíferas

Os principais factores que conduzem o fluxo de receitas petrolíferas são os preços, a produção e os custos. Comparativamente com as estimativas de receitas petrolíferas no orçamento do ano transacto os preços são um pouco mais altos, a produção é consideravelmente inferior e os custos são significativamente superiores. Com base nestes pressupostos prevê-se que as receitas petrolíferas atinjam o seu pico em 2011, com 2,5 mil milhões de dólares, antes de descerem gradualmente para 1,8 mil milhões em 2012 e para 1,6 mil milhões em 2015 (ver Tabelas 5.6 e 5.7). As revisões reduzem as receitas acumuladas ao longo da vida do Bayu-Undan em cerca de 20%, comparativamente com as estimativas do ano anterior.

Tabela 5.6 Estimadas das Receitas Petrolíferas 2011-2016 (milhões de dólares)

	2010 Actual *	2011 Estimativas	2012 Orçamento	2013 Projecções	2014 Projecções	2015 Projecções	2016 Projecções
Total das Receitas Petrolíferas	**2.339**	**2.830**	**2.092**	**1.906**	**1.758**	**1.917**	**1.980**
BU** *FTP/Royalties*	159	165,66	119,28	114,40	108,26	117,37	115,08
BU Lucro Petrolífero	1.031	1.275,18	930,97	780,30	676,69	767,06	843,39
BU Rendimento do Imposto	458	420,00	251,58	264,29	280,21	323,41	277,02
BU Lucros Adicionais do Imposto	374	472,74	300,86	291,99	236,89	293,26	320,20
BU Valor Acrescentado do Imposto	35	8,48	13,43	13,64	13,00	9,79	10,40
BU Vencimentos do Imposto	16	15,00	10,00	8,49	8,66	8,83	9,01
BU Pagamento do Oleoduto	7	8,56	8,56	8,56	8,56	8,56	8,56
BU Outros Pagamentos	19	136,60	25,00	20,00	-	-	-
BU Retenção do Imposto	18	10,57	16,73	16,99	16,20	12,20	12,95
Kitan		33,74	89,44	45,98	61,86	16,10	-
Juros do Fundo Petrolífero Recebidos	221	283	326	341	347	360	384

*) Actual Cash flow for 2010 **) BU: Bayu Undan

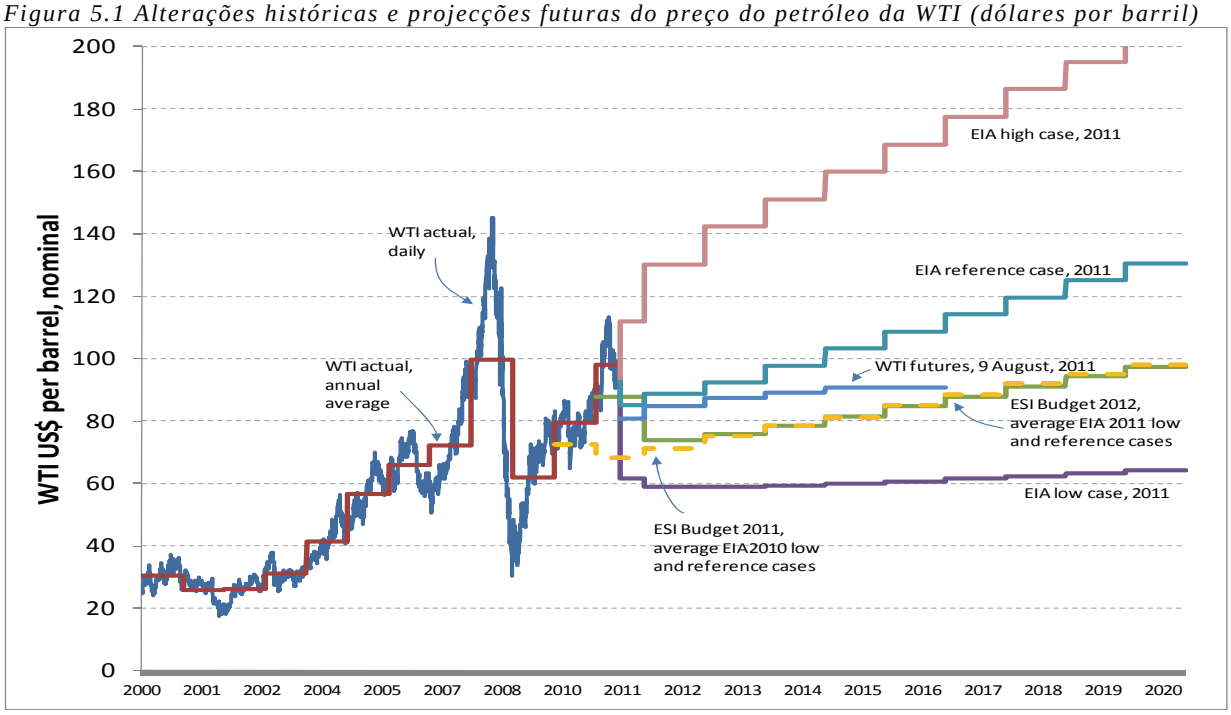
Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2011

Preços do Petróleo

O preço do petróleo para 2011 está estimado em 88 dólares por barril, levando em conta o desenvolvimento concreto até Julho. Esta estimativa do preço do petróleo é cerca de 20

dólares por barril mais elevada que o previsto no orçamento do ano transacto. Os preços do petróleo estão estimados nos 74 e 76 dólares por barril para 2012 e 2013, respectivamente, o que é ligeiramente superior ao anteriormente esperado. A Figura 5.1 mostra os pressupostos de preços do petróleo utilizados na estimativa das receitas petrolíferas. A figura mostra sobretudo duas coisas: em primeiro lugar, os pressupostos dos preços do petróleo, que são a média da referência e do cenário baixo da EIA, não registaram grandes alterações em relação às estimativas do ano transacto. Em segundo lugar, os pressupostos são prudentes, sendo inferiores ao "cenário mais provável" ou cenário de referência da EIA e aos futuros da WTI[6], e significativamente inferiores ao cenário elevado da EIA. A metodologia de pressupostos de preços do petróleo (bem como todos os outros principais pressupostos) foi discutida em detalhe no Orçamento para 2011.

Figura 5.1 Alterações históricas e projecções futuras do preço do petróleo da WTI (dólares por barril)



Fonte: Administração de Informação Energética (EIA), Panorama Energético Anual de 2011

Produção de Petróleo

A previsão de produção de condensado e GPL (líquidos) para o Bayu-Undan é revista em baixa significativa comparativamente com os cálculos do RSE no ano transacto, levando em conta a experiência operacional recente e os resultados da Fase II de perfuração em 2010, entretanto totalmente assimilados. Conforme se pode ver na Tabela 5.7, o total da produção do Bayu-Undan (também incluindo GNL) já atingiu o seu pico e deverá agora ir diminuindo até cessar em 2024.

O Plano de Desenvolvimento do campo de Kitan foi aprovado em 2010 e é esperado que a produção tenha início no 4.º trimestre de 2011. A produção total é modesta quando comparada com a do campo de Bayu Undan. Os cenários de produção baixa e base de Kitan são de 26,8 e 35,5 milhões de barris de petróleo, respectivamente, ao longo da vida do projecto. O fluxo total de receitas com base no Cenário de Produção Baixa é equivalente a 247,1 milhões de dólares, cerca de 1% do Bayu Undan.

[6] *Os futuros da WTI reflectem as expectativas das partes (vendedor e comprador) no mercado do petróleo relativamente ao preço futuro do petróleo e à quantidade a ser produzida.*

Custos

Os custos estimados para o projecto Bayu Undan, tanto a montante como a jusante, aumentaram de forma significativa. Os custos totais (de capital e operacionais, na instalação a montante, no gasoduto e na estação de GNL a jusante) são cerca de 40% superiores aos indicados na estimativa do ano transacto. A alteração na estimativa de custo deriva sobretudo da valorização do dólar australiano, no qual é paga uma parte significativa dos custos, e de questões de corrosão e outras questões operacionais que requerem acção correctiva ao longo dos próximos anos. A Tabela 5.7 mostra o preço do petróleo, os volumes de produção e as receitas petrolíferas sem e com descontos para Timor-Leste ao longo da vida dos dois projectos.[7]

Tabela 5.7 Cálculo do Rendimento Sustentável – Pressupostos do Preço do Petróleo e Estimativas de Produção e Receitas entre 2002 e 2025

Timor-Leste Petroleum sector				
	Average WTI oil price	Production	Total Discounted Petroleum Revenues (Factor of 3.7%)	Total Undiscounted Petroleum Revenues
	$/Barrel	million barrels oil equivalent	$ million	$ million
Total		**892**		**27.266**
Total from 1 January 2012		**548**	**13.496**	**18.864**
to 2002				
2003				10
2004	44	17	0	174
2005	54	29	0	336
2006	65	57	0	609
2007	72	58	0	1.288
2008	100	64	0	2.272
2009	62	62	0	1.653
2010	79	57	0	2.060
2011	88	59	0	2.547
2012	74	50	1.734	1.766
2013	76	52	1.482	1.565
2014	79	47	1.288	1.410
2015	82	50	1.371	1.557
2016	85	47	1.356	1.597
2017	88	44	1.245	1.521
2018	91	37	953	1.207
2019	94	38	986	1.295
2020	97	36	949	1.292
2021	101	36	918	1.297
2022	104	33	741	1.085
2023	106	18	376	572
2024	109	0	60	94
2025	112	0	37	61

Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2011

Retorno de Investimentos

O retorno líquido dos investimentos do Fundo Petrolífero foi de 221 milhões de dólares em 2010, o equivalente a 3,8%. Em 2010 a inflação dos EUA foi de 1,5% sendo que o retorno real foi de 2,3%. De 2011 para a frente presume-se um retorno dos investimentos de 3,7%, o

[7] *Inclui fluxos de receitas dos campos do Bayu Undan e de Kitan.*

que se traduz em 283 milhões de dólares em 2011 e 326 milhões em 2012 (nominal). No futuro, o retorno estimado dos investimentos irá reflectir o retorno esperado do Fundo, à medida que a afectação de activos se desenvolve em linha com a alteração à política de investimento emendada da Lei do Fundo Petrolífero.

No segundo trimestre de 2011 o retorno líquido dos investimentos do Fundo Petrolífero é de 1,7%. O retorno anual para os 12 meses até Junho de 2011 é de 3%. O retorno anual dos investimentos desde a criação do Fundo é 4,2% nominal.

Fundo Petrolífero

De acordo com o Relatório Trimestral do Fundo Petrolífero publicado pela então Autoridade Bancária e de Pagamentos (ABP), o saldo do Fundo no segundo trimestre de 2011 é de 8,3 mil milhões de dólares. Isto representa um aumento de 1,4 mil milhões em relação ao início do ano. Espera-se que o saldo do Fundo seja de 8,7 mil milhões de dólares em finais de 2011, após deduzir o levantamento estimado de 1,1 mil milhões em 2011 aprovado pelo Parlamento Nacional.

Não obstante a menor produção, os custos mais elevados e os levantamentos superiores ao previsto, o valor do Fundo Petrolífero deverá aumentar para 9,3 mil milhões de dólares até finais de 2012, 9,5 mil milhões até finais de 2013 e 10,9 mil milhões até finais de 2016.

A Tabela 5.8 mostra o saldo futuro do Fundo Petrolífero.

Tabela 5.8 Poupança Estimada do Fundo Petrolífero 2011-2016 (milhões de dólares)

	2010 Actual	2011 Estimativas	2012 Orçamento	2013 Projecções	2014 Projecções	2015 Projecções	2016 Projecções
Saldo de Abertura	**5.377**	**6.904**	**8.679**	**9.276**	**9.524**	**9.596**	**10.227**
Receitas Petrolíferas, excluindo Juros do FP	2.117	2.547	1.766	1.565	1.410	1.557	1.597
Juros do Fundo Petrolífero, Líquido*	221	283	326	341	347	360	384
Levantamentos	-811	-1.055	-1.495	-1.658	-1.686	-1.286	-1.306
Saldo ao Fim do Ano Fiscal	**6.904**	**8.679**	**9.276**	**9.524**	**9.596**	**10.227**	**10.901**

*) Líquido de comissões de gestão e de reavaliação de mercado

Riqueza Petrolífera e cálculo do RSE

De acordo com a Lei do Fundo Petrolífero, o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) será 3% da Riqueza Petrolífera. A Riqueza Petrolífera, que engloba o saldo do Fundo mais o valor actual líquido das receitas petrolíferas futuras, está estimada em 22,2 mil milhões de dólares a 1 de Janeiro de 2012. A Riqueza Petrolífera estimada desceu 2,2 mil milhões de dólares comparativamente com os cálculos feitos no Orçamento para 2011, sobretudo como consequência das alterações à produção e aos pressupostos de custos discutidos acima. A Tabela 5.9 mostra os principais pressupostos por detrás dos cálculos do RSE.

O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) está previsto nos 665,3 milhões de dólares para 2012. Isto constitui uma redução de 69 milhões em relação à estimativa do RSE para 2012 feita no orçamento do ano transacto.

Tabela 5.9 Principais pressupostos por detrás do RSE

Reconhecimento de Activos	As estimativas de receitas petrolíferas são incluídas apenas para projectos com planos de desenvolvimento aprovados, o que inclui o Bayu-Undan e Kitan.
Estimativas de Reservas e de Produção Petrolíferas	As estimativas de produção são fornecidas pelos operadores dos projectos. Utiliza-se o cenário baixo, consistente com uma probabilidade de 90% de os valores concretos ultrapassarem os valores estimados. No caso do Bayu-Undan a diferença entre o cenário baixo (P10) e o cenário central (P50) é de 7 a 12%.
Estimativa do Preço do Petróleo	O RSE relativo ao Orçamento para 2012, à semelhança do que aconteceu com o para 2011, é preparado usando a média do cenário baixo da Administração de Informação Energética (EIA) e do cenário de referência para petróleo bruto leve doce (WTI[8]).
Preços para Produtos Petrolíferos Específicos	O Bayu-Undan produz condensado, Gás Petrolífero Liquefeito (GPL) e Gás Natural Liquefeito (GNL), ao passo que o Kitan deverá produzir apenas condensado. Os pressupostos das estimativas para cada produto são derivados de diferenciais históricos observados com a WTI. Os preços do GNL são estimados usando fórmulas de preços contratuais para o curto prazo e uma relação assumida com preços de petróleo para longo prazo, usando pareceres de peritos de mercado.
Custos de Produção	Estimativa central dos custos futuros de capital e funcionamento, conforme fornecidos pelos operadores de projecto.
Taxa de Desconto	É calculada uma taxa de desconto específica para cada ano da estimativa de receitas petrolíferas, utilizando a média da taxa de títulos dos EUA, a dez anos, para cada data de maturidade respectiva. Para fins descritivos, é então calculada uma taxa única de desconto implícito que resulta no mesmo valor líquido ao qual se chegou com a taxa de desconto específico.

Fonte: Direcção Nacional do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças

A Tabela 5.10 mostra o cálculo do RSE para 2012, enquanto a Figura 5.2 mostra o RSE juntamente com a estimativa da receita petrolífera.

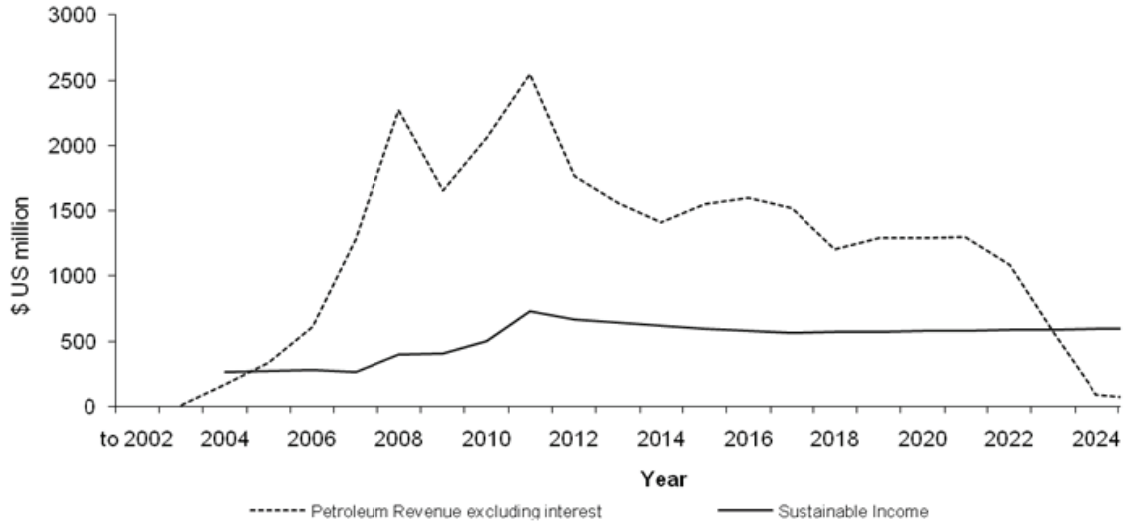
Tabela 5.10 RSE em 1 de Janeiro de 2011 comparativamente com valores do Orçamento para 2010

US$ million	2011 Budget	2012 Budget	2013 Budget	2014 Budget	2015 Budget	2016 Budget
Petroleum Fund balance	6,617	8,679	9,276	9,524	9,596	10,227
+ Net Present Value of future revenues	17,847	13,496	12,197	11,055	10,028	8,814
Total Petroleum Wealth (PW)	24,465	22,175	21,473	20,579	19,624	19,041
Estimated Sustainable Income (PWx3%)	734	665.3	644.2	617.1	588.7	571.2

Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2011

[8] *O "Petróleo Leve com Baixo Teor de Enxofre" da EIA é indicado na documentação da EIA como sendo igual ao da WTI.*

Figura 5.2 Receitas Petrolíferas e Rendimento Sustentável Estimado de Timor-Leste entre 2002 e 2024



Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2011

Alterações no RSE entre 2011 e 2012

A Figura 5.3 mostra os principais factores de alteração no RSE em 2012 desde o Orçamento para 2011. Os principais factores de mudança incluem o preço do petróleo, a produção petrolífera e os custos. A Tabela 5.9 faz uma introdução geral aos pressupostos principais do RSE.

Preços do petróleo

Os cenários baixo e de referência para 2011 da EIA permanecem essencialmente inalterados. O preço, em 2011, de 88 dólares por barril utilizado para o RSE do Orçamento para 2012 é a média ponderada dos 98 dólares concretos por barril para os 7 meses até Julho de 2011[9] e a média dos cenários baixo e de referência de 73 dólares por barril do panorama económico anual da EIA AEO para 2011. Este valor é significativamente superior à estimativa de 68 dólares por barril no Orçamento para 2011. As previsões revistas para 2012 e 2013 são também ligeiramente superiores às estimativas anteriores, mas a partir voltam basicamente para o mesmo valor que a média dos cenários baixo e de referência da EIA, utilizada para o Orçamento para 2011. A alteração na previsão da WTI aumenta o RSE em 2012 em 21 milhões de dólares, em resultado sobretudo do aumento dos preços em 2011, 2012 e 2013.

Diferenciais de preços de líquidos

Os valores assumidos do condensado e GPL do Bayu-Undan (BU) relativos à WTI no futuro foram revistos ligeiramente, tal como já aqui foi falado. A alteração no diferencial de líquidos aumenta o RSE em 2012 em 4 milhões de dólares.

Diferenciais de preços de GNL

Existe um efeito modesto da reflexão de diferenciais específicos de venda no local conforme previsto pela Poten&Partners para 2012-2013. O diferencial do *Japan Crude Cocktail* (JCC) foi revisto para a WTI menos 3,5% (Orçamento para 2011 da WTI menos 5%). Estas alterações aumentam o RSE em 5 milhões de dólares.

[9] *Fonte EIA: http://www.eia.gov/dnav/pet/pet_pri_spt_s1_d.htm; média dos preços mensais até Julho de 2011.*

Produção de líquidos
A ConocoPhilips (COP) reviu a estimativa de produção para o Bayu-Undan em baixa significativa, levando em conta a experiência operacional recente e os resultados da Fase II de perfuração em 2010, entretanto totalmente assimilados. Isto reduz o RSE de 2012 em 69 milhões de dólares. As explicações da ConocoPhilips para a revisão são as seguintes:

- Em finais de 2010 a produção de líquidos começou a desviar-se da estimativa do cenário base, que tinha, até aí, servido para prever a produção de forma muito precisa.

- Após investigação, a COP está a rever o seu modelo de reservas de baixo para cima, tendo incorporado na totalidade os resultados da Fase II de perfuração conduzida em 2010. Isto será concluído perto do fim de 2011.

- O trabalho até aqui resultou numa redução da estimativa de Gás Inicialmente Descoberto no Local (GIIP) de 8,0 biliões de pés cúbicos para 7,6 biliões de pés cúbicos, bem como numa redução particularmente no GIIP relativa à formação de elevados conteúdos de líquidos, reduzindo a estimativa de líquidos no geral.

- A pressão do reservatório desceu mais rápido que o esperado, o que resultou em algum potencial para passagem de condensado e GPL para o reservatório, não sendo assim produzidos.

- Existe uma maior produção de água e algumas evidências que apontam para penetração de gás pobre (gás re-injectado que migra para poços de produção e que é produzido preferencialmente à frente de líquidos).

- A concepção do campo, com apenas 12 poços em produção, dá pouca flexibilidade operacional.

Produção de GNL
A estimativa de GNL é o cenário P50 da COP, modificado para terminar em 2023 quando cessar a produção de líquidos segundo o cenário baixo. Isto continua a reflectir uma redução relativamente ao cenário baixo de 2011, o que resulta num decréscimo de 20 milhões de dólares no RSE. Caso seja usado, sem quaisquer ajustes, o cenário baixo apresentado pela COP, o RSE descerá mais 20 milhões de dólares, porém o Ministério das Finanças considera que tal seria excessivamente prudente.

Custo
A ConocoPhilips aumentou consideravelmente a sua estimativa dos custos do cenário baixo para o projecto do Bayu-Undan, tanto a montante como a jusante. Os custos totais (de capital e operacionais, nas instalações a montante, no gasoduto e na estação de GNL a jusante) são cerca de 40% superiores aos indicados na estimativa do ano transacto, resultando numa diminuição do RSE em 36 milhões. A alteração na estimativa de custo deriva sobretudo da valorização do dólar australiano, no qual é paga uma parte significativa dos custos, e de questões de corrosão e outras questões operacionais que requerem acção correctiva ao longo dos próximos anos.

63% dos custos do Bayu-Undan são expressos em dólares australianos, assim como 85% dos custos com GNL para Darwin. As estimativas actuais pressupõem uma taxa de câmbio de

1,07 dólares americanos por cada dólar australiano, durante a vida do projecto, o que representa um aumento de, sensivelmente, 38% dos custos em dólares americanos relativamente ao ano transacto. O Governo considera que, embora haja a possibilidade de o dólar australiano poder ficar mais fraco em relação ao dólar americano com o tempo, continua a ser prudente usar os custos da COP reflectindo o pressuposto de 1,07 dólares americanos por cada dólar australiano.

Kitan

O plano de desenvolvimento para Kitan foi aprovado pela ANP em 2010, pelo que as estimativas de receitas do Kitan são incluídas no cálculo do RSE. O aumento de 3 milhões de dólares no RSE reflecte o cenário de baixa produção do Kitan.

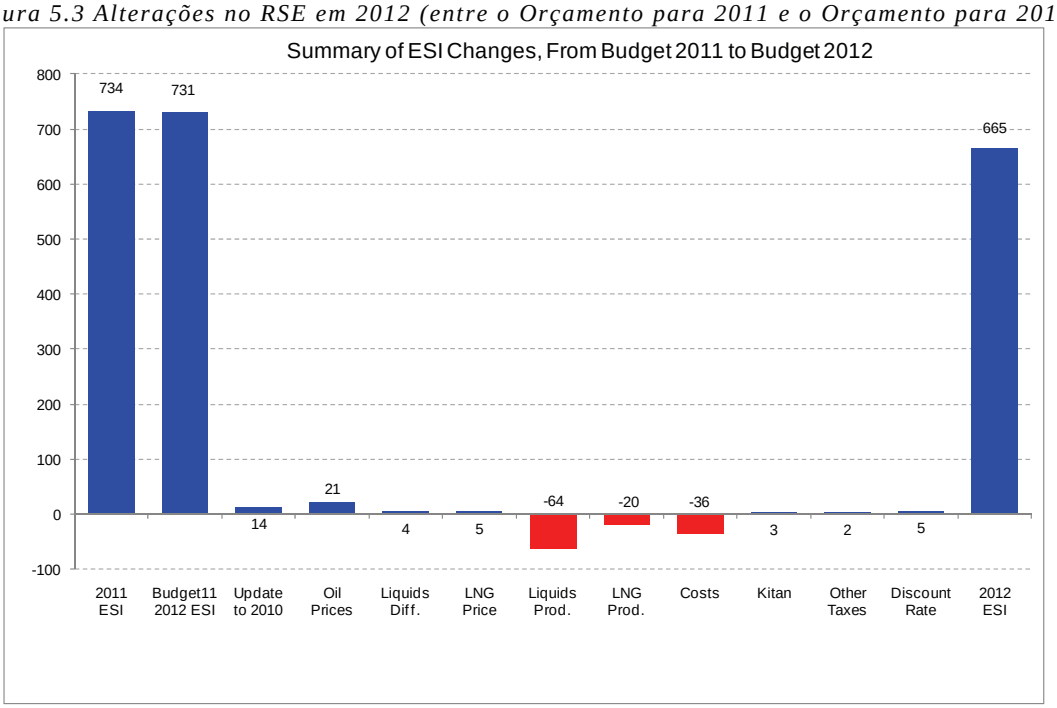
Taxas de exploração

Reconhecendo a sua imaterialidade relativa, o RSE de 2011 incluiu uma previsão muito simples de vencimentos e outros impostos relacionados com a actividade de exploração fora do Bayu-Undan. O tempo veio mostrar que os valores indicados nesta previsão ficaram aquém da realidade. As cobranças de impostos a partir de subempreiteiros e de perfurações de exploração estão previstas no Orçamento para 2012 como sendo consistentes com as cobranças recentes e levando em conta os compromissos de trabalho de exploração aconselhados pela ANP. A alteração na previsão de outros impostos vem aumentar o RSE, em 2012, em 2 milhões de dólares. Não existem compromissos firmes em termos de trabalho de exploração para lá de 2013, pelo que não se pressupõem quaisquer receitas após essa data.

Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada é a média, a 10 anos, das taxas dos Títulos do Tesouro dos EUA, as quais têm continuado a descer. A taxa de desconto foi reduzida de 4,0% para 3,7%. Uma taxa de desconto mais baixa aumenta o valor actual das receitas petrolíferas futuras, tendo aumentado o RSE em 5 milhões de dólares.

Figura 5.3 Alterações no RSE em 2012 (entre o Orçamento para 2011 e o Orçamento para 2012)



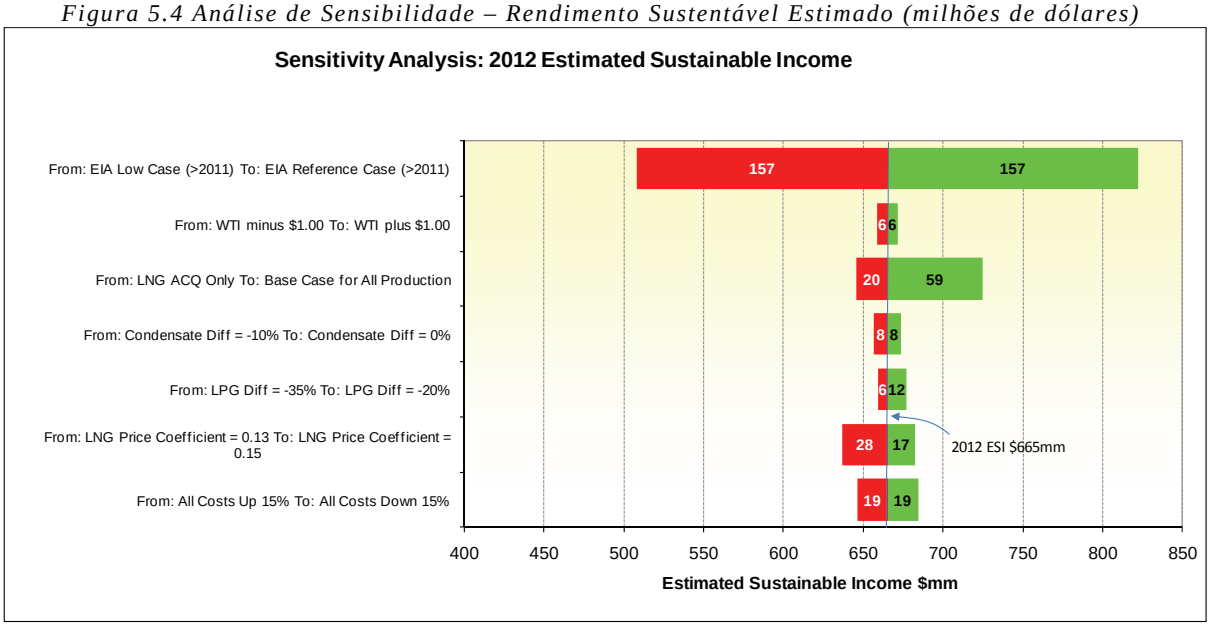
Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2011

Análise de sensibilidade

O objectivo do Governo é preparar uma estimativa do RSE que seja prudente em termos gerais. Foram desenvolvidos pressupostos para cada elemento principal da estimativa das receitas petrolíferas futuras levando em conta as melhores informações disponíveis e os pareceres dos peritos. Todavia, cada elemento está sujeito a incertezas. A Figura 5.4 mostra como o RSE em 2012 muda quando os principais pressupostos são alterados individualmente. A análise de sensibilidade começa com um RSE em 2012 de 665,3 milhões de dólares e mostra quanto mudaria se fosse usado um pressuposto diferente para cada variável principal. Relativamente à sensibilidade para com os preços do petróleo, a previsão usada na estimativa para 2012 é comparada com as previsões do cenário baixo e do cenário de referência da EIA (que em ambos os casos começam em 2012). Para outros pressupostos importantes, os parâmetros utilizados na análise de sensibilidade reflectem uma variação ponderada em relação aos principais pressupostos base.

Esta análise mostra que as estimativas do preço e da produção do petróleo são, de longe, os pressupostos mais importantes, e todos os outros secundários. Deste modo, o RSE é preparado com pressupostos prudentes relativamente a preços e produção de petróleo, e com ponderações consistentes (P50, resultados esperados) para outros, tendo presente que prudência em cada variável resultará globalmente num excesso de prudência.

Figura 5.4 Análise de Sensibilidade – Rendimento Sustentável Estimado (milhões de dólares)



Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2011

Análise da metodologia

O Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero requer que o RSE seja calculado utilizando pressupostos prudentes que reflictam as melhores práticas internacionais, e que sejam baseados em padrões internacionais reconhecidos. O Ministério das Finanças conduziu uma análise abrangente da metodologia para o RSE, preparada para o Orçamento de 2011, com assistência técnica do Departamento de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional. Não foram implementadas quaisquer alterações, em termos de metodologia, em relação ao Orçamento para 2012.

Tal como em anos anteriores, o RSE usa as projecções do cenário baixo para a produção de líquidos (condensado e GPL). Para o GNL usa-se um cenário base modificado, como consequência da alteração na metodologia da ConocoPhilips.

Alterações à Lei do Fundo Petrolífero

As alterações à Lei do Fundo Petrolífero foram aprovadas pelo Parlamento a 23 de Agosto de 2011. A legislação reflecte sobretudo dois princípios: boa governação e diversificação. Estes princípios são explicados mais abaixo, juntamente com uma discussão das principais alterações àquela Lei.

O Relatório Anual do Fundo Petrolífero de 2010 discute, também, de forma aprofundada a aplicação destes princípios na lei, com especial ênfase no quadro de governação e no equilíbrio entre riscos e retornos previsto na nova política de investimento.

Boa Governação

Com base nos "Princípios de Santiago[10]", o modelo de gestão do Fundo Petrolífero assenta num elevado grau de transparência e de divulgação de informações. Isto ajuda a criar apoio público à boa gestão da riqueza petrolífera e reduz o risco de má governação. A transparência garante que as informações podem ser usadas para medir o desempenho das autoridades e protege contra o possível uso indevido de poderes. A transparência serve para permitir responsabilização, o que significa que as autoridades e quem manuseia os dinheiros públicos pode ser responsabilizado pelas suas acções.

Na sua qualidade de Executivo, o Governo através do Ministério das Finanças é responsável pela gestão global do Fundo Petrolífero, em nome do povo de Timor-Leste. A Lei do Fundo Petrolífero torna o Governo responsável perante o Parlamento Nacional através da obrigação de apresentar relatórios. A gestão operacional é actualmente conduzida pela ABP (Banco Central), a qual investe o capital do Fundo de acordo com directivas estabelecidas pelo Ministério das Finanças e mandatos desenvolvidos pelo Comité de Assessoria para o Investimento (CAI). O Ministério das Finanças é obrigado a solicitar o parecer do CAI antes de tomar decisões sobre qualquer matéria relativa à estratégia de investimento ou à gestão do Fundo Petrolífero.

As alterações à Lei do Fundo Petrolífero fortalecem ainda mais este quadro de governação reconhecido a nível internacional através da melhor especificação da obrigação de reportar ao Parlamento Nacional, do fortalecimento do equilíbrio de poderes e dos requisitos em termos de qualificações técnicas para a gestão do Fundo.

Diversificação

A obtenção de retornos financeiros envolve a tomada de riscos. Em situações onde o capital é sistematicamente afectado em aplicações que não aquelas com taxa de retorno isenta de risco, os investidores esperam um retorno superior como recompensa pelo risco adicional que estão a correr. Por outras palavras, o risco e o retorno esperado estão relacionados. Esta relação é discutida e quantificada no Relatório Anual do Fundo Petrolífero de 2010.

---

[10] *"Fundos de Riqueza Soberana: Princípios e Práticas Geralmente Aceites" do Grupo Internacional de Trabalho, também conhecidos como Princípios de Santiago. Os Princípios identificam um quadro de princípios e práticas geralmente aceites que reflectem devidamente os acordos de governação e responsabilização, bem como a conduta de práticas de investimento por parte de Fundos de Riqueza Soberana (FRSs) numa base sólida e prudente.*

As alterações à Lei do Fundo Petrolífero estabelecem que o objectivo da política de investimento é maximizar o retorno ajustado ao risco. Uma condição necessária para a concretização deste objectivo é a utilização do princípio da diversificação. A diversificação é o processo de exposição de uma carteira de investimentos a várias diferentes classes de aplicações, factores de risco e aplicações financeiras individuais, ao invés de estar concentrado num só destes elementos. A diversificação é o antídoto contra muitos riscos evitáveis. A chave do processo de diversificação é que diferentes classes de aplicações e outros factores de risco de carteiras, por norma, não se movem em uníssono. A combinação de aplicações com activos correlacionados de forma menos que perfeita, reduz o risco e a volatilidade.

A pedra basilar da política financeira é o Rendimento Sustentável Estimado (RSE). O RSE é definido na lei como o montante máximo que pode ser retirado ao Fundo Petrolífero num determinado ano fiscal deixando recursos suficientes no Fundo para dotações idênticas em anos fiscais subsequentes. O RSE está estimado nos 3% da riqueza petrolífera.

Uma condição necessária para que o RSE seja de facto sustentável é que os investimentos do Fundo gerem um retorno real de 3%. O retorno real da carteira desde a criação do Fundo em Setembro de 2005 até Junho de 2011 foi de 2,2%. Os modelos económicos prevêem que o universo de investimento restrito regulado na versão original do Lei do Fundo Petrolífero irá gerar um retorno real de 2% ao longo do tempo. Esta política de investimento não está assim alinhada com a política financeira. A alteração à lei permite que até 50% do Fundo sejam investidos em acções. Os modelos económicos prevêem que isto dará uma probabilidade razoável de se atingir um retorno real de 3% ao longo do tempo, com um nível de risco aceitável para o Governo, alinhando assim a política de investimento do Fundo Petrolífero com a orientação de despesa orçamental do RSE.

Parte 6: Financiamento

O Plano Estratégico de Desenvolvimento prevê investimentos significativos em infra-estruturas. Para atingir, com sucesso, este objectivo o Governo está a considerar algumas opções de financiamento e de implementação dos projectos. Estas incluem empréstimos concessionados em que o custo do empréstimo seja menor, a médio prazo, que o retorno esperado do projecto.

Parcerias Público-Privadas (PPPs)

O Governo, com o apoio de parceiros de desenvolvimento, concluiu o desenvolvimento do quadro político e legal e irá posteriormente desenvolver processos e procedimentos internos que permitirão a adopção de Parcerias Público-Privadas (PPPs). Para ser bem-sucedida, uma proposta terá de demonstrar um benefício generalizado para a comunidade e ser consistente com os planos e prioridades do Governo. É vital que haja planeamento e estudos prévios para garantir que o Governo está a receber um valor correcto pelos direitos que concede. Isto é importante uma vez que as PPP são acordos complexos, que são muitas vezes preparados e negociados, para durarem um longo período de tempo.

As PPPs são uma boa opção porque permitem a partilha dos riscos e ultrapassar a incapacidade de disponibilizar serviços. Dentro do PED há vários projectos que podem ser adequados para serem realizados através de PPPs. O Governo está actualmente a estudar os seguintes projectos: porto e aeroporto, entre outros. É importante ter em conta que os acordos de PPPs também podem ser usados para construir infra-estruturas sociais. Todavia o processo de PPPs é complexo e existe um custo inicial elevado com planeamento, negociação e implementação. Assim sendo, o Governo espera que, de início, as PPPs sejam usadas de forma muito pontual, para projectos com retorno económico muito elevado que atraiam conhecimentos especializados apropriados do sector privado. Isto permitirá também aprender lições e adquirir experiencia internacional para aumentar a capacidade institucional de estabelecer PPPs.

Empréstimos

De acordo com os artigos 20.º e 21.º da Lei de Orçamento e Gestão Financeira, o Governo tem base legal para contrair empréstimos. Além disso, a 24 de Agosto de 2011 o Parlamento Nacional aprovou o Regime da Dívida Pública, o qual pretende estabelecer uma base para facilitar a contracção de empréstimos externos entre o Governo e instituições de financiamento multilaterais e bilaterais, a fim de complementar as necessidades de financiamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED). O objectivo principal da contracção de empréstimos externos é avançar com a implementação de projectos estratégicos de capital identificados no Plano de Implementação de Projectos (PIP) entre 2011 e 2015 do PED. Os empréstimos disponibilizados a partir das instituições multilaterais e numa base bilateral serão efectuados a mais longo prazo e a taxas abaixo dos retornos gerados com os investimentos. Prevê-se que os empréstimos sejam utilizados para projectos de prioritários tais como estradas e pontes. A Tabela 6.1 mostra a dimensão dos empréstimos para diferentes troços de estradas através do país, bem como para saneamento em Díli. Em 2012, é esperado que os empréstimos sejam na ordem dos 43,1 milhões de dólares. Este valor aumentará nos próximos cinco anos, tal como está indicado na Tabela 6.1. Os fundos relativos ao co-financiamento por parte do Governo vêm do Fundo de Infra-estruturas.

A Tabela 6.1 não mostra amortizações dado que a maior parte dos empréstimos têm um período de carência de dez anos. Até lá, o Governo reportará as amortizações através do Orçamento do Estado.

Tabela 6.1. Necessidades de Financiamento de projectos de infra-estruturas de grande envergadura, 2012-2016 ($ milhões)

Estradas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016***	**Total**
Dili-Liquica, Tibar-Ermera	5,26	10,70	10,70			26,66
Manatuto-Natarbora	2,84	2,88	2,28	5,34	30,00	43,34
Dili-Manatuto-Baucau	0,27	1,35	10,85	18,99	19,77	68,70**
Maubisse-Ainaro/Same	5,00	10,00	20,00	5,00		40,00
Auto-estrada da Costa Sul		30.00	40,00	50,00	100,00	220,00
Esgotos em Díli		20.00				20,00***

**. Em 2016 é proposto o orçamento.*

***. O montante total a ser providenciado em empréstimos é de 69,7 milhões de dólares. Este total é baseado na informação fornecida pela JICA. O Governo irá financiar 25% do custo total do projecto, perfazendo um montante total de 95 milhões de dólares.*

****. O Exim Bank ainda necessita de realizar o modelo do projecto em 2012, pelo que não haverá despesas em 2012.*

Tabela 6.2. Empréstimos e co-financiamento por parte do Governo, 2012-2016 ($ milhões)

	2012	**2013**	**2014**	**2015**	**2016***	
Empréstimos	**43,10**	**80,2**	**81,1**	**102,8**	**107,0**	**414,2**
Co-financiamento do Governo	9,93	24,05	24,32	30,85	54,00	143,15
	53,03	**104,25**	**105,42**	**133,65**	**161,00**	**557,35**

Fonte: Secretariado dos Grandes Projectos, Ministério das Finanças, 2011.

**. Em 2016 é proposto o orçamento.*

ANEXO 1 – LEI DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2012

Decreto do Parlamento Nacional

Aprova o Orçamento Geral do Estado da República Democrática de Timor-Leste para 2012

O Orçamento Geral do Estado para 2012 engloba todas as receitas e despesas do Estado de Timor-Leste.

O Anexo I à Lei do Orçamento Geral do Estado para 2012, doravante designado OGE, estabelece o total estimado das receitas do OGE de Janeiro a Dezembro de 2012 provenientes de todas as fontes: petrolíferas, não petrolíferas, receitas fiscais, receitas não fiscais e provenientes de empréstimo. O total estimado de receitas é de $2.269,4 milhões de dólares norte-americanos.

O Anexo II à Lei do Orçamento Geral do Estado estabelece todas as dotações orçamentais, sistematizadas da seguinte forma:

1. $140,1 milhões de dólares para Salários e Vencimentos;
2. $376,3 milhões de dólares para Bens e Serviços;
3. $199,6 milhões de dólares para Transferências Públicas;
4. $42,9 milhões de dólares para Capital Menor;
5. $915,3 milhões de dólares para Capital de Desenvolvimento.

Excluindo os serviços e fundos autónomos, os fundos especiais e o empréstimo, o total das dotações orçamentais é de $723,4 milhões de dólares.

A conta do Tesouro do Estado inclui todas as receitas e despesas a partir dos serviços e fundos autónomos, nomeadamente a Electricidade de Timor-Leste (EDTL), a Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste (ANATL), a Autoridade Portuária de Timor-Leste (APORTIL - Incluíndo Berlim-Nakroma), o Instituto de Gestão de Equipamento (IGE) e o Serviço de Administração de Medicamentos e Equipamentos de Saúde (SAMES).

As despesas dessas categorias estão incluídas na rubrica relativa às receitas próprias dos serviços e fundos autónomos no Anexo I, estando o orçamento de despesas propostas inscritas no Anexo III.

O total das estimativas das despesas para os fundos autónomos auto-financiados em 2012 é de $120,5 milhões, dos quais $99,5 milhões são transferidos a partir do OGE, a fim de subsidiar despesas superiores às suas receitas próprias estimadas.

O total da dotação orçamental para o Fundo das Infra-Estruturas, incluíndo empréstimos, é de $800,3 milhões.

O total da dotação orçamental para o Fundo das Infra-Estruturas, excluíndo empréstimos, é de $757,2 milhões.

O total da dotação orçamental para o Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano é de $30 milhões.

O total estimado das despesas do OGE é de $1.674,1 milhões de dólares.

O total máximo aprovado para endividamento público, em 2012, é de $43,1 milhões de dólares.

As receitas não petrolíferas estimadas são de $136,1 milhões de dólares.

Assim, o défice fiscal é de $1.538,0 milhões de dólares, o qual é financiado em $1.494,9 milhões de dólares a partir do Fundo Petrolífero e em $43,1 milhões através do recurso à dívida pública.

O Parlamento Nacional decreta, nos termos da alínea d) do n.º 3 artigo 95.º e do n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Capítulo I
Definições e aprovação

Artigo 1.º

Definições

Para os efeitos da presente lei, entende-se por:

a) **"Categoria de Despesa" –** O agrupamento das despesas sob as cinco categorias seguintes: Salários e Vencimentos; Bens e Serviços; Transferências Públicas; Capital Menor e Capital de Desenvolvimento, em que:

   i) **"Salários e Vencimentos" –** O montante global que um Órgão pode gastar com Salários e Vencimentos para os titulares dos cargos políticos e os funcionários permanentes, temporários e em tempo parcial;

   ii) **"Bens e Serviços" –** O montante global que um Órgão pode gastar na aquisição de Bens e Serviços;

   iii) **"Transferências Públicas" –** O montante global que um Órgão pode gastar em subvenções públicas e pagamentos consignados;

   iv) **"Capital Menor" –** O montante global que um Órgão pode gastar na aquisição de bens de Capital Menor;

   v) **"Capital de Desenvolvimento" –** O montante global que um Órgão pode gastar em projectos de Capital de Desenvolvimento.

b) **"Despesas Compensadas pelas Receitas" –** Despesas suportadas pelas *receitas próprias* cobradas pelos serviços e fundos autónomos, desde que o montante não exceda o valor total das receitas que deram entrada nas contas relevantes do Tesouro;

c) **"Dotação Orçamental" –** Montante máximo inscrito no OGE a favor de um Órgão com vista à realização de determinada despesa;

d) **"Órgão / Órgãos" –** O termo genérico adoptado no Orçamento para indicar o sector público administrativo sujeito à disciplina orçamental e que, segundo a classificação orgânica, se pode dividir em títulos tais como: Gabinete do Presidente da República, Parlamento Nacional, Governo (Gabinete do Primeiro-Ministro, Presidência do Conselho de Ministros, Ministérios e Secretarias de Estado), Tribunais e Procuradoria Geral da República, bem como outras instituições que constam no Anexo II;

e) **"Rubricas de Despesa" –** As Rubricas de despesa individuais dentro de cada *Categoria de Despesa*, com base na estrutura de código de contas de despesa mantida pelo Tesouro.

Artigo 2.º
Aprovação

A presente Lei aprova o Orçamento Geral do Estado para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2012 e 31 de Dezembro de 2012, bem como:

a) O total de receitas por agrupamentos, incluindo as receitas próprias dos serviços e fundos autónomos, dos fundos especiais e empréstimo, constantes do Anexo I ao presente diploma, dele fazendo parte integrante;

b) O total de despesas por agrupamentos, incluindo as verbas a serem transferidas do Orçamento Geral do Estado para os serviços e fundos autónomos, em 2012, constantes do Anexo II ao presente diploma, dele fazendo parte integrante;

c) O total de despesas dos serviços e fundos autónomos a serem financiadas a partir das suas receitas próprias e do subsídio do Orçamento Geral do Estado, constantes do Anexo III ao presente diploma, dele fazendo parte integrante;

d) O total de despesas correspondentes à dotação do Fundo das Infra-Estruturas, para 2012, constantes do Anexo IV ao presente diploma, dele fazendo parte integrante;

e) O total de despesas financiadas através do recurso ao endividamento público, para 2012, constantes do Anexo IV-A ao presente diploma, dele fazendo parte integrante;

f) O total das despesas correspondentes à dotação do Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano, para 2012, constantes do Anexo V ao presente diploma, dele fazendo parte integrante.

Capítulo II
Receitas

Artigo 3.º
Impostos

Durante o ano de 2012, o Governo está autorizado a cobrar os impostos bem como outras imposições tributárias constantes da legislação tributária em vigor.

Capítulo III
Autorização para transferência do Fundo Petrolífero

Artigo 4.º
Limite autorizado para crédito do OGE

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de Setmbro, o montante das transferências do Fundo Petrolífero para 2012 não excede $1.494,9 milhões de dólares e só se efectua após cumprimento do disposto nos artigos 8.º e 9.º da supracitada lei.

Capítulo IV
Constituição de Dívida Pública

Artigo 5.º
Montante Máximo de Endividamento Autorizado

1. Com o objectivo de fazer face às necessidades de financiamento relacionadas com a construção de infra-estruturas estratégicas para o desenvolvimento do País, fica o Governo autorizado, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro e do artigo 3.º da Lei n.º 13/2011, de 28 de Setembro, a recorrer ao endividamento externo concessional até ao montante máximo de $160 milhões de dólares, com um prazo máximo de 40 anos.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, em 2012 o financiamento proveniente de empréstimos não excede $ 43,1 milhões de dólares.

Capítulo V
Execução Orçamental

Artigo 6.º
Pagamento de impostos sobre importações do Governo

O Tesouro fica autorizado a estabelecer e a implementar um mecanismo de contabilidade para o registo e controlo das receitas e despesas, correspondente ao pagamento de impostos sobre importações efectuadas pelos Órgãos ou em seu nome.

Artigo 7.º
Dotações para todo o Governo

De acordo com os critérios claros e precisos estabelecidos relativamente às despesas públicas, o Governo inscreve no orçamento do Ministério das Finanças as seguintes dotações, cuja gestão fica a seu cargo:

a) Fundo de Contrapartidas;

b) Auditoria Externa;

c) Reserva de Contingência;

d) Quotas de Membro de Organizações Internacionais;

e) Financiamento Retroactivo;

f) Pagamento de pensões aos Ex-titulares e Ex-membros dos Órgãos de Soberania;

g) Construção de Postos Integrados na Fronteira;

h) Novo Organismo para a Implementação das Recomendações do CAVR;

i) Fundo de Contribuição às Instituições de Carácter Social;

j) Provisão para g7+;

k) Provisão para Liberalização das Telecomunicações.

Capítulo VI
Serviços e fundos autónomos e fundos especiais

Artigo 8.º
Receitas Próprias

1. As previsões das receitas a serem cobradas pelos serviços e fundos autónomos constam do Anexo I.
2. As despesas resultantes das transferências a partir do Governo para os fundos autónomos e para os fundos especiais, bem como a previsão das respectivas despesas, constam do Anexo II.
3. Os orçamentos por Categoria de Despesa relativos aos serviços e fundos autónomos que são financiados por receitas próprias constam do Anexo III.
4. A dotação do Fundo das Infra-Estruturas consta do Anexo IV e do Anexo IV-A.
5. A dotação do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano consta do Anexo V.
6. Os Avisos de Autorização de Despesa a favor dos serviços e fundos autónomos, a partir das receitas próprias, só podem ser autorizados após recepção, por parte do Estado, das respectivas receitas, sendo as referidas autorizações obrigatoriamente de valor igual ou inferior.

Capítulo VII
Disposições Finais

Artigo 9.º
Financiamento através de doadores independentes

1. Cada Órgão só pode estabelecer acordos com doadores independentes para o fornecimento de recursos adicionais ou complementares ao financiamento contido nas afectações orçamentais na presente Lei, mediante parecer prévio obrigatório do ministro responsável pela área das Finanças.
2. A gestão deste financiamento deve ser feita de acordo com as directivas emitidas pelo Ministério das Finanças e com os requisitos dos doadores.

Artigo 10.º
Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.
Aprovada em 25 de Novembro de 2011.

O Presidente do Parlamento Nacional,
Fernando La Sama de Araújo

Promulgada em / / 2011.
Publique-se.

O Presidente da República,
José Ramos-Horta

Anexo I

Estimativa das Receitas a serem cobradas e empréstimos em Orçamento Geral do Estado da República Democrática de Timor-Leste para 2012

(US$ milhões)

1.	**Total das Receitas**	**2.269,4**
1.1.	**Receitas Petrolíferas**	**2.090,2**
1.1.1.	Impostos sobre lucros petrolíferos	931,0
1.1.2.	Direitos do Mar de Timor	150,8
1.1.3.	Impostos sobre Rendimento	309,5
1.1.4.	Impostos sobre Lucros Adicionais	300,9
1.1.5.	Outros Impostos e Taxas Petrolíferas	73,7
1.1.6	Juros do Fundo Petrolífero	324,3
1.2.	**Receitas Não Petrolíferas**	**136,1**
1.2.1.	Impostos Directos	40,6
1.2.2.	Impostos Indirectos	54,5
1.2.3.	Outras Receitas e Taxas	19,0
1.2.4.	Vendas de arroz	0,8
1.2.5	Juros da Conta do Tesouro	0,1
1.2.6.	Receitas dos Jogos Sociais	0,2
1.3	**Doações**	0,0
1.4	**Receitas Próprias dos Fundos Autónomos**	**20,9**
1.5	**Receitas do Fundo das Infra-Estruturas**	**0**
1.6	**Receitas do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano**	**0**
1.7	**Empréstimo**	**43,1**

Anexo II - Dotação Orçamental para 2012 ($'000)

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Incluindo Agências Autónomas, Fundos Especiais e Empréstimos	140,071	376,268	199,579	42,917	915,295	1.674,130
Excluindo Agências Autónomas, Fundos Especiais e Empréstimos	137,401	232,484	199,579	38,917	115,034	723,415
Incluindo Agências Autónomas	140,071	346,268	199,579	42,917	115,034	843,869
Total Agências Autónomas	2,670	113,784	-	4,000	-	120,454
Total Fundos Especiais	-	30,000	-	-	757,161	787,161
Total Empréstimos	-	-	-	-	43,100	43,100
Presidência da República	500	4,821	-	356	-	5,677
Casa Civil do Presidente da República	60	2,168	-	-	-	2,228
Direcção Geral da Presidência da República	440	1,546	-	356	-	2,342
Casa Militar do Presidente da República	-	669	-	-	-	669
Secretariado Técnico Post CAVR	-	438	-	-	-	438
Parlamento Nacional	4,095	7,242	-	4,182	50	15,569
Parlamento Nacional	3,001	1,755	-	3,352	50	8,158
Gabinete do Presidente do Parlamento	67	556	-	-	-	623
Bancadas Parlamentares	-	114	-	-	-	114
Secretariado do Parlamento Nacional	1,027	3,981	-	809	-	5,817
Comissão A	-	86	-	-	-	86
Comissão B	-	69	-	-	-	69
Comissão C	-	76	-	-	-	76
Comissão D	-	55	-	-	-	55

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Comissão E	-	33	-	-	-	33
Comissão F	-	54	-	-	-	54
Comissão G	-	65	-	-	-	65
Comissão H	-	38	-	-	-	38
Comissão I	-	9	-	-	-	9
Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero	-	331	-	21	-	352
Grupo Mulheres Parlamentares de Timor-Leste	-	20	-	-	-	20
Primeiro-Ministro e Presidência do Conselho de Ministros	3,826	18,022	39,506	844	32,220	94,418
Primeiro Ministro e Presidência do Conselho de Ministros (CoM)	1,417	8,857	10,500	440	30,088	51,302
Gabinete do Primeiro-Ministro	90	-	-	-	-	90
Secretariado do Primeiro-Ministro	34	602	-	-	-	636
Assessoria da Sociedade Civil	-	57	10,500	-	-	10,557
Direcção de Administração e Finanças	79	622	-	45	-	746
Direcção dos Recursos Humanos	83	15	-	-	-	98
Residência Oficial do Primeiro-Ministro	-	43	-	-	-	43
Gabinete do Director-Geral	14	4	-	-	-	18
Gabinete do Vice Primeiro-Ministro	202	490	-	-	-	692
Agência do Desenvolvimento Nacional (ADN)	254	1,603	-	76	30,088	32,021
Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA)	93	4,000	-	29	-	4,122
Serviço Nacional de Inteligência (SNI)	170	1,027	-	223	-	1,420
Gabinete da Inspecção-Geral (IG)	398	394	-	67	-	859
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	316	3,722	-	44	-	4,082
Gabinete do Secretário de Estado	60	557	-	-	-	617
Direcção Nacional de Administração e de Apoio ao Conselho de Ministros	110	718	-	9	-	837

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional dos Serviços de Tradução	53	77	-	13	-	143
Unidade de Apoio Jurídico	23	483	-	-	-	506
Direcção de Disseminação de Informação	42	1,624	-	-	-	1,666
Centro de Rádios Comunitárias	22	87	-	22	-	131
Gabinete de Assuntos Parlamentares	6	176	-	-	-	182
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	465	1,634	2,152	112	1,432	5,795
Gabinete do Secretário de Estado	65	898	-	-	-	963
Direcção de Administração e Finanças	184	530	100	112	1,432	2,358
Direcção Nacional da Juventude	38	10	405	-	-	453
Direcção da Educação Física e Desporto	41	66	1,122	-	-	1,229
Direcção da Política do Desenvolvimento	48	18	400	-	-	466
Direcção Nacional de Arte	35	15	125	-	-	175
Gabinete do Director-Geral	10	14	-	-	-	24
Direcção de Comunicação	44	83	-	-	-	127
Secretaria de Estado dos Recursos Naturais	247	1,697	4,300	75	-	6,319
Gabinete do Secretário de Estado	54	856	-	-	-	910
Direcção Nacional de Administração e Finanças	96	318	-	75	-	489
Direcção Nacional de Planeamento de Recursos Naturais	34	48	4,300	-	-	4,382
Direcção Nacional de Minerais	63	475	-	-	-	538
Secretaria de Estado para a Política Energética	181	618	1,757	30	700	3,287
Gabinete do Secretário de Estado	60	32	-	-	-	92
Direcção Nacional de Administração e Finanças	54	136	-	30	700	921
Direcção Nacional da Pesquisa e Políticas de Energia Alternativa	21	123	30	-	-	174
Direcção Nacional para Coordenação das Actividades de Energia Renovável	46	22	486	-	-	554

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Grupo de Acção (Task Force) Para a Instalação de Painéis Solares	-	305	1,241	-	-	1,546
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	926	550	20,697	82	-	22,255
Gabinete do Secretário de Estado	65	69	-	-	-	134
Direcção Nacional de Administração e Finanças	99	50	-	41	-	190
Direcção Nacional da Formação Profissional	41	20	-	-	-	61
Direcção Nacional de Emprego	74	73	20,697	-	-	20,844
Direcção Nacional da Relação do Trabalho	75	26	-	-	-	101
Secretaria de Apoio ao Conselho Nacional do Trabalho	45	22	-	-	-	67
Gabinete de Assistência Jurídica	14	-	-	-	-	14
Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão-de-obra	15	8	-	-	-	23
Gabinete do Fundo de Emprego e Formação Profissional	10	9	-	-	-	19
Adido do Trabalho na Coreia do Sul	90	22	-	2	-	114
Centro de Formação CENAI	55	27	-	-	-	82
Direcção Nacional do Aprovisionamento da SEFOPE	13	9	-	-	-	22
DG- SEFOPE	134	150	-	34	-	318
Gabinete da Inspecção-Geral do Trabalho	73	42	-	5	-	120
Direcção Nacional da Condição do Trabalho	39	5	-	-	-	44
Direcção Nacional da Prevenção do Risco Profissional	28	6	-	-	-	34
Direcção Nacional da Colocação, Emprego e Protecção do Desemprego	28	6	-	-	-	34
Direccao Nacional da Segurança e Protecção Social	28	6	-	-	-	34
Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade	274	944	100	60	-	1,378
Gabinete da Secretária de Estado	65	219	-	-	-	285
Gabinete do Director-Geral	27	209	-	6	-	242
Direcção da Administração, Logística e Finanças	78	259	100	51	-	488

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção de Política e Desenvolvimento do Género	103	257	-	4	-	364
Ministério da Defesa e Segurança	23,073	26,876	1,980	8,535	3,618	64,082
Ministro da Defesa e Segurança	52	1,912	1,980	5,002	-	8,946
Gabinete do Ministro	52	1,912	1,980	5,002	-	8,946
Secretaria de Estado da Defesa	297	621	-	330	915	2,163
Gabinete do Secretário de Estado	57	343	-	330	-	730
Direcção Nacional de Administração e Finanças	51	106	-	-	915	1,072
Direcção Nacional de Planeamento e Intercâmbio Internacional	59	2	-	-	-	61
Direcção Nacional de Aprovisionamento	38	13	-	-	-	51
Direcção Nacional do Património	25	128	-	-	-	153
Gabinete do Director-Geral	13	2	-	-	-	15
Gabinete de Inspecção e Auditoria	20	5	-	-	-	25
Instituto de Defesa Nacional	34	23	-	-	-	57
FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste	6,988	14,362	-	2,527	2,703	26,580
FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste	-	13,054	-	2,527	2,703	18,284
Quartel General F-FDTL	6,988	1,308	-	0	0	8,296
Secretaria de Estado de Segurança	3,267	2,798	-	394	-	6,459
Gabinete do Secretário de Estado	65	66	-	0	0	131
Gabinete do Director-Geral	33	33	-	0	0	66
Direcção Nacional das Finanças	58	24	-	0	0	82
Direcção Nacional de Protecção Civil	1,150	514	-	307	0	1,970
Direcção Nacional de Segurança de Edifícios Públicos	1,601	668	-	-	0	2,269
Gabinete de Inspecção e Auditoria	45	19	-	-	0	64
Direcção Nacional de Administração	86	828	-	-	0	914
Direcção Nacional da Prevenção de Conflitos Comunitários	79	64	-	-	0	143

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional de Aprovisionamento	83	46	-	-	0	129
Serviços de Migração – Civil	68	537	-	88	0	693
Polícia Nacional de Timor-Leste	12,469	7,183	-	282	-	19,934
PNTL-Direcção Nacional de Administração e Finanças	1,542	1,283	-	85	0	2,910
PNTL-Unidade Especial da Polícia	1,585	1,133	-	161	0	2,879
PNTL-Serviços de Migração	319	-	-	-	0	319
PNTL-Unidade de Patrulhamento das Fronteiras	1,012	656	-	5	0	1,673
PNTL-Unidade Marítima	237	763	-	12	0	1,012
PNTL-Comando Nacional de Operações	919	910	-	1	0	1,830
PNTL-Centro de Formação da Polícia	355	755	-	19	0	1,129
Região I	2,640	779	-	0	0	3,419
Região II	1,914	413	-	0	0	2,327
Região III	1,538	386	-	0	0	1,924
Região Especial de Oecusse	407	105	-	0	0	512
Ministério dos Negócios Estrangeiros	7,965	11,650	2,000	463	-	22,078
Gabinete do Ministro	-	309	1,500	0	0	1,809
Sede no MNEC	7,965	3,899	500	358	0	12,722
Desvalorização do Dólar	-	845	-	37	0	882
Celebração de Dias Nacionais	-	550	-	-	0	550
Gabinete do Vice-Ministro	-	64	-	0	0	64
Missão Permanente - Nova Iorque	-	377	-	0	0	377
Embaixada – Lisboa	-	180	-	0	0	180
Embaixada – Jacarta	-	187	-	0	0	187
Embaixada – Washington	-	353	-	0	0	353
Embaixada – Camberra	-	264	-	0	0	264

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Embaixada - Kuala Lumpur	-	135	-	0	0	135
Embaixada – Bruxelas	-	272	-	0	0	272
Embaixada – Banguecoque	-	124	-	0	0	124
Embaixada – Tóquio	-	394	-	0	0	394
Embaixada – Pequim	-	220	-	0	0	220
Embaixada – Maputo	-	145	-	0	0	145
Consulado – Sydney	-	216	-	0	0	216
Consulado – Denpasar	-	139	-	0	0	139
Consulado – Kupang	-	49	-	0	0	49
Salão Memorial da Independência	-	185	-	0	0	185
Demarcação da Fronteira Terrestre	-	451	-	0	0	451
Embaixada – Havana	-	141	-	0	0	141
Embaixada – Manila	-	109	-	0	0	109
Embaixada – Genebra	-	261	-	0	0	261
Visitas Oficiais	-	175	-	0	0	175
Embaixada – Vaticano	-	216	-	0	0	216
Embaixada – Brasília	-	204	-	0	0	204
Embaixada – Seoul	-	190	-	0	0	190
Embaixada - CPLP/Unesco	-	127	-	0	0	127
Embaixada Pretória	-	148	-	0	0	148
Embaixada Luanda	-	272	-	0	0	272
Consulado Manchester	-	102	-	0	0	102
Embaixada Singapura	-	302	-	0	0	302
Embaixada – Vietname	-	45	-	68	0	113
Ministério das Finanças	3,345	9,925	-	1,512	919	15,700

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinetes da Ministra e do Vice-Ministro	201	-	-	-	-	201
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	639	9,925	-	1,512	919	12,994
Direcção-Geral de Finanças do Estado	1,162	-	-	-	-	1,162
Direcção-Geral das Receitas e Alfândegas	978	-	-	-	-	978
Direcção-Geral de Análise e Pesquisa	365	-	-	-	-	365
Dotações para todo o Governo	2,050	30,826	5,558	5,393	3,168	46,995
DTG-Fundos de Contrapartidas	-	2,204	-	0	0	2,204
DTG-Auditoria Externa	-	2,000	-	0	0	2,000
DTG-Financiamento Retroactivo	2,000	208	-	0	0	2,208
DTG-Reserva de Contingência	-	21,206	-	0	0	21,206
DTG-Quotas de Membro de Instituições Internacionais	-	1,000	-	0	0	1,000
DTG-Pensão aos Ex-Titulares	-	-	5,358	0	425	5,783
Construção de Postos Integrados	-	-	-	5,393	2,743	8,136
Novo Organismo Público para Implementação das Recomendações da CAVR	50	208	-	0	-	258
Fundo Contribuição às Instituições de Carácter Social	-	-	200	0	-	200
Provisão para g7+	-	1,000	-	0	-	1,000
Provisão para Liberalização de Telecomunicações	-	3,000	-	0	-	3,000
Ministério da Justiça	2,885	7,355	-	188	1,442	11,870
Gabinete da Ministra	73	26	-	0	-	99
Gabinete do Director-Geral	20	16	-	1	-	37
Direcção Nacional de Administração e Finanças	229	357	-	20	1,442	2,048
Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação	94	71	-	5	-	170
Direcção Nacional dos Direitos Humanos e da Cidadania	90	54	-	5	-	149
Direcção Nacional dos Registos e do Notariado	430	1,078	-	36	-	1,544

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional dos Serviços Prisionais e Reinserção Social	702	996	-	7	-	1,705
Centro de Formação Jurídica	78	80	-	16	-	174
Defensoria Pública	549	74	-	10	-	633
Direcção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais	498	4,258	-	37	-	4,793
Comissão Nacional dos Direitos da Criança	23	107	-	8	-	138
Gabinete de Inspecção e de Auditoria	36	59	-	13	-	108
Gabinete do Vice-Ministro	63	17	-	-	-	80
Direcção Polícia de Investigação Criminal	-	162	-	30	-	192
Ministério da Saúde Incluindo Agências Autónomas	16,133	19,314	9,064	3,812	-	48,323
Ministério da Saúde Excluindo Agências Autónomas	15,856	13,835	9,064	3,812	-	42,567
Gabinete do Ministro	69	268	-	0	-	337
Gabinete da Vice-Ministra	62	151	-	0	-	213
Laboratório Nacional	260	142	-	0	-	402
Hospital Nacional Guido Valadares	2,419	1,768	-	0	-	4,187
Hospital Referê--ncia Baucau	907	945	-	0	-	1,852
Hospital Referê--ncia Maliana	526	546	-	0	-	1,072
Hospital Referê--ncia Maubisse	365	538	-	0	-	903
Hospital Referê--ncia Oecusse	430	499	-	0	-	929
Hospital Referê--ncia Suai	458	516	-	0	-	974
Serviços Distritais de Saúde de Aileu	496	108	-	0	-	604
Serviços Distritais de Saúde de Ainaro	491	156	-	0	-	647
Serviços Distritais de Saúde de Baucau	815	123	-	0	-	938
Serviços Distritais de Saúde de Bobonaro	636	103	-	0	-	739
Serviços Distritais de Saúde de Covalima	644	115	-	0	-	759

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Serviços Distritais de Saúde de Díli	967	147	-	0	-	1,114
Serviços Distritais de Saúde de Ermera	730	170	-	0	-	900
Serviços Distritais de Saúde de Lautém	731	164	-	0	-	895
Serviços Distritais de Saúde de Liquiçá	489	128	-	0	-	617
Serviços Distritais de Saúde de Manatuto	768	193	-	0	-	961
Serviços Distritais de Saúde de Manufahi	592	174	-	0	-	766
Instituto de Ciências da Saúde	293	171	-	0	-	464
Serviços Distritais de Saúde de Oecusse	494	112	-	0	-	606
Serviços Distritais de Saúde de Viqueque	863	143	-	0	-	1,006
Gabinete do Director-Geral	220	228	-	0	-	448
DN-Plano e Finanças	141	2,336	4,006	2,601	-	9,084
DN-Saúde Comunitária	321	2,595	838	-	-	3,754
DN-Recursos Humanos	169	193	4,100	-	-	4,462
DN-Serviços Hospitalares	187	222	120	-	-	529
DN- Administração, Logística e Aprovisionamento	206	814	-	1,211	-	2,231
Gabinete de Inspecção, Fiscalização e Auditoria	108	67	-	0	-	175
SAMES (Agência Auto-Financiada)	277	5,479	-	0	-	5,756
Ministério da Educação e Cultura	51,832	36,725	-	6,216	-	94,773
Gabinete do Ministro	70	142	-	0	-	212
Gabinete do Vice-Ministro	60	104	-	0	-	164
Gabinete do Inspector – Geral	126	193	-	0	-	319
Direcção Nacional de Finanças e Logística	279	3,463	-	2,117	-	5,859
Direcção Nacional do Plano, Estatísticas e Tecnologias de Informação	189	123	-	-	-	312
Gabinete Jurídico	47	150	-	-	-	197
Direcção Nacional do Ensino Recorrente	216	2,723	-	-	-	2,939

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDOPE)	448	4,151	-	209	-	4,808
Gabinete de Protocolo e Media	104	301	-	235	-	640
Direcção Nacional do Currículo e Avaliação Escolar	86	7,401	-	0	-	7,487
Direcção Regional-I	219	71	-	0	-	290
Direcção Regional-II	223	60	-	0	-	283
Direcção Regional-III	165	62	-	0	-	227
Direcção Regional-IV	208	59	-	0	-	267
Direcção Regional Oecusse	165	71	-	0	-	236
Direcção Nacional dos Recursos Humanos	217	67	-	0	-	284
Direcção Geral dos Serviços Corporativos	56	98	-	0	-	154
Direcção Geral de Administração Escolar, Inovação e Desenvolvimento Curricular	77	30	-	0	-	107
Direcção Geral do Ensino Superior	46	26	-	0	-	72
Direcção Nacional de Aprovisionamento	53	30	-	0	-	83
Direcção Nacional do Ensino Superior Universitário	78	855	-	0	-	933
Direcção Nacional do Ensino Superior Técnico	59	64	-	0	-	123
Direcção Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologias	54	19	-	0	-	73
Direcção Nacional da Acção Social Escolar	160	8,044	-	0	-	8,204
Direcção Nacional da Educação Pré-Escolar	71	86	-	500	-	657
Direcção Nacional do Ensino Básico	40,416	2,927	-	0	-	43,343
Direcção Nacional do Ensino Secundário Geral	77	216	-	35	-	328
Direcção Nacional do Ensino Secundário Técnico Vocacional	71	266	-	2,250	-	2,587
Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA)	-	229	-	4	-	233
Serviços Distritais de Educação de Díli	76	24	-	-	-	100
Serviços Distritais de Educação de Baucau	72	29	-	0	-	101

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Serviços Distritais de Educação de Aileu	66	27	-	0	-	93
Serviços Distritais de Educação de Ainaro	60	28	-	0	-	88
Serviços Distritais de Educação de Bobonaro	76	33	-	0	-	109
Serviços Distritais de Educação de Ermera	66	33	-	0	-	99
Serviços Distritais de Educação de Lautém	66	34	-	0	-	100
Serviços Distritais de Educação de Liquiçá	64	23	-	0	-	87
Serviços Distritais de Educação de Manatuto	66	33	-	0	-	99
Serviços Distritais de Educação de Manufahi	60	29	-	0	-	89
Serviços Distritais de Educação de Covalima	70	31	-	0	-	101
Serviços Distritais de Educação de Viqueque	60	29	-	0	-	89
Direcção Nacional de Museus e Bibliotecas	100	253	-	0	-	353
Direcção Nacional do Património Cultural	95	61	-	0	-	156
Direcção Nacional de Artes, Cultura e Indústrias Criativas Culturais	69	257	-	0	-	326
Gabinete do Secretário de Estado da Cultura	62	82	-	0	-	144
Direcção Geral da Cultura	47	132	-	99	-	278
Universidade Nacional de Timor Lorosae	6,617	3,556	-	767	-	10,940
Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território	3,678	19,799	11,509	2,496	37,091	74,572
Gabinete do Ministro	76	36	-	0	-	111
Gráfica Nacional	84	74	-	0	-	158
Arquivo Nacional	74	72	-	0	-	146
Instituto Nacional da Administração Pública	157	76	-	0	-	233
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	366	61	-	0	-	427
Eleições de 2012	-	8,000	-	0	-	8,000
Gabinete do Secretário de Estado da Reforma Administrativa	62	66	-	0	-	128
Direcção Nacional do Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território	227	412	-	0	-	639

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Programa do Desenvolvimento Local	-	135	6,383	0	-	6,517
Pacote de Desenvolvimento Descentralizado I	-	-	-	0	34,386	34,386
Gabinete do Secretário de Estado da Região Especial de Oecusse	82	96	-	0	-	178
Gabinete do Director-Geral	32	19	-	0	-	51
Direcção Nacional da Administração e Finanças	219	8,767	-	2,496	2,705	14,187
Direcção Nacional de Planeamento, Avaliação e Cooperação Externa	16	36	-	0	-	52
Direcção Nacional da Administração Local	97	111	-	0	-	208
Administração Distrito de Manufahi	91	62	327	0	-	481
Administração Distrito de Viqueque	113	67	467	0	-	647
Administração Distrito de Lautém	100	67	373	0	-	540
Administração Distrito de Manatuto	118	71	287	0	-	475
Administração Distrito de Covalima	143	75	345	0	-	563
Administração Distrito de Ainaro	97	62	270	0	-	430
Administração Distrito de Aileu	87	62	337	0	-	485
Administração Distrito de Ermera	106	112	619	0	-	837
Administração Distrito de Liquiçá	73	54	287	0	-	413
Gabinete do Inspector-Geral	78	53	-	0	-	131
Administração Distrito de Díli	806	814	447	0	-	2,067
Administração Distrito de Bobonaro	117	71	518	0	-	706
Administração Distrito de Baucau	123	111	669	0	-	903
Administração Distrito de Oecusse	87	62	179	0	-	328
Direcção Nacional de Apoio à Administração de Sucos	49	95	-	0	-	145
Ministério da Economia e Desenvolvimento	1,711	3,970	3,701	633	-	10,015
Gabinete do Ministro	82	172	-	0	-	254
Gabinete de Inspecção e Auditoria do Ministério	40	99	-	0	-	139

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	375	390	300	144	-	1,209
Instituto para a Promoção de Investimento e Exportação	10	425	121	19	-	575
Gabinete do Vice-Ministro	66	87	-	-	-	153
Direcção Nacional de Pesquisa e Planeamento para o Desenvolvimento Nacional	65	256	-	11	-	332
Gabinete do Secretário de Estado do Meio Ambiente	65	68	-	-	-	133
Direcção Nacional do Meio Ambiente	243	277	50	81	-	651
Direcção Nacional para Assuntos Ambientais Internacionais	50	127	-	20	-	197
Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Cooperativas	62	40	-	-	-	102
Direcção Nacional do Desenvolvimento Rural	306	284	250	120	-	960
Direcção Nacional das Cooperativas	141	349	250	48	-	788
Gabinete do Director-Geral	35	84	-	118	-	237
Direcção Geral dos Serviços Corporativos	22	62	-	10	-	94
Gabinete para a Igualdade de Género	26	67	30	8	-	131
Direcção Nacional da Administração e Finanças	106	1,137	2,700	43	-	3,986
Departamento de Aprovisionamento	17	46	-	11	-	74
Ministério da Solidariedade Social	1,727	3,226	120,687	554	1,792	127,986
Gabinete da Ministra	77	61	-	0	-	138
Inspecção e Auditoria Interna	19	79	-	5	-	103
Gabinete do Director-Geral	42	94	-	12	-	148
Direcção Nacional da Administração e Finanças	468	1,158	-	102	1,792	3,520
Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional	62	55	-	-	-	117
Direcção Nacional dos Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional	324	264	79,816	13	-	80,417

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Secretário de Estado da Assistência Social e Desastres Naturais	61	55	-	-	-	116
Direcção Nacional da Assistência Social	133	523	884	265	-	1,805
Direcção Nacional de Reinserção Social	233	380	2,970	24	-	3,607
Direcção Nacional de Gestão de Desastres	134	389	1,400	100	-	2,023
Secretário de Estado da Segurança Social	61	55	-	-	-	116
Direcção Nacional da Segurança Social	113	113	35,617	33	-	35,876
Ministério das Infra-Estruturas Incluindo Agências Autónomas	5,963	115,365	100	4,699	29,352	155,479
Ministério das Infra-Estruturas Excluindo Agências Autónomas	3,570	7,060	100	699	29,352	40,781
Gabinete do Ministro	62	37	-	0	-	99
Gabinete do Director-Geral	16	21	-	0	-	37
Autoridade Reguladora das Comunicações	67	61	-	0	-	128
Direcção dos Serviços de Transportes Marítimos	53	95	-	0	-	148
Direcção de Meteorologia e Geofísica	47	39	-	0	-	86
Direcção Nacional de Informática e Tecnologia	103	88	-	0	-	191
Direcção Nacional de Transportes Terrestres	282	406	-	0	-	688
Direcção Nacional dos Correios de Timor-Leste	86	317	-	0	-	403
Autoridade de Aviação Civil de Timor-Leste	47	172	-	0	-	219
Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste (Agência Auto-Financiada)	258	246	-	0	-	504
Autoridade Portuária de Timor-Leste (Agência Auto-Financiada)	151	142	-	0	-	293
Instituto Público de Gestão de Equipamentos (Agência Auto-Financiada)	984	1,873	-	0	-	2,857
Operações do Berlin – Nakroma	-	1,957	-	0	-	1,957
Gabinete do Secretário de Estado para Electricidade, Água e Urbanização	58	21	-	0	-	79
Gabinete do Director-Geral	4	14	-	0	-	18

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional dos Serviços de Água	748	1,804	100	0	600	3,252
Electricidade de Timor-Leste EDTL (Agência Auto-Financiada)	1,000	104,087	-	4000	-	109,087
Técnicos EDTL para Acompanhamento do Projecto da Central Eléctrica	420	-	-	0	-	420
Direcção Nacional de Controlo da Qualidade da Água	107	47	-	0	-	154
Direcção Nacional dos Serviços de Saneamento Básico	96	34	-	0	-	130
Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas	61	47	-	0	-	108
Gabinete do Director-Geral	21	34	-	0	-	55
Direcção Nacional de Edificação, Habitação e Planeamento Urbano	229	136	-	0	-	365
Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento	86	137	-	0	-	223
Direcção Nacional de Estradas, Pontes e Controlo de Cheias	544	355	-	0	25,675	26,574
Direcção Nacional de Habitação e Planeamento Urbano	67	58	-	0	-	125
Gabinete do Vice-Ministro das Infra-Estruturas	62	42	-	0	-	104
Gabinete da Direcção Geral dos Serviços Corporativos	24	2,367	-	623	-	3,014
Direcção Nacional de Administração Geral	60	263	-	-	-	323
Direcção Nacional de Orçamento e Finanças	105	339	-	76	3,077	3,597
Direcção Nacional de Aprovisionamento	42	68	-	-	-	110
Direcção Nacional de Planeamento	73	58	-	0	-	131
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	1,365	14,784	1,950	481	314	18,894
Gabinete do Ministro	68	272	-	0	-	340
Gabinete de Auditoria Interna	38	46	-	0	-	84
Direcção Geral dos Serviços Corporativos	77	93	-	0	-	170
Direcção Nacional de Administração dos Recursos Humanos e Materiais	38	95	-	0	-	133
Direcção Nacional de Aprovisionamento e Logística	53	69	-	363	-	485
Direcção Nacional de Gestão e Finanças	64	766	400	-	314	1,544

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento	66	89	-	-	-	155
Direcção Nacional do Comércio Externo	340	210	-	-	-	550
Direcção Nacional do Comércio Doméstico	78	2,456	-	-	-	2,534
Direcção Nacional da Indústria	59	89	400	-	-	548
Inspecção Alimentar e Económica	98	477	-	100	-	675
Inspecção Geral de Jogos	63	174	-	-	-	237
Direcção Geral do Comércio e Indústria	27	20	-	-	-	47
Direcção Nacional das Indústrias Transformadoras	65	98	-	-	-	163
Direcção Nacional do Turismo	25	180	-	-	-	205
Direcção Geral do Turismo	27	16	-	-	-	43
Direcção Nacional do Plano e Desenvolvimento Turístico	60	50	-	-	-	110
Direcção Nacional de Empreendimentos, Actividades e Produtos Turísticos	37	387	1,150	-	-	1,574
Fundo de Segurança Alimentar	68	9,097	-	18	-	9,183
Gabinete Jurídico	14	102	-	0	-	116
Ministério da Agricultura e Pescas	5,365	6,205	524	577	3,515	16,186
Gabinete do Ministro	70	29	-	0	-	99
Gabinete Jurídico	15	9	-	0	-	24
Inspecção e Auditoria	21	14	-	0	-	35
Gabinete do Protocolo e Comunicação Social	16	9	-	0	-	25
Direcção Nacional da Administração e Finanças	294	348	-	51	3,515	4,208
Direcção Nacional de Pesquisa e Serviços Especiais	221	81	-	-	-	302
Direcção Nacional de Quarentena e Biosegurança	195	97	-	113	-	405
Direcção Nacional de Formação Técnica Agrícola	346	164	-	37	-	547
Direcção Nacional de Política e Planeamento	103	74	-	2	-	179
Gabinete do Director-Geral	25	15	-	-	-	40

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura e Arboricultura	60	22	-	-	-	82
Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura	528	1,767	-	30	-	2,325
Direcção Nacional de Plantas, Indústria e Agro-Comércio	118	203	-	-	-	321
Direcção Nacional de Florestas	273	238	16	15	-	542
Direcção Nacional de Irrigação e Gestão de Utilização de Água	148	316	-	-	-	464
Gabinete do Secretário de Estado das Pescas	60	14	-	-	-	74
Direcção Nacional de Pescas e Agricultura	305	187	-	146	-	638
Gabinete do Secretário de Estado da Pecuária	58	22	-	-	-	80
Direcção Nacional de Pecuária e Veterinária	279	493	-	163	-	935
Direcção Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário Agrícola	126	185	508	20	-	839
Serviços de Agricultura do Distrito de Aileu	108	72	-	-	-	180
Serviços de Agricultura do Distrito de Ainaro	139	117	-	-	-	256
Serviços de Agricultura do Distrito de Baucau	228	273	-	-	-	501
Serviços de Agricultura do Distrito de Bobonaro	221	248	-	-	-	469
Serviços de Agricultura do Distrito de Covalima	190	253	-	-	-	443
Serviços de Agricultura do Distrito de Ermera	151	74	-	-	-	225
Serviços de Agricultura do Distrito de Liquiçá	136	45	-	-	-	181
Serviços de Agricultura do Distrito de Lautém	188	89	-	-	-	277
Serviços de Agricultura do Distrito de Manatuto	162	179	-	-	-	341
Serviços de Agricultura do Distrito de Manufahi	179	200	-	-	-	379
Serviços de Agricultura do Distrito de Oecusse	205	184	-	0	-	389
Serviços de Agricultura do Distrito de Viqueque	197	184	-	0	-	381
Tribunais	875	1,809	-	106	-	2,789
Conselho Superior da Magistratura Judicial	13	10	-	0	-	23
Tribunal de Recurso	700	1,584	-	77	-	2,361

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Tribunais Distritais	163	215	-	29	-	406
Procuradoria-Geral da República	**1,155**	**1,097**	**-**	**486**	**1,553**	**4,291**
Procuradoria-Geral da República	818	1,058	-	486	1,553	3,915
Procuradoria Distrital de Baucau	137	18	-	0	-	155
Procuradoria Distrital do Suai	101	11	-	0	-	112
Procuradoria Distrital de Oecusse	99	10	-	0	-	109
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	**495**	**675**	**-**	**79**	**-**	**1,249**
Provedoria dos Direitos Humanos	495	675	-	79	-	1,249
Serviço Público de Radiodifusão, Televisão de Timor-Leste	**632**	**2,208**	**-**	**487**	**-**	**3,327**
Direcção de Informação	214	230	-	-	-	444
Administração e Finanças	104	1,682	-	3	-	1,789
Direcção de Programação da RTTL'EP	145	204	-	4	-	353
Direcção de Apoio Técnico da RTTL' EP	170	92	-	480	-	742
Comissão Nacional de Eleições	**529**	**2,218**	**3,000**	**101**	**-**	**5,848**
Comissão Nacional de Eleições	529	2,218	3,000	101	-	5,848
Comissão Anti Corrupção	**470**	**824**	**-**	**148**	**-**	**1,442**
Comissão Anti-Corrupção	470	824	-	148	-	1,442
Comissão da Função Pública	**402**	**1,333**	**-**	**570**	**-**	**2,305**
Comissão da Função Pública	402	1,333	-	570	-	2,305

Anexo III

Fundos Autónomos que são parcialmente financiados por receitas próprias dentro do Orçamento Geral do Estado da República Democrática de Timor-Leste para 2012 (US$'000)

	Despesas	Receitas Próprias	Subsídio do Governo
Electricidade de Timor-Leste			
Salários e Vencimentos	1,000		
Bens e Serviços	104,087		
Capital Menor	4,000		
Capital de Desenvolvimento	0		
Total	**109,087**	**16,080**	**93,007**
ANATL			
Salários e Vencimentos	258		
Bens e Serviços	246		
Capital Menor	0		
Capital de Desenvolvimento	0		
Total	**504**	**1,350**	**-846**
APORTIL (Incluíndo Berlim-Nakroma)			
Salários e Vencimentos	151		
Bens e Serviços	2,099		
Capital Menor	0		
Capital de Desenvolvimento	0		
Total	**2,250**	**3,390**	**-1,140**
IGE			
Salários e Vencimentos	984		
Bens e Serviços	1,873		
Capital Menor	0		
Capital de Desenvolvimento	0		
Total	**2,857**	**110**	**2,747**
SAMES			
Salários e Vencimentos	277		
Bens e Serviços	5,479		
Capital Menor	0		
Capital de Desenvolvimento	0		
Total	**5,756**	**0**	**5,756**
Total das Agências Auto Financiadas	**120,454**	**20,930**	**99,524**

Anexo IV – Dotações Orçamentais para 2012 ($'000) – Fundo das Infra-Estruturas

Programas	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas	Receitas Próprias	Dotação
Total Incluindo Empréstimos	-	-	-	-	800,261	800,261	-	800,261
Total Excluindo Empréstimos	-	-	-	-	757,161	757,161	-	757,161
Agricultura	-	-	-	-	9,384	9,384	-	-
Irrigação	-	-	-	-	9,384	9,384	-	-
Água e Saneamento	-	-	-	-	13,500	13,500	-	-
Desenvolvimento Urbano e Rural	-	-	-	-	6,913	6,913	-	-
Edifícios Públicos	-	-	-	-	39,200	39,200	-	-
Educação	-	-	-	-	11,171	11,171	-	-
Escolas	-	-	-	-	11,171	11,171	-	-
Energia Eléctrica	-	-	-	-	282,000	282,000	-	-
Equipamento Informático	-	-	-	-	7,100	7,100	-	-
MDG	-	-	-	-	75,000	75,000	-	-
Água e Saneamento	-	-	-	-	20,420	20,420	-	-
Habitação	-	-	-	-	54,580	54,580	-	-
Saúde	-	-	-	-	3,352	3,352	-	-

Programas	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas	Receitas Próprias	Dotação
Hospitais / Clínicas	-	-	-	-	3,352	3,352	-	-
Segurança e Defesa	-	-	-	-	9,130	9,130	-	-
Solidaridade e Social	-	-	-	-	1,250	1,250	-	-
Monumentos	-	-	-	-	1,250	1,250	-	-
Tasi Mane	-	-	-	-	162,800	162,800	-	-
Aeroportos	-	-	-	-	10,000	10,000	-	-
Estradas e Pontes	-	-	-	-	45,220	45,220	-	-
Petróleo e Gás	-	-	-	-	107,580	107,580	-	-
Transporte	-	-	-	-	136,361	136,361	-	-
Aeroportos	-	-	-	-	9,386	9,386	-	-
Estradas e Pontes	-	-	-	-	115,550	115,550	-	-
Portos	-	-	-	-	11,425	11,425	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	43,100	43,100	-	-

Anexo IV- A – Dotações Orçamentais para 2012 ($'000) – Despesas Financiadas através do endividamento público

Programas	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas	Receitas Próprias	Dotação
Total	-	-	-	-	43,100	43,100	-	43,100
Transporte	-	-	-	-	23,100	23,100	-	-
Estradas	-	-	-	-	23,100	23,100	-	-
Água e Saneamento	-	-	-	-	20,000	20,000	-	-
Esgotos	-	-	-	-	20,000	20,000	-	-

Anexo V – Dotações Orçamentais para 2012 ($'000) – Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

Programas	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas	Receitas Próprias	Dotação
Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	-	30,000	-	-	-	30,000	-	30,000
Formação Profissional	-	10,033	-	-	-	10,033	-	-
Formação Técnica	-	1,033	-	-	-	1,033	-	-
Bolsas de Estudos	-	11,874	-	-	-	11,874	-	-
Outros Tipos de Formação	-	7,060	-	-	-	7,060	-	-

Anexo 2 – Transferências do Fundo Petrolífero

19 de Dezembro de 2011

Exmo. Sr. Kay Rala Xanana Gusmão
Primeiro-Ministro
República Democrática de Timor-Leste

ASSUNTO: REQUISITO PARA TRANSFERÊNCIAS A PARTIR DO FUNDO PETROLÍFERO

Vossa Excelência,

Este relatório é fornecido de acordo com as alíneas (a) e (b) da Lei do Fundo Petrolífero. O Rendimento Sustentável Estimado é calculado segundo as provisões delineadas no Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero.

Estimativa do Rendimento Sustentável para o Ano fiscal 2012	**Montante (USD)** $665,3 milhões
Estimativa do rendimento Sustentável para o ano anterior 2011	**Montante (USD)** $734 milhões

O Orçamento para 2012 inclui uma análise da metodologia na qual se baseiam os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado.

De acordo com a alínea (c) da Lei do Fundo Petrolífero, o Auditor Independente deverá certificar o montante do Rendimento Sustentável Estimado. O relatório de certificação segue em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

Emília Pires
Ministra das Finanças

19 de Dezembro de 2011

Exmo. Sr. Kay Rala Xanana Gusmão
Primeiro-Ministro
República Democrática de Timor-Leste

ASSUNTO: REQUISITOS PARA A TRANSFERÊNCIA A PARTIR DO FUNDO PETROLÍFERO

Vossa Excelência,

O presente relatório é apresentado nos termos da alínea b), do Artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero.

Como requerido na alínea b) do Artigo 9.º, a tabela abaixo mostra a redução do Rendimento Sustentável Estimado para os anos fiscais a partir de 2012, em resultado da proposta de transferência do Fundo Petrolífero de um montante que excede o Rendimento Sustentável Estimado em 2012:

	Transferências a partir do Rendimento Sustentável Estimado em 2012	
Ano Fiscal	**$665,3 milhões**	**$1.494,9 milhões**
2013	669,5	644,2
2014	673,9	648,4
2015	678,2	652,5
2016	682,6	656,8
2017	687,0	661,0
2018	691,4	665,3
2019	695,9	669,6
2020	700,4	673,9
2021	704,9	678,2
2022	709,5	682,6
2023	714,0	687,0
2024	718,7	691,4
2025	723,3	695,9

Nos termos do disposto na alínea c) do Artigo 9.º da supracitada Lei, o Auditor Independente deve confirmar as estimativas da redução do Rendimento Sustentável Estimado. O relatório da certificação será submetido para consideração do Parlamento Nacional, quando se encontrar disponível.

Todos os cálculos foram executados por técnicos especialistas do Ministério das Finanças e com assistência profissional externa.

Sem mais de momento, subscrevo-me com a minha mais elevada consideração e estima.

Emília Pires
Ministra das Finanças

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

N.º Ref. 1532 GPM/IX/2011

A Sua Excelência
Presidente do Parlamento Nacional
Sr. Fernando Lasama de Araújo
Parlamento Nacional
Dili

Excelência,

Na sequência da submissão, para consideração e aprovação do Parlamento Nacional, da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2012, venho apresentar a Vossa Excelência as razões subjacentes à **Transferência de Fundos a partir do Fundo Petrolífero,** considerando que é necessário um montante de financiamento superior ao Rendimento Sustentável Estimado para reforçar o crescimento da economia nacional e, desta forma, assegurar o cumprimento de políticas de desenvolvimento sustentáveis para o País.

Assim e de acordo com o Artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero, a presente carta vem justificar a necessidade destes montantes para os interesses a longo prazo de Timor-Leste e dos seus cidadãos.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, nestes últimos dois anos, tivemos a capacidade de consolidar o estado da Nação quando, em estreita cooperação com os outros Órgãos de Soberania, garantimos um clima de maior paz e segurança e apostámos num maior investimento público, desde as infra-estruturas à agricultura, passando pelas áreas da saúde e educação e não descurando ainda o investimento nas áreas de justiça social.

Inspirados nas nossas dificuldades, mas também na experiência de outras Nações em situação de fragilidade, que levam, em média, cerca de 10 a 15 anos a recuperar a estabilidade, apostamos no forte investimento em iniciativas com impacto directo na vida das populações, ganhando uma maior participação e confiança de todo o Povo na resolução dos conflitos e na consolidação da Unidade e da Estabilidade Nacional.

"Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento" tem vindo e vai continuar a ser o mote da nossa Nação e de tal forma este mote tem sido interiorizado pelo nosso Povo que passamos a ser um modelo para todos os países que renascem do conflito e da fragilidade, como se comprova através da liderança do g7+, grupo este que inclui 17 países em situação de pós-conflito e que representa cerca de 350 milhões de pessoas.

Em resumo, foi usufruindo das reformas institucionais, políticas e legislativas e beneficiando da estabilidade política e social alcançada, que nos foi possível concentrar em investimentos sectoriais que resultaram num período de crescimento económico sem precedentes.

Sua Excelência Sr. Presidente do Parlamento Nacional, Timor-Leste tem ainda motivos para regozijar-se pela forma como tem gerido as suas riquezas naturais. O nosso Fundo Petrolífero tem vindo a monitorizar e a arrecadar as receitas petrolíferas de forma transparente e eficiente.

Actualmente, o Fundo Petrolífero tem um saldo de cerca de 8,3 mil milhões de dólares, tendo sido o primeiro país da Ásia e o terceiro de todo o mundo a actuar de acordo com a Iniciativa de Transparências das Indústrias Extractivas. Este reconhecimento internacional permitiu sermos eleitos para um segundo Mandato como Membros do Conselho Internacional da ITIE.

A Transparência é, para o Governo, um dos pontos essenciais da reforma da gestão do Estado timorense. Sabemos que sem a implementação de fortes princípios de boa governação, não podemos contar com a participação activa da Sociedade Civil e do Sector Privado na construção da nossa economia, na construção do nosso Estado.

É neste sentido que o Governo de Timor-Leste, nestes últimos quatro anos, tem vindo a reforçar a capacidade institucional da Administração Pública com o objectivo de defender os

melhores interesses do Estado, melhorar a prestação dos serviços públicos e, claro, promover a boa governação.

As nossas reformas na área da Gestão das Finanças Públicas são já sobejamente conhecidas pelos Distintos Deputados. Também a criação da Comissão da Função Pública, da Comissão Anti-Corrupção e o processo de instalação de uma Instituição Superior de Controlo, a nossa Câmara de Contas, enquanto organização que promove a transparência e responsabilização das contas públicas, são fortes indicadores do nosso empenho em garantir uma boa governação.

Ainda como forma de garantir o máximo de transparência e participação públicas, conduzimos debates sobre a Administração Pública e Gestão Financeira, como preparação para o Orçamento Geral do Estado, de forma mais aberta possível, televisionado em directo para o público timorense.

Já durante este ano, lançámos o Portal da Transparência e o Portal do Aprovisionamento que permitem aceder a dados actualizados diariamente sobre o processo de Orçamento Geral do Estado de Timor-Leste e a sua execução fiscal, assim como providenciar a consulta pública a todos os projectos públicos anunciados, permitindo concursos competitivos a nível mundial, atribuindo prazos específicos para determinar se os pagamentos são efectuados atempadamente e de forma aberta, ao mesmo tempo que se acompanham os resultados dos contratos.

Considerando estes progressos, estamos em condições de fazer avançar o País rumo ao desenvolvimento. O Orçamento Geral do Estado para 2012 será o primeiro orçamento elaborado para reflectir os objectivos de desenvolvimento consubstanciados no Plano Estratégico de Desenvolvimento. Este Plano é o produto da recolha das aspirações no nosso Povo, através da realização de uma consulta pública alargada, realizada nos 65 sub-distritos, incluindo aldeias e sucos de todo o território nacional.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento que abrange três áreas cruciais para o desenvolvimento da Nação: o capital social, as infra-estruturas e o desenvolvimento económico; foi ainda informado por dados precisos para substanciar o verdadeiro progresso e definir as políticas e programas necessários, refiro-me aos resultados dos Censos de 2010,

que permitiram capturar um retrato real e objectivo da população e desta forma garantir a implementação de políticas sustentáveis.

A metodologia constante no PED remete para um pacote integrado de políticas estratégicas para serem implementadas a curto prazo (um a cinco anos), com continuidade a médio prazo (cinco a dez anos) e sob uma perspectiva a longo prazo (dez a vinte anos), que sirvam de guia para um desenvolvimento inclusivo, sustentável e de longo prazo.

É neste sentido que o Orçamento para 2012, e a transferência de fundos do Fundo Petrolífero, vem viabilizar a consolidação daquilo que já foi alcançado em termos de progressos nacionais para, ao mesmo tempo, posicionar-nos naquele que é o próximo desafio para a Nação: transformar Timor-Leste num País de rendimento médio-alto, já em 2030.

Para tal, no próximo ano, continuaremos a investir na construção e manutenção de infra-estruturas essenciais e produtivas, que aproximem a nossa população e impulsionem as nossas indústrias emergentes, incluindo a melhoria da qualidade das nossas estradas e dos portos comerciais, a melhoria da água e do saneamento e providenciar à nossa população energia e um sistema moderno de comunicações a preços acessíveis.

O acesso à electricidade é um direito básico e o pilar do nosso futuro económico. Continuamos a agir com o intuito de assegurar que até 2015 todos os habitantes de Timor-Leste tenham acesso a um fornecimento fiável de electricidade 24 horas por dia, através de investimento, já feito, em novas centrais eléctricas e em melhores sistemas de transmissão e distribuição.

Iremos ainda melhorar as infra-estruturas na Costa Sul para atrair investimento no sector petrolífero a jusante. Por outro lado, e ainda investindo em infra-estruturas, vamos continuar a implementar e desenvolver programas que foram um sucesso no ano de 2011, como é o caso do Programa de Desenvolvimento Descentralizado e o Programa de Desenvolvimento Local.

Estes Programas, em 2012, irão financiar o desenvolvimento de infra-estruturas em pequena escala, como é o caso de construção de estradas, instalações de educação, abastecimento de água, saneamento público e sistemas de irrigação.

Sabendo que três quartos da nossa população residem em zonas rurais, continuaremos a investir em projectos estruturantes na área da agricultura para aumentar a produtividade do sector agrícola, que juntamente com os PDDs I e II e o PDL, irão promover a criação de empregos para os jovens e adultos que residem nas áreas rurais.

O Orçamento Geral do Estado para 2012 prevê ainda um investimento para capitalização da Companhia de Investimento de Timor-Leste, criada pelo Governo, que irá promover oportunidades de investimento e de crescimento da riqueza nacional, levando a cabo projectos estratégicos importantes com incidência comercial. A criação da CITL visa ajudar o Estado de Timor-Leste a atingir o objectivo de desenvolver uma economia nacional sustentável por via da transformação da riqueza do Fundo Petrolífero na economia não-petrolífera, através do crescimento económico e da diversificação da economia, deixando de depender do petróleo e do gás para passar a ser assente na indústria e nos serviços.

Considerando que o desenvolvimento das infra-estruturas não é por si só suficiente para o desenvolvimento sustentável da Nação, iremos ainda continuar, através do investimento previsto para 2012, a formar os recursos humanos nacionais.

Esta formação diz respeito aos professores em larga escala, com o objectivo de aumentar a competência e o profissionalismo dos professores, garantindo um melhor nível de ensino no médio e longo prazo mas, também, a formação naqueles sectores que são estratégicos para o desenvolvimento nacional, tais como a justiça, a saúde, as infra-estruturas, a agricultura, o turismo e a gestão petrolífera e financeira.

O desenvolvimento de quadros técnicos nacionais qualificados é crucial nesta fase de arranque económico da Nação, permitindo que esta se desenvolva de forma sustentável e permitindo a competição no contexto do desenvolvimento regional em que se integra.

Ainda neste contexto de que investir nas pessoas é investir no futuro do País, iremos continuar o nosso programa de transferências públicas, incluindo o pagamento de subsídios aos Combatentes da Libertação Nacional, aos idosos e a outros grupos vulneráveis. A nossa experiência de governação demonstrou que este tipo de programas de justiça e estabilidade social, têm um retorno inestimável e de longo-prazo para o País.

Por tudo isto que foi apresentado justifica-se um levantamento que excede os 3% do RSE considerando que todas as políticas e medidas constantes ao Orçamento Geral do Estado de 2012 são integradas e com um objectivo e interesse únicos: garantir o desenvolvimento sustentável do País a longo-prazo.

Finalmente, considerando que o relatório certificado pelo Auditor Independente irá ser submetido ao Parlamento Nacional assim que estiver disponível, junto envio, em anexo, a tabela que mostra a redução do Rendimento Sustentável Estimado para os anos fiscais seguintes a 2012, de acordo com a alínea b) do artigo 9.º

Aceite Vossa Excelência a minha mais elevada consideração e estima.

Díli, 27 de Setembro de 2011

José Luis Guterres
Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste, em exercício

Anexo 3 – Relátorio do Deloitte

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
A.B.N. 74 490 121 060

Level 11
24 Mitchell Street
Darwin NT 0800
GPO Box 4296
Darwin NT 0801 Austrália

Tel: +61 (0) 8 8980 3000
Fax: +61 (0) 8 8980 3001
www.deloitte.com.au

Ministério das Finanças
República Democrática de Timor-Leste
Edifício N.º 5, Rés-do-Chão
Palácio do Governo
Díli, Timor-Leste

21 December 2011

À atenção de: Exma. Sra. Emília Pires, Ministra das Finanças

Exma. Sra. Ministra

Relatório sobre Conclusões Factuais relativas à redução prevista no Rendimento Sustentável Estimado (Artigo 9.º)

De acordo com a Emenda N.º 7 ao Contrato N.º RDTL 83683, datado de 27 de Outubro de 2010, conduzimos determinados procedimentos acordados com vista apenas a fornecer um relatório ao Governo da República Democrática de Timor-Leste conforme previsto na alínea c) do Artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero 9/2005. O nosso trabalho foi realizado de acordo com a Norma Internacional sobre Serviços Relacionados (ISRS) 4400 *Trabalhos para Executar Procedimentos Acordados Respeitantes a Informação Financeira*. Este relatório deve ser lido juntamente com o nosso contrato, o qual estabelece a base sobre a qual o nosso trabalho foi conduzido.

Âmbito de trabalho e declaração de responsabilidade
Conforme solicitado por e acordado com V. Exa., conduzimos os procedimentos indicados na tabela abaixo. O âmbito do nosso trabalho limitou-se apenas a esses procedimentos, ficando V. Exa. responsável por determinar se o âmbito do nosso trabalho é suficiente para os fins que tiver por convenientes. Não afirmamos que os procedimentos referidos são ou não suficientes para os propósitos de V. Exa. Caso tivéssemos conduzido procedimentos adicionais é possível que tivéssemos tomado conhecimento de outras questões que seriam incluídas no nosso relatório.

Este relatório não pretende suplantar quaisquer outros inquéritos e procedimentos que possam ser necessários para satisfazer os requisitos dos recipientes do relatório.

Os procedimentos que realizámos não constituem uma análise ou auditoria de qualquer género e não expressámos qualquer opinião ou chegámos a quaisquer conclusões sobre os procedimentos que conduzimos. Não sujeitámos as informações contidas neste relatório ou facultadas pelo Ministério das Finanças a procedimentos de verificação para lá do expressamente indicado mais abaixo. Isto é prática normal aquando da realização de procedimentos de âmbito limitado, sendo assim muito diferente de, por exemplo, uma auditoria. Os procedimentos que conduzimos não foram concebidos para revelar fraudes ou deturpações por parte do Ministério das Finanças, pelo que não as deverão detectar mesmo que elas existam. Assim sendo, não podemos aceitar a responsabilidade pela detecção de fraudes (quer por parte da administração ou de elementos externos) ou de deturpações por parte da administração do Ministério das Finanças.

Este documento consiste numa tradução de um relatório originalmente emitido em Inglês. Na eventualidade de existirem discrepâncias, prevalece a versão em língua Inglesa.
Responsabilidade limitada mediante acordo aprovado segundo a Legislação de Padrões Profissionais da Austrália.
Membro da Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Este relatório é apenas para uso exclusivo de V. Exa. e para satisfazer os requisitos constantes da alínea c) do Artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero 9/2005. O nosso relatório não deve ser utilizado para qualquer outro fim, não deve ser citado ou referido em qualquer documento, não deve ser copiado ou disponibilizado (no todo ou em parte) a terceiros sem o nosso consentimento prévio expresso. Não aceitamos qualquer dever, responsabilidade ou obrigação perante qualquer outra parte em ligação com o relatório ou com este trabalho.

Procedimentos e Resultados

Procedimentos	Resultados
1. Obter os cálculos subjacentes que suportam o relatório do Governo a ser fornecido ao Parlamento Nacional segundo a alínea b) do Artigo 9.º;	1. Os cálculos subjacentes que suportam o relatório do Governo a ser fornecido ao Parlamento Nacional segundo a alínea b) do Artigo 9.º foram obtidos a partir do Ministério das Finanças no dia 18 de Setembro de 2011.
2. Acordar a metodologia de cálculo do Rendimento Sustentável Estimado em relação ao Orçamento para o Ano Fiscal de 2012, conforme obtido previamente pela Deloitte;	2. A metodologia de cálculo foi acordada como sendo a do cálculo do Rendimento Sustentável Estimado utilizada para o Orçamento para o Ano Fiscal de 2012, conforme obtido previamente pela Deloitte.
3. Obter o valor da transferência proposta pelo Governo como sendo o montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado calculado pelo Governo para efeitos do Orçamento para o Ano Fiscal de 2012 e acordar o valor com o cálculo subjacente actualizado, o qual incorpora a transferência proposta pelo Governo;	3. O Ministério das Finanças indicou à Deloitte uma transferência proposta pelo Governo de 1.494,9 milhões de dólares, a qual excede em 829,6 milhões o Rendimento Sustentável Estimado no valor de 665,3 milhões calculado previamente pelo Governo para efeitos do Orçamento para o Ano Fiscal de 2012. Os 1.494,9 milhões de dólares foram incorporados no cálculo subjacente actualizado. Para evitar dúvidas, o Ministério das Finanças tinha inicialmente aconselhou Deloitte de uma proposta de transferência de EUA $ 1,594.2, e que foi posteriormente revisado para EUA $ 1,494.9 milhões.
4. Fazer novamente o cálculo da redução prevista no Rendimento Sustentável Estimado para os Anos Fiscais a partir de 1 de Janeiro de 2012 resultantes da transferência proposta pelo Governo a partir do Fundo Petrolífero no Ano Fiscal de 2011;	4. O cálculo da redução prevista no Rendimento Sustentável Estimado para os Anos Fiscais a partir de 1 de Janeiro de 2012 foi feito novamente sem excepção. A redução prevista no Rendimento Sustentável Estimado em cada ano entre 2012 e 2025 vai dos 25,3 milhões de dólares aos 27,4 milhões, conforme indicado no Apêndice A.
5. Fornecer um relatório ao Governo de acordo com a alínea c) do Artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero 9/2005.	5. Relatório em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

Deloitte Touche Tohmatsu

Deloitte Touche Tohmatsu

Este documento consiste numa tradução de um relatório originalmente emitido em Inglês. Na eventualidade de existirem discrepâncias, prevalece a versão em língua Inglesa.
Responsabilidade limitada mediante acordo aprovado segundo a Legislação de Padrões Profissionais da Austrália.
Membro da Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

APÊNDICE A

Projecção de pagamentos futuros

Levantamentos superiores ao Rendimento Sustentável Estimado em 2012:

Ano Fiscal	Levantamentos a partir do Rendimento Sustentável Estimado em 2012	
	665,3 milhões de dólares	1.494,9 milhões de dólares
2013	669,5	644,2
2014	673,9	648,4
2015	678,2	652,5
2016	682,6	656,8
2017	687,0	661,0
2018	691,4	665,3
2019	695,9	669,6
2020	700,4	673,9
2021	704,9	678,2
2022	709,5	682,6
2023	714,0	687,0
2024	718,7	691,4
2025	723,3	695,9

Preparado para o Governo da República Democrática de Timor-Leste pelo Ministério das Finanças

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Edifício 5, 1.º Andar, Palácio do Governo, Díli, Timor-Leste

Phone - +670 3339510 Fax - +670 3331204

Website - www.mof.gov.tl